

*História, memória e
conflitos territoriais no Ceará:*
comunidades do Tabuleiro de Russas

organização

Diego Gadelha de Almeida
Mário Martins Viana Júnior
Rosa Lilian Sérvio de Carvalho Chaves
Sarah Campelo Cruz Gois

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

REITOR

José Jackson Coelho Sampaio

VICE-REITOR

Hidelbrando dos Santos Soares

EDITORA DA UECE

Erasmio Miessa Ruiz

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Luciano Pontes	Lucili Grangeiro Cortez
Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes	Luiz Cruz Lima
Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso	Manfredo Ramos
Francisco Horácio da Silva Frota	Marcelo Gurgel Carlos da Silva
Francisco Josênio Camelo Parente	Marcony Silva Cunha
Gisafran Nazareno Mota Jucá	Maria do Socorro Ferreira Osterne
José Ferreira Nunes	Maria Salete Bessa Jorge
Liduina Farias Almeida da Costa	Silvia Maria Nóbrega-Therrien

CONSELHO CONSULTIVO

Antônio Torres Montenegro UFPE	Maria do Socorro Silva Aragão UFC
Eliane P. Zamith Brito FGV	Maria Lírida Callou de Araújo e Mendonça UNIFOR
Homero Santiago USP	Pierre Salama Universidade de Paris VIII
Ieda Maria Alves USP	Romeu Gomes FIOCRUZ
Manuel Domingos Neto UFF	Túlio Batista Franco UFF

organização

Diego Gadelha de Almeida
Mário Martins Viana Júnior
Rosa Lilian Sérvio de Carvalho Chaves
Sarah Campelo Cruz Gois



*História, memória e
conflitos territoriais no Ceará:*
comunidades do Tabuleiro de Russas

1ª Edição

Fortaleza - CE

2019



História, memória e conflitos territoriais no Ceará: comunidades do Tabuleiro de Russas

© 2019 Copyright by Diego Gadelha de Almeida, Mário Martins Viana Júnior, Rosa Lilian Sérvio de Carvalho Chaves e Sarah Campelo Cruz Gois

Impresso no Brasil / Printed in Brazil
Efetuado depósito legal na Biblioteca Nacional

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE
Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – Campus do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará
CEP: 60714-903 – Tel: (085) 3101-9893
www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br

Editora filiada à



Coordenação Editorial

Erasmus Miessa Ruiz

Capa

Amanda Sampaio

Diagramação

Amanda Sampaio

Revisão de Texto

Leila Mara Martins Viana



H673 História, memória e conflitos territoriais no Ceará: comunidades do Tabuleiro de Russas [recurso eletrônico] / Organizado por Diego Gadelha de Almeida...[et al.]. - Fortaleza: EdUECE, 2019.

Livro eletrônico.

ISBN: 978-85-7826-726-1 (E-book)

1. História do Ceará. 2. História rural - Ceará. 3. História rural - Ceará. I. Almeida, Diego Gadelha de. II. Viana Júnior, Mário Martins. III. Chaves, Rosa Lilian Sérvio de Carvalho. IV. Gois, Sarah Campelo Cruz. V. Título.

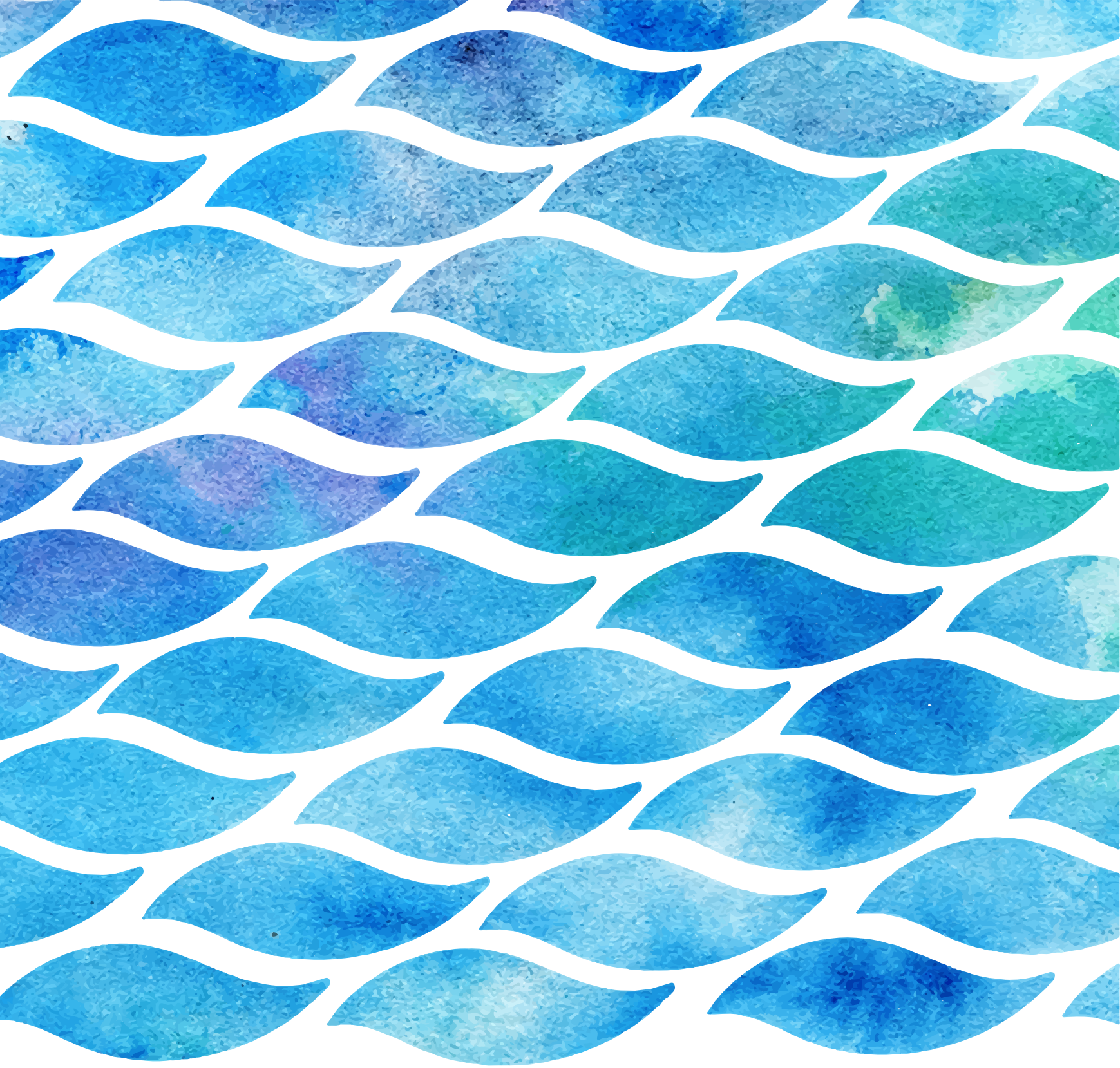
CDD: 981.31

Índice



Apresentação	5
Mário Martins Viana Júnior	
Parte I – História das Comunidades	
Cipó	11
Venâncio de Oliveira, Maria Isabele Farias Moreira e Mário Martins Viana Júnior	
Fazenda Maia	35
Rosa Lilian Sérvio de Carvalho Chaves e Mário Martins Viana Júnior	
Sítio Junco	52
Francisca Dávila Oliveira	
Lagoa dos Cavalos	71
Carolina Rodrigues Moreira, Guilherme Façanha Gino e Diego Gadelha de Almeida	
Peixe	94
Marcelo de Sousa Lima, Sarah Campelo Cruz Gois e Nivia Marques Monteiro	
Parte II – História rural: temas e debates	
Disputas pela memória no Semiárido	117
Mário Martins Viana Júnior	
(Des)envolvimento e lógica destrutiva no Tabuleiro de Russas	129
Diego Gadelha de Almeida	
Cultura Camponesa no Tabuleiro de Russas	143
Francisca Dávila Oliveira	
Políticas públicas de saúde para as populações do campo: avanço e desafios para sua efetivação	151
Marcelo José Monteiro Ferreira	
Religião e religiosidades	158
Carolina Rodrigues Moreira	
Referências das entrevistas	167
Referências bibliográficas	170





Apresentação

Incômodos...

Para o leitor que toma este livro nas mãos é necessário esclarecer logo de início que ele é fruto de muitos incômodos, ou melhor, do trabalho coletivo de diferentes pessoas que se aproximaram em virtude de incômodos em comum, socializados e compartilhados sobre um território específico: o semiárido cearense. Professores, estudantes, militantes, membros e lideranças comunitárias, integrantes de movimentos sociais e muitos outros sujeitos, enfim pessoas (também) comuns que constroem a história em suas minudências cotidianas.

Inúmeras reuniões, debates calorosos, planejamentos impossíveis, viagens (muitas viagens!), entrevistas variadas, transcrições sem fim, filmagens e fotografias editadas e tratadas, longas leituras e escritas demoradas deram o tom e o formato da miscelânea ora aqui apresentada, mas iniciada lá nos idos de 2014. Os incômodos viraram movimento de atividades conjuntas, coletivas que, simultaneamente, buscaram dirimir o desconforto dos envolvidos no trabalho e extirpar um pouco do mal-estar causado às comunidades rurais do Tabuleiro de Russas, no Ceará.

E nesse movimento foi possível a realização de encontros entre profissionais de áreas distintas. Estabeleceu-se uma relação salutar entre duas ciências (Geografia e História), mostrando que elas ainda podem ser velhas boas companheiras. Ádua pesquisa e imersão extensionista formaram a expressão do cruzamento de abordagens e metodologias dos diferentes campos de estudo. Um movimento interdisciplinar e interinstitucional (UFC, IFCE e IFRN) que possibilitou costuras entre mundo acadêmico e sociedade em geral, no sentido de troca e aprendizado mútuo e contínuo.

Os incômodos tiveram um alcance ainda maior. Materializaram-se na criação do Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER), dentro da Universidade Federal do Ceará (UFC). Através dele foi possível pensar e propor projetos, angariar recursos, obter bolsas de extensão e pesquisa, promo-

ver cursos, grupos de estudo, entre outros. Por dentro dessa dinâmica o COM-TER foi contemplado no edital 2015 do Programa de Extensão Universitária (Pro-Ext) do Ministério da Educação (MEC) viabilizando a realização deste trabalho.

Contextualização...

Mas afinal de contas: que incômodos são estes? Vejamos. Desde meados do século passado é possível observar a criação e a implementação de um conjunto de políticas públicas que modificaram vertiginosamente a história do semiárido nordestino trazendo alegria para poucos e incômodos para muitos.

A partir da década de 1970, no Governo Médici, foram implementados o Plano Nacional de Desenvolvimento e a Política Nacional de Irrigação que estimularam e fomentaram a construção dos primeiros perímetros de irrigação artificial no Nordeste. De forma prática, estes perímetros significaram a desapropriação de extensas faixas de terra para a instalação de outro modelo agrícola e agrário: por um lado, a implantação de um sistema racional exógeno pautado na artificialização da natureza, expresso na robusta construção de diques, canais, sistemas de captação, bombeamento e captação da água, entre outros aparatos técnicos; por outro lado, a alteração contundente das relações sociais, concentração fundiária e a intensificação dos conflitos territoriais.

No Ceará, o Departamento Nacional de Obras contras as Secas (DNOCS) construiu quatorze perímetros federais o que representou a desapropriação de 116.303 hectares, isto é, aproximadamente 108 mil campos de futebol ou quase quatro cidades do tamanho de Fortaleza. Essa modernização agrícola permitiu que grandes empresas nacionais e internacionais assumissem a dianteira da produção nos perímetros. Na cena internacional o Ceará ficou conhecido pela grande capacidade exportadora na área da fruticultura irrigada, tornando-se o maior exportador de melão do Brasil. Portanto, se você, leitor, viajou na última década para países como Holanda, Inglaterra e Espanha e comeu alguma fruta tropical é muito provável que ela tenha sido adquirida do Ceará.

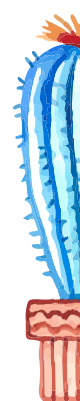
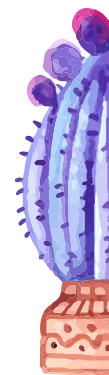
Entretanto, o doce das frutas e o ritmo frenético dos lucros de exportação ocultam uma realidade perversa de múltiplas faces instaurada pelo Estado com foco no agronegócio. No tempo presente, o latifúndio monocultor com produção voltada para o atendimento da demanda do mercado externo e cujo funcionamento envolve formas de trabalho extremamente precarizadas pode fazer, inclusive, com que a memória do leitor remeta aos tempos coloniais de agricultura e economia predatória, tão bem descritos por Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda há quase um século. Mas se alguns problemas seculares persistem, outros são novos e mais complexos ainda que a imagem moderna da agricultura capitalista busque ocultá-los.


A Revolução Verde que se espalhou pelo mundo chegou ao Nordeste e penetrou no semiárido cearense. Trouxe consigo os seus problemas inerentes, tais como a tecnologia transgênica e o uso de venenos variados para a produção de alimentos. De repente, os agricultores(as) perceberam que poderiam estar fadados a depender para sempre das sementes suicidas ou *terminator*: sementes estéreis produzidas nos laboratórios das multinacionais. E isso nos gerou um grande incômodo.

A lógica dos perímetros implicou a expulsão de centenas de famílias e comunidades rurais de seus territórios. Concomitantemente o Estado cuidou de produzir relatórios técnicos, discursos e narrativas que invisibilizaram a existência desses sujeitos tanto no tempo presente como no tempo pretérito. A mulher e o homem do campo e suas práticas tornaram-se reflexos do atraso, figuras de um passado defasado a ser superado pelo progresso. Os modos de vida tradicionais expressos nos costumes, hábitos, modos de fazer, saberes, celebrações, enfim, elementos que compunham a cultura, o patrimônio, a memória, história e conformavam o território das comunidades rurais impactadas pelos perímetros foram postos em risco. E esse foi o nosso maior incômodo.

O trabalho...


Observando esse risco deliberado de produção de amnésia social sobre o semiárido cearense, mediante a fabricação da invisibilidade e do esquecimento dos sujeitos e das experiências no campo, o COMTER construiu o projeto “Memórias das Comunidades Impactadas pelos Perímetros Irrigados no Ceará”.






Em sua primeira fase, o trabalho foi desenvolvido com as comunidades rurais da região da bacia do Baixo Jaguaribe focando os sujeitos e grupos familiares pertencentes ao território do Tabuleiro de Russas, também conhecido pelos seus moradores como Chapadão de Russas. A escolha por esse território se deu em virtude da construção do maior perímetro irrigado do Ceará, o Perímetro Irrigado do Tabuleiro de Russas (PITR), cuja instalação representou a desapropriação de 18.915 hectares de terra e a extinção de vinte e duas comunidades que tiveram suas histórias, memórias e patrimônios destruídos.

Os incômodos resultantes do contato com essa realidade perversa tornaram-se motivações para o planejamento e delineamento dos objetivos do trabalho: identificar, preservar e promover as memórias, os patrimônios, os saberes e fazeres tradicionais, entre outros aspectos da cultura e dos modos de vida de mulheres e homens moradores e trabalhadores(as) rurais da região do Baixo Jaguaribe, ameaçados pelos impactos das políticas de modernização agrícola no Estado do Ceará.



Para tanto o grupo lançou mão de uma importante metodologia. Diante da quase inexistência de documentos escritos sobre as comunidades em questão, optou-se pelo método da História Oral, com foco nas entrevistas de histórias de vida e nas entrevistas temáticas realizadas pelos integrantes do COMTER. De forma concomitante e complementar o trabalho foi parcialmente auxiliado pelo envolvimento de alguns moradores na identificação e registro de bens considerados patrimônio para as comunidades.

O livro...



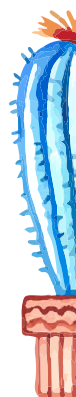
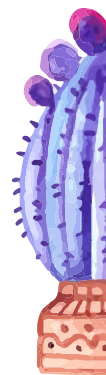
O leitor perceberá então essa disposição metodológica ao folhear as páginas deste livro. A primeira parte é composta por um conjunto de narrativas que ajudam a reconstruir as histórias das cinco comunidades que resistiram ao avanço do PITR: Cipó, Fazenda Maia, Junco, Lagoa dos Cavalos e Peixe. Dezenas de entrevistas jogaram luz sobre a fundação de cada um desses territórios, as experiências e relações constituídas, os modos de vida, entre outros aspectos, desvelados cuidadosamente pelo ato de lembrar (e esquecer) dos moradores.

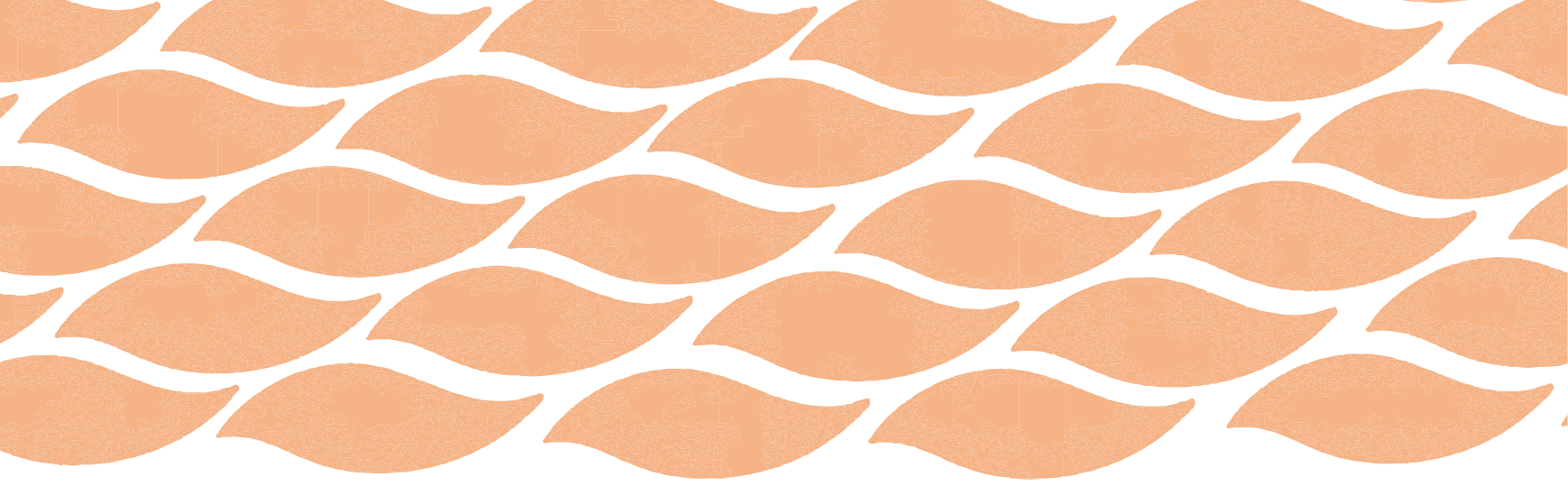
Entre risos e lágrimas, acessos de alegria e bloqueios de tristezas, incômodos, muitos incômodos, as memórias dessas pessoas comuns auxiliaram a identificar saberes, modos de fazer, festividades, celebrações, brincadeiras, objetos, bens naturais, entre vários outros elementos tratados aqui enquanto referenciais culturais e históricos, patrimônios das comunidades. Ao fim do capítulo referente à história de cada uma delas, o leitor poderá observar uma lista de bens patrimoniais seguida da descrição de algum deles. Trata-se de um convite para entender o que era uma “roladeira”, o que significava a brincadeira dos “dramas”, qual a importância do “serrote” para os moradores, entre vários patrimônios culturais.

A última parte da obra oferece ao leitor cinco textos oriundos das entrevistas temáticas. Temas como religião e religiosidade, cultura e memória camponesa e história da alimentação ajudam a compreender a dinamicidade da vida existente por dentro dos territórios. São textos que auxiliam ainda a compreender os problemas de saúde, os conflitos, os cerceamentos de direitos, os abusos de memória e esquecimento, entre outros aspectos advindos, principalmente, da implementação do PITR na região.

O leitor poderá observar também como os capítulos guardam uma peculiaridade: ao mesmo tempo em que são independentes estão profundamente conectados, tal como as comunidades e a escrita coletiva desta obra. Como um andarilho que percorre as comunidades, refazendo imagetivamente os movimentos dos próprios moradores do Chapadão de Russas, percebendo o colorido do semiárido pelo branco do algodão e das casas de farinha ou nos rastros do pó da carnaúba, o leitor-observador perceberá diferenças, movimentos e conexões entre os territórios. E o leitor-curioso, inclusive, terá acesso às memórias dos entrevistados podendo compartilhar suas alegrias e tristezas.

Com isso, os autores e autoras desta obra esperam que esta experiência de leitura gere outras experiências. O debate proposto é o do direito a terra, à água, à memória, ao patrimônio, etc. Direitos violados e a serem conquistados. Portanto, que este livro evidencie e propicie outros incômodos e que estes incômodos criem novos movimentos preocupados com as histórias de vida das pessoas comuns. É hora do leitor-incomodado expressar o seu pensamento...aliás, já passa da hora.





História das comunidades

Cipó

Venâncio de Oliveira, Maria Isabele Farias Moreira e Mário Martins Viana Júnior

Fundação

Cipó é uma pequena comunidade situada na região conhecida como Chapadão ou Tabuleiro de Russas. Chapadão remete ao termo utilizado pelos moradores, enquanto que Tabuleiro é uma denominação utilizada por uma diversidade de sujeitos vinculados ou não ao Estado fazendo referência a um recorte geográfico. Não se sabe ao certo o ano de sua formação, mas se acredita que alguns moradores residem ali desde o início do século XX. Alguns relatos apontam para provável existência pretérita de indígenas, em virtude de um muro bem alinhado e estruturado, feito de pedras e de barro, que fica próximo ao riacho do Cipó.

Esse muro parece uma pequena barragem de mais ou menos 1,80m de altura, e está localizado na beira da estrada que vai para o município de Limoeiro do Norte. Na memória dos moradores foram os índios que construíram o muro com o objetivo de barrar a água, já que por ali passaria um riacho. Próximo a ele há rochas de tamanhos variados que foram denominados de pilões. Os pilões são formações rochosas transformadas pela ação da água e do vento. Formam diversos orifícios em formas de “bacias” que armazenam a água da chuva e que servem como piscinas naturais para banho dos moradores.



Muro construído por antigos habitantes do Cipó para o barramento de água



Pilões - Quando é tempo de chuvas o lugar é bastante frequentado para banhos e brincadeiras

Na época das chuvas, os moradores do Cipó e de outras comunidades corriam para esse local e o divertimento estava garantido por meio de brincadeiras e banhos refrescantes durante o dia. Mesmo no período seco, os pilões garantem verdadeiros espetáculos aos visitantes pelo impacto visual e pela sonoridade que produzem.

Entrando na comunidade Cipó, vindo de Russas, a paisagem é caracterizada por duas formas de relevo conhecidos popularmente pelos moradores como serrote Pelado e o Peludo. Este é chamado dessa forma por conta da sua abundante vegetação, o que difere do serrote vizinho, o Pelado, que ambos se destacam na paisagem. Ao vê-los, é perceptível o contraste que ambos se distinguem na paisagem, sendo estes frequentados por alguns moradores. Sua localização fica próxima aos pilões, na beira da estrada. Saindo do Cipó no caminho de Limoeiro do Norte, é difícil não se admirar com a beleza desses morros. Cabe destacar como a presença dos serrotes, peludo e pelado, inseridos na paisagem são elementos formadores do espaço geográfico que contribuem para construção da identidade dos moradores.

Muitas pessoas acreditam que a comunidade se chamava Sítio de Baixo e que passou a chamar Cipó por conta do trabalho realizado por algumas famílias, pois era muito comum o uso de cipós arrancados das árvores para fazer balaios e cestos trançados. Mas outros depoimentos contam que, desde o início, o local sempre teve esse nome e o Sítio de Baixo seria ainda hoje uma localidade próxima. Mesmo assim, apesar das diferentes lembranças dos moradores sobre a origem do nome da comunidade, o que merece destaque entre eles é o reconhecimento do local, o sentimento de pertencimento ao Cipó, à comunidade Cipó, onde desde muito tempo residem várias famílias que construíram suas vidas entrelaçadas com o território.

Nos anos 1930, as casas dessas famílias eram em sua maioria de madeira e barro. Algumas tinham pedaços de freijó, uma espécie de árvore da região que dava uma madeira forte e resistente. Em períodos de cheias, eram boas para sustentar a casa e não deixar alagar. As casas eram apenas de barro e taipa, mas tinham uma ótima sustentação. Outras moradas eram feitas com carnaúba e aroeira e amarradas com palha. Naquele tempo, casas de tijolos eram símbolos de riqueza, pois apenas os fazendeiros podiam construí-las. As casas ficavam dispersas no meio do território da comunidade e dividiam espaço com a vegetação local. Entre os pés de pau branco, cajueiros, juazeiros e outras plantas nativas, algumas habitações se lo-

calizavam na entrada em direção ao Sítio Junco, enquanto outras ficavam do outro lado da comunidade, mais próximas ao caminho que vai para Fazenda Maia.

Importante lembrarmos que parte dos habitantes que residiam nessas casas veio de outras comunidades e localidades da região. Alto Santo, Bananeiras, Carpino, Miguel Pereira e Russas, entre outras, são algumas das origens dos moradores que migraram para o Cipó, a partir dos anos 1960. Ainda assim, até a década de 1970, o Cipó era constituído por casas que davam para contar nos dedos. Nelas moravam familiares como aqueles parentes de Dona Marlene: avós e tios que se ajudavam na convivência comum, em comunidade.



Peludo e Pelado - Formações rochosas que se destacam na comunidade



Casa de taipa - Representação das primeiras casas do Cipó

Modo de Fazer e Expressões

A comunidade do Cipó teve que plantar vários gêneros agrícolas para sua sobrevivência. Os mais comuns eram o milho e o feijão, mas há notícia do plantio de jerimum, mandioca, melancia e até algodão, embora esse último não tenha se sustentado por conta do bicudo, um inseto que prejudicava a plantação e ataca a maça do algodão acabando com o cultivo. Em virtude da praga, os agricultores tiveram que abandonar o seu plantio. Cada produto tinha sua forma de ser produzido e o saber dos moradores fazia toda a diferença nesses processos. Conhecer o terreno, a hora de plantar e de colher e qual o melhor tratamento dos gêneros eram saberes fundamentais para que, no final, a produção gerasse uma colheita suficiente para a venda e sustento das famílias.

De fato o Cipó é um local pedregoso o que não favorecia que as famílias plantassem nas suas próprias terras. Tudo ficava cheio d'água quando chovia nesses terrenos de brejo. Por isso, na maioria das vezes, o local da morada e o da plantação eram distantes. Algumas famílias acordavam cedo e iam a pé, de carroça ou de bicicleta para as roças localizadas nas comunidades de Bananeiras e Junco. Saindo logo quando amanhecia o dia.

Uns iam direto para o plantio e outros iam pegar a água do dia. Na roça, as atividades de limpar o terreno com enxada, machado e foice garantiam a retirada de tocos e troncos. No início, o arado e o cultivador eram de madeira com tração animal, pois não existia cultivador de ferro mais leve. Alguns moradores faziam seu próprio arado. Aos poucos, iam riscando a terra e jogando as sementes que, em períodos molhados, cresciam de forma rápida e davam alimentos e outros gêneros para abastecer as famílias no verão. O algodão, por exemplo, plantado durante um curto período era usado para fazer pavio da lamparina, roupas para uso próprio e/ou para venda.

Essa dinâmica de plantio sofreu uma forte alteração com a chegada de uma nova ferramenta, a plantadeira que acelerou os ritmos e as possibilidades de produção agrícola, como nos relatou seu João de Nel.

Naquela época nós passávamos o dia todinho para plantar um hectare de terra. Aí quando apareceu a plantadeira aí o cabra cultivava três, quatro hectares num dia, não era só eu não, era eu mais um ou-

tro parceiro, um cabra numa ponta, o outro na outra. Aí ia mais ligeiro (SOUSA, 2015a).

Para plantar as roças existiam duas formas: uma era de “maguiu” e a outra era a de estoque. Na primeira forma, a mais comum no Cipó, o feijão era plantado de cinco em cinco palmos, enquanto que na segunda maneira o feijão e o milho eram plantados consorciados.



Plantadeira

Mas é preciso lembrar que nem só de plantar viviam os moradores do Cipó. A coleta também era atividade importante. Alguns iam à mata procurar grandes colmeias para a retirada de mel e cera. Conheciam todo tipo de abelha e de onde era melhor para retirar o produto desejado. A abelha italiana tinha um mel bom e a sua colmeia era boa para retirada da cera. Já as arapuás só serviam para ficar grudando nos cabelos, enquanto que o mel da abelha era um pouco amargo, mas funcionava como bom remédio para a garganta. Depois de pegar a colmeia, os moradores exprimiam umas “capinhas” para a retirada do mel. A cera que sobrava era colocada em panelas grandes e cozinhada. Quando cozida era coada em um pano, o restante que ficava por cima era utilizada para venda.



Palha de carnaúba



Arado de tração animal



Caixa apicultora



Carnaúbas

No Cipó e nas regiões próximas, havia também muita carnaúba, uma espécie de palmeira que os moradores usavam para tirar a cera e vender. Nessa atividade, o primeiro passo era ir às matas tirar as palhas e o “olho branco” da carnaúba. Era necessária uma organização onde para cada morador que arrancava a palha, deveria existir outro sujeito embaixo pra ir cortando e separando. Ao chegarem à comunidade, o trabalho se transferia para as casas. No chamado de todos constituíam-se os conhecidos feirões. Em uma sala ou em um quarto, o trabalho era feito com as trinchas, objetos com lâminas utilizados para cortar a palha e o “olho branco” da carnaúba. Das palhas era possível fazer emaranhados que viraram tranças a serem vendidas para garantir o sustento das famílias.

Era muito importante que os locais desses trabalhos fossem fechados para que o pó da carnaúba não fosse espalhado pelo vento no momento do corte. Era esse pó que gerava a valiosa cera de carnaúba.

Outra característica muito comum no Cipó, assim como em boa parte das comunidades vizinhas na região do Chapadão de Russas, são as casas de farinha. Uma das primeiras casas de farinha foi a do Seu Telvino, que era manual, sem eletricidade, e a outra de Joaquim Estácio de Sousa. Além dessas existiam outras casas de fa-

rinha nas comunidades de Bananeiras, Junco e Fazenda Maia que garantiam o ir e vir dos moradores no processamento da mandioca e na produção de vários outros alimentos. As farinhaadas juntavam toda a comunidade do Cipó e até moradores vizinhos de outras localidades. A desmancha da mandioca era uma festa *danada*.

Nós fazíamos farinhaada. Duas semanas de farinhaada e nós produzíamos cem sacos de farinha. Era feita na Bananeiras. Quando era no final de semana, sábado, vinha aquela beijuzada, tapioca. A gente tinha prazer, aquele monte de gente! O cabra ia ajudar você a rapar mandioca na semana. A pessoa passava dois, três dias ajudando pra ganhar tapioca no final de semana. Aí meu pai tinha aquele prazer: uma família maior ele dava um punhadinho de goma, um punhado de farinha. O pessoal vinha comia um toucinho de porco. Para mim a vantagem nossa era essa daí (SOUSA, 2015a).



Casa de farinha



Forno artesanal



Instrumento de trabalho do forneiro

Era assim também com as debulhas de feijão. Depois da colheita, era de costume ter a debulha, o ato de tirar o feijão da vagem. Ao leitor que nunca teve a experiência de debulhar feijão pode parecer ser algo simples e sem muita importância, mas para as comunidades acostumadas com o plantio e a debulha esse era um momento importante de interação na localidade, de reunião dos moradores, de garantia da sobrevivência familiar e de fortalecimento dos laços de identidade. No Cipó, as debulhas aconteciam nas casas dos produtores de feijão, mas não ficavam reservadas apenas ao núcleo familiar. Toda a comunidade participava: sentavam e começavam a tirar o feijão da vagem, conversavam e brincavam. Alguns relatos contam que até alguns casamentos partiram do momento da debulha:

Era! Ia a pé! E quando a gente apanhava saco de feijão e trazia na cabeça e debulhava na mão? [...] Olha, plantar, colher, trazer a cabeça,

chegava aqui a noite botava em cima de uma esteira de palha e ia debulhar e assim a gente continuou criando a família da gente (DORES, 2015).

Antes era o divertimento do pessoal, era um divertimento, porque não tinha festa não tinha nada, era no escuro, vinham pessoas mais afastadas, por exemplo, da Fazenda Maia (SOUSA, 2015b).

No final dessas atividades quase sempre havia festas. O “dono da debulha” chamava alguns músicos para darem o ritmo no fim da atividade. Um dos instrumentos mais conhecidos e ouvidos no Cipó era o berimbau: uma vara com um arame amarrado nas duas pontas era acrescida de uma lata com um buraco virado para o arame. Tornava-se um instrumento musical com dois objetos em formato de uma “vareta” e era tocado pelo músico que batia no arame do lado da lata e dava o tom do outro lado. Conhecido tocador na comunidade, Seu Miguel do Cipó entoou várias músicas que ficaram marcadas nas lembranças dos moradores. Foi através do seu berimbau que músicas como “Escadaria” de Pedro Raimundo e “Rei do baralho” de Teixeira ficaram conhecidas no Cipó.

Festas e Celebrações

Nos finais de debulha e farinhadas, os moradores também tinham outras festas. Antes de existir o clube, que hoje em dia recebe os principais festejos, os folguedos aconteciam nas casas dos próprios habitantes do local. O tom de familiaridade, intimidade e proximidade entre os habitantes de um mesmo território garantiam que os momentos das celebrações fossem tranquilos. Nas memórias dos moradores do Cipó o tempo da festa de outrora era o tempo da alegria compartilhada e responsável, sem espaço para confusões e brigas.

Essa lembrança harmônica cruza as celebrações religiosas do Cipó, onde a maioria dos moradores são cristãos. Para os católicos, antes da construção da Igreja, as comemorações religiosas eram feitas em algumas casas, como a de Ercílio Estácio, mas as pessoas também iam para missas em comunidades próximas como Bixopá. A atividade religiosa do povo do Cipó e o seu compromisso com a fé foi o que garantiu, inclusive, a construção da Igreja na comunidade. Reunidos em trabalhos coletivos, os moradores doaram sua mão de obra para levantar as paredes do templo religioso, além de terem realizado leilões e jogos de rainhas, uma brincadeira bem comum para arrecadação de fundos.

Nos jogos das rainhas, duas meninas disputavam o título de rainha e para isso se dividiam dois partidos. Aquele que arrecadasse mais dinheiro ou objetos para o leilão teria sua rainha. Foi assim que em 1979 os próprios moradores construíram a Igreja do Cipó.

O padre sempre pedia um pouco pra quem tinha uma condição melhor. Vamos dizer aquele ceramista ia lá , ai ele pedia uma ajuda. Às vezes eu dava dois dias de serviço e me pagavam um [Antes de construir a igreja ele celebrava a missa era] ali em compadre Ercílio. Aí quando nós começamos a usar a igreja, ela ainda não estava nem coberta, só botamos o altarzinho e celebramos a missa lá e a festa, aí deu muita gente (PEREIRA, 2015).

A Igreja construída garantiu a centralidade de outras festas e celebrações. Os batizados e as catequeses eram exemplos do trabalho religioso. Em uma comunidade em que os casais tinham numerosos filhos, o batizado era um evento relativamente corriqueiro, porém muito importante para iniciar os filhos na vida cristã, enquanto que a eucaristia e a crisma significavam a continuidade dos filhos na vida religiosa. Iniciados nas casas de catequistas, esses trabalhos chegavam até a Igreja garantindo uma maior integração entre espaço religioso e espaços privados dos moradores. Aliás, o calendário das atividades da comunidade era repleto de festas religiosas, tais como os dias dos padroeiros, a festa de São José, do Sagrado Coração de Maria, entre outros.



Igreja da comunidade construída em 1979 pelos moradores

Existiam outras formas de celebrar a vida. Os forrós, por exemplo, eram puxados ao som de berimbaus, também tinha o “pé de serra” no Junco, as festas com músicas bregas e os carnavais com as suas famosas marchinhas .

Pé de serra chamado, porque pé de serra são aquelas festas que só tocava musica velha, né? Hoje o pessoal vai cantar uma música dessa aqui e não gosta né?! Vai buscar uma música daquelas bregas, muito boa daquelas que gente tinha e hoje o pessoal diz que isso é coisa pra velho (PEREIRA, 2015).

No carnaval do Cipó, não podiam faltar essas músicas para o povo dançar, muito menos os adereços. Assim, o carnaval surge nas memórias dos moradores como o chapéu trançado e bem enfeitado, o corpo coberto por fantasias e o som bem diferente dos dias atuais. Músicas como “você pensa que cachaça é água, cachaça não é água não...” e “lata d’água na cabeça...” garantiam as danças e integrações em festas, como aquelas realizadas nos carnavais do açude dos Venâncios.

Expressões Lúdicas e Brincadeiras

Na porta da casa de seu Manoel, mais conhecido por Chico Eugênio, a contação de histórias ainda traz crianças e jovens das casas vizinhas e tornam as tardes mais divertidas. Os contos são próprios da comunidade e uma das histórias favoritas do contador e dos ouvintes é a “do tempo em que os animais falavam”. Conta-se que antigamente na comunidade do Cipó os humanos podiam se comunicar com os animais. Com o tempo, entretanto, estes foram silenciando e passaram a falar cada vez menos. Mesmo assim, hoje em dia, existem relatos que ainda é possível escutar a prosa entre burros. É só ficar de ouvidos atentos!



Criação do seu Chico Eugênio

Além dessas histórias, outras formas de manter atenta a imaginação dos jovens e crianças eram os jogos e brincadeiras. Uma delas era a festa de rainha seguida das brincadeiras do “cai no poço”, “escondidor”, “ramim de moura”, “pá-pá-pá” e “esconde-esconde” que divertiam os dias das crianças do Cipó. Nos relatos dos moradores conta-se que para começar as brincadeiras bastavam apenas duas crianças. Em uma comunidade pequena isso era tarefa fácil, visto que todos os moradores se conheciam.

A imaginação da infância e da juventude era um elemento importante na permanência das brincadeiras mesmo diante das adversidades. Nos jogos de futebol, por exemplo, muitas vezes a bola era substituída pela bolinha feita de meia ou mesmo pela peteca de pano. A alegria era ainda mais completa quando havia a oportunidade de, terminadas as partidas, continuar a brincadeira com os banhos no Açude da Fazenda Maia. E não eram apenas as crianças que se divertiam com essa dinâmica.

Os jovens também participavam, tanto que até hoje há no Cipó um campo de futebol que reúne, desde pequenos, os moradores de diferentes idades que jogam, fazem times, torneios, etc. e são lembrados com muito saudosismo:

Na infância era jogo de bola, brincar do trisca, o drama né. Eu sabia até as músicas do drama, acredita? A minha infância que eu me lembro eu corria atrás de bola, pegar peixe no açude, arrancar minhoca com enxada para pegar um cangati numa loca...(SOUSA, 2015a)

Essas brincadeiras se confundiam ainda com outras. Por exemplo, o escondedor e a bandeira eram atividades que exigiam muito esforço físico. O escondedor que acontecia na maior parte das vezes à noite tinha como enredo uma criança escondida enquanto as outras iam procurar. Já na brincadeira da bandeira, o corre-corre tomava de conta para ver quem conseguiria pegar a bandeira. Havia ainda o bumba-meu-boi, o brincar de anel, o brincar do trisca e o drama.

Eram essas as principais brincadeiras da garotada no Cipó que costumeiramente dividia o tempo do brincar com o tempo de estudar e de trabalhar. As tarefas com a família ajudando na roça, capinando, plantando, colhendo, dando de comer para os animais, buscando água, além dos trabalhos domésticos eram atividades corriqueiras que integravam pais e filhos. É comum na memória dos moradores do Cipó, a lembrança

do tempo da infância como o tempo do trabalho realizado ao lado dos pais, das mães e dos irmãos e irmãs. Eram atividades que buscavam manter a família viva e integrada.

Educação e Saúde

A dificuldade de acesso à educação é um ponto comum nas memórias dos moradores do Cipó. A construção da primeira escola da comunidade só foi concluída na década de 1970, sob a gestão do prefeito Aurino Estácio. Mesmo assim, os sujeitos relatam várias experiências da vida escolar, quando as crianças tinham aulas nas casas das próprias professoras. O tempo da aprendizagem se misturava com o tempo das relações privadas do espaço doméstico. As professoras se dividiam entre várias tarefas: ensinar os alunos e alunas a soletrarem com a ajuda das cartilhas do ABC, escreverem com os caderninhos da época e fazer e servir o lanche da garotada na hora certa. Tomando para si a responsabilidade do cuidado e amparo dos outros, além da comida, muitas vezes as professoras chegavam a doar os cadernos de escrita para aquelas crianças e jovens de renda familiar bastante reduzida:

Ai nossa, antigamente a gente comprava uns caderninhos desse tamanho, ela era que comprava pra nós já que nossos pais não tinham condições. Aí eram duas, eu e a minha irmã, aí ela partia no meio o caderno pra fazer pra nós duas e quando chegava em casa ainda tinha mais dois irmão e ainda dividia. Desses cadernos ela fazia pra nós quatro. E ali nós eramos uma alegria medonha...(DORES, 2015).

Mas a participação feminina na vida educacional do Cipó possuía ainda outras características. Além das professoras que tinham que se dividir entre as atividades domésticas e o magistério, e as mães que atuavam na alfabetização dos filhos em casa, existiam as meninas que lutavam para acessarem o mundo das letras e dos espaços de lazer. Muitas vezes, as vontades de estudar e se divertir podiam ser bloqueadas pelos olhares e ações atentos dos pais, irmãos, outros homens ou mesmo outras mulheres. O desejo de estudar era interrompido pela atribuição do trabalho da labuta diária na roça, pelos trabalhos domésticos ou pela ajuda na criação dos irmãos menores. Nos dizeres de Dona Maria, “não havia oportunidade de estudar e quando tinha, não podia”.

Mas muitas mulheres conseguiram romper barreiras impostas. Tornaram-se professoras e passaram a dar aulas nos colégios e nas suas próprias casas. Eram senhoras

como Dona Adaísa, Dona Eteuzina, Lucimar e Maria Morena. Mas essa dinâmica não era exclusividade do Cipó. As crianças que não tinham aulas com as professoras nessa comunidade iam para outras localidades, geralmente na Fazenda Maia, onde encontravam mulheres como Dona Lúcia e Dona Damásia. Às vezes, o deslocamento era ainda maior, o que tornava o acesso ao conhecimento bem mais difícil, como no caso dos jovens que iam até Limoeiro do Norte para terem aula com a Dona Eteuzina. A pé, no lombo do jumento ou do cavalo as crianças e adolescentes levavam duas, três e até quatro horas para chegarem ao colégio. Esses longos deslocamentos debaixo do Sol escaldante fizeram com que muitos desses jovens desistissem da tentativa de melhorar de vida pela educação.

Além da busca pelas letras, os moradores do Cipó saíam de sua comunidade para obterem atendimento médico. Os adultos levavam as crianças no Bixopá através de um caminho repleto de dificuldades e peculiaridades. O atendimento problemático e demorado era acrescido do problema do deslocamento inadequado e fatigante. Os menores e mais novos eram conduzidos dentro de caçuás amarrados ao lombo dos jumentos. Esses caçuás eram espécies de sacos ou baús com pouco mais de um metro de profundidade, pouca ventilação, e feitos de talo e com fundo de couro de animal ou trançado. Tinham várias funções, como esta de carregar os enfermos ou de levar as crianças para vacinação.

Quando as crianças ficavam muito doentes e não podiam enfrentar essas longas jornadas, os pais tinham que adotar outras estratégias. Era relativamente comum a ida dos pais aos médicos para relatarem os sintomas dos filhos. Assim o médico diagnosticava e receitava o remédio para que o responsável voltasse e medicasse o filho enfermo no Cipó. Outra forma de agir no Cipó e em outras comunidades da região era a busca pelas rezadeiras e pelos remédios naturais. Segundo os moradores, não era difícil que crianças nascessem com alguma enfermidade e são vários os relatos que contam sobre a perda de algum filho ou irmão pequeno diante de problemas nos primeiros dias após o nascimento. A partir da fé, as pessoas atestam como os enfermos podiam ser curados pela ação dos curandeiros.

Em paralelo, havia a possibilidade de tratamento por meio dos remédios caseiros, como os chás. Muitos moradores relatam que tomaram o chá da raiz da xanana e o chá de eucalipto com limão para se curarem das gripes. A casca do jatobá cozinhada e feito chá era remédio certo. Ótimo para desinfetar uma ferida era o banho com o mangerom, e se tivesse alguma malina fazia-se o chá com a xanana, a raiz da maliça, a pepaconda e outras qualidades de ervas. Para as doenças da barriga, a casca da laranja triturada oferecia um valioso

pó que, misturado com água quente, virava um remédio em forma de chá para o doente.

Mesmo com todas essas dificuldades, a lembrança dos tempos pretéritos da comunidade do Cipó é enquadrada nas memórias que atestam a felicidade e a boa saúde. Muitos idosos são seguros em afirmar que nos tempos de outrora, de infância, adolescência e fase adulta os problemas de saúde eram poucos e resolvidos com a intervenção divina, através da mão dos curandeiros e dos médicos, além dos remédios, caseiros em sua maioria. Memória que difere das pessoas no tempo presente que parecem estar mais fracas e doentes, arredias ao trabalho e à disciplina.

Estruturas: Água e Energia

A energia elétrica chegou a algumas casas do Cipó nos anos 1990. As casas e os pequenos comércios eram iluminados por lamparinas e lampiões antes da chegada da eletricidade, em que a queima do pavio era feita com algodão embebido em querosene, comprada em pequenas vendas no Cipó e em comunidades vizinhas. Também poderia ser apenas um pano enrolado e esfregado em cera de abelha que servia para alumiar toda a noite:

Antes era lamparina! Papai teve que fazer até um negócio, sei lá como era que chamava! Enrolava um pano em uma cera pra alumiar os filhos. Cera de abelha. A gente pegava um pano, enrolava o pano, pegava aquela cera que ela ia tirar no mato, a gente enrolava assim e acendia pra alumiar de noite (DORES, 2015).



Lamparina

Nos pequenos comércios, existiam produtos variados para atender as necessidades básicas dos moradores. À luz da lamparina, esses espaços agregavam as pessoas, funcionando como pontos de encontro e de conversa fácil, mesmo que para algumas pessoas fossem um pouco distantes. Na falta de luz elétrica e carros motorizados, o trabalho de abastecimento e comércio dessas vendas era tarefa trabalhosa e de responsabilidade de

apenas alguns poucos indivíduos, em sua maioria homens, que faziam o transporte das mercadorias de Russas para as comunidades do Tabuleiro e armazenavam em potes e baús.



Ancoreta. A ancoreta era um objeto muito utilizado pelos moradores para armazenamento e transporte de água dos açudes e riachos

Difícil para os moradores do Cipó também era o acesso à água. Ainda hoje a comunidade não possui abastecimento regular. De suas memórias relatam que nos momentos de estiagem a situação era ainda pior. Ao utilizar água para cozinhar não havia água para beber e vice-versa. A farinha era um aliado valioso para garantir a alimentação no período de seca:

E eu passei uma semana, uns dois dias sem nada porque não tinha água, não tinha água pra cozinhar, porque se eu cozinhasse não tinha água pra beber. E assim eu preferia beber e alimentar com um punhadinho de farinha só pra botar na boca, porque não dava pra cozinhar o feijão nem nada, porque não tinha água (DORES, 2015).

E mesmo quando existia água a tarefa não era fácil, os moradores tinham que fazer longas caminhadas com cabaças nos ombros, na cabeça ou utilizando jumentos com ancoretas para transportar o valioso bem. Caminhadas que antigamente podiam ser em direção aos açudes (velho e novo) da Fazenda Maia ou do Riachinho do Cipó, por exemplo.

As cacimbas construídas nos trabalhos das Frentes de Emergência e pelos próprios moradores na comunidade do Cipó só foram finalizadas nos anos de 1981/82 como relata Seu Luís:

Foi eu que cavei, mas com a ajuda do governo. O pessoal vinha pra comunidade fazer cacimbão. Aí eu ia lá, pedia uns trabalhados. Eu fiz o cacimbão: botei 16 anéis, dá mais de quarenta palmos (PEREIRA, 2015).

Para esse período os moradores lembram que as famílias, com bebês e crianças pequenas de até três anos, usavam as cabaças como banheiras para facilitar o trabalho de economizar a água, já que nessa idade as crianças precisam tomar muitos banhos e a sua água era reaproveitada para lavar fraudas. As cabaças eram utilizadas também para trazer água dos riachos e açudes próximos. Às vezes, colocavam-se duas cabaças num galão, uma vara de sustentação para facilitar e carregar mais de uma cabaça por vez.

Depois da construção das cacimbas de anéis, o abastecimento passou a ser feito por carros-pipas nos anos de 1983/84. Segundo João Nel, esse momento representou uma batalha, haja vista que os carros eram velhos e enferrujados. Mesmo assim, em virtude do número pequeno de moradores, aquela água era suficiente para os afazeres domésticos, para irrigar a horta de legumes e até para nutrir os animais. Por algum tempo, outra opção viável para os moradores foi o tanque construído pelo senhor Eucídes. Ele recebia, armazenava e repassava a água fornecida pelos carros-pipa para os moradores. Mas o acesso à água não era fácil. Assim como a energia elétrica, a água fornecida pelos carros-pipa, muitas vezes, tinha que ser comprada, o que significou um aumento no custo de vida das pessoas.

Quando era no período de seca, o negócio era meio pesado assim, por quê? Sempre vinha o carro pipa, quando Eucídes começou a morar aí, que tem bastante tempo, ele tem umas condiçõezinhas melhores aí construiu um tanque, aí vinha carro pipa deixava a água aí a gente carregava água dali, aí a água ele colocava. Aí nada nem depósito de água ninguém tinha nada. Esse acesso à água era difícil. A não ser que fosse um jumento ir buscar uma carga d'água em algum canto, tinha o jumento com as ancoretas aí a gente ia pegar no açude (SOUSA, 2015b).

Mesmo com as cisternas entregues pelo Estado, embora o acesso tenha melhorado, o abastecimento continuou comprometido. Conta Dona Maria Sebastiana que uma carrada d'água chegava a custar até R\$ 60,00. Às vezes, tinham que juntar dois ou três moradores para conseguir fazer a compra e distribuição do bem.

Quando chovia, entretanto, tudo parecia ficar diferente. Percorrendo as memórias dos moradores do Cipó, é possível encontrar muitas referências à localidade dos Pilões. O período de inverno, em tempos passados, foi representado como aquele momento

em que tudo ocorria bem com a comunidade: tinha fartura na colheita, água para dar aos animais e um clima mais agradável e integrado. Memórias essas que conflitam com os períodos de estiagem, como as de 1932, 1958 e 1970. Somada a escassez de água estavam as dificuldades inerentes ao solo pedregoso do Cipó e na busca da sobrevivência de suas famílias, muitos sujeitos, em sua maioria homens, alistavam-se e iam trabalhar nas Frentes de Emergência, onde recebiam alimentos como pagamento. Essas obras normalmente eram açudes, construções de estradas, cacimbas e barragens. Os agricultores transformados em trabalhadores de grandes obras ficavam de segunda à sexta no local de trabalho para no final da semana voltarem para casa com seu pagamento.

Dias Atuais

Hoje o Cipó é quase um pequeno distrito. Como vimos, muitos dos novos moradores vieram da antiga comunidade de Bananeiras, um local que foi totalmente “apagado” do mapa pelo processo de construção da segunda etapa do Perímetro Irrigado do Tabuleiro de Russas. Esse projeto iniciado ainda nos anos de 1990 faz parte de uma política maior de modernizar a produção agrícola e que foi implementado pelo Estado a partir de determinadas instituições, como o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS). No discurso oficial, as mudanças surgem no sentido de trazer água e bem estar para os moradores.



O Cipó Atualmente

O que os moradores lembram, entretanto, é da expropriação de terras, descaracterizando a economia local, alterando profundamente os costumes e a dinâmica cultural das comunidades. Os novos moradores do Cipó lembram como Bananeiras era um local próximo e como todos foram expropriados. Hoje o local é irreconhecível até para quem nasceu e foi criado lá. A expulsão do território fez com que os indivíduos migrassem para várias comunidades, concentrando-se nas comunidades do Cipó e da Fazenda Maia. E é

por isso que as memórias sobre Cipó e Bananeiras, muitas vezes, aparecem entrecruzadas.

São essas particularidades que tornam a comunidade do Cipó única e fazem com que cada habitante sinta-se pertencente àquele pedacinho do Chapadão de Russas. Entre as memórias dessas comunidades impactadas pelos perímetros irrigados, a vida na roça não aparece como algo fácil. Contudo, ver os dias passando e a comunidade sempre de pé, torna-os mais fortes e felizes por fazer parte da construção diária e da permanência de todos eles no território.



Reassentamento da comunidade do Cipó

Lista de bens

Celebrações

Carnaval no Açude dos Venâncios

Formas de Expressão

Farinhada

Debulha do Feijão

Lugares

Casa de Farinha

Pilões

Serrote Pelado

Serrote Peludo

Objetos

Ancoretas

Berimbau

Pipa

Saberes

Feirões

Modo de fazer a debulha do feijão

Modo de fazer a retirada do mel e da cera de abelha

Modo de fazer a trança da palha

Modo de fazer o doce de espécie

Modo de fazer o mel de malvarisco

Resumo dos bens

Tirada da Cera

Muito comum na atualidade para a fabricação de medicamentos e cosméticos, a cera de abelha era um produto importante para as famílias da comunidade do Cipó. A tiragem da cera começava com a procura de uma boa colmeia no meio do mato. Conhecendo os diferentes tipos de abelha, os moradores focavam na busca daquelas que poderiam dar uma boa cera e um bom mel. Este além de ser utilizado como alimento também servia para fazer remédios naturais. Capturada a colmeia das abelhas, o mel era exprimido contendo algumas capinhas. O que sobrava era colocado em panelas grandes e cozido, depois retirado da panela e coado em panos. Dentre as suas inúmeras possibilidades de trabalho com a cera, os moradores lembram que no tempo em que não existia energia elétrica era possível fazer os murrões: pequenos balões de cera que em contato com o fogo alumiam a noite da comunidade. A cera que sobrava era vendida para complementar a renda das famílias. Por conta da dificuldade de achar colmeias nas matas, a tirada da cera foi acabando com o tempo. A cera vendida dava um bom dinheiro, já que cera de abelha era algo mais raro e, por isso, caro.



Ancoretas

As ancoretas eram objetos costumeiramente presentes no cotidiano dos moradores do Cipó. Podiam ser feitas de madeira ou de pneu velho e quase sempre estavam no lombo de alguma mula ou jumento, fixadas em cangalhas. Conhecidas em muitos lugares pela sua função de carregar vinho ou aguardente, na comunidade do Cipó as ancoretas são lembradas pela sua importante atribuição de carregar água das cacimbas e dos açudes próximos para as casas dos moradores. Eram elas que tornavam possível a transposição de água do açude novo da Fazenda Maia e do riachinho do Cipó. O seu constante ir e vir fazia parte da imagem da comunidade.



Trançar a Palha

A palha era abundante no Cipó. O trabalho começava com a sua extração da carnaúba. Obtido o bem valioso, surgiam múltiplas possibilidades de trabalho com o mesmo. A palha podia se tornar esteira que receberia o feijão plantado, colhido e trazido na cabeça das pessoas para ser debulhado. A palha também servia na amarração e na construção de casas feitas de aroeira e carnaúba. Mas era no trabalho do trançado e da costura que a palha se destacava. Com a palha eram feitos cestos e grandes bolsas. A invenção saía das mãos dos artesãos e das artesãs, muitas vezes, em regime de trabalho familiar: as famílias teciam e trançavam a palha para fazerem chapéus durante o dia que eram costurados à noite e vendidos para o Sr. Zé Manoel. Na economia local, o dinheiro resultante dessa venda servia para comprar açúcar e outros alimentos. A palha era, portanto, um elemento importante que concentrava os indivíduos desde o trabalho à alimentação.



Berimbau

O berimbau era um instrumento bastante utilizado nas festas do Cipó. Era feito de uma vara amarrada com um arame em cada uma de suas pontas. Colocava-se nessa vara uma lata com um furo virado para o arame. O artesão, que na maioria das vezes era o próprio instrumentista, afinava o berimbau e com dois objetos de formato cilíndrico começava a tocar várias músicas. Na maioria das vezes, o berimbau era tocado nas festas que aconteciam nas casas dos moradores, nos finais das debulhas, por exemplo. Nesses festejos, o tocador de berimbau era quase sempre requisitado para puxar o forró de pé-de-serra garantido a alegria dos moradores do Cipó e de outras comunidades.

Pilões

A comunidade do Cipó tem muitos lugares que representam fortemente a sua identidade. Um deles com certeza são os pilões que consistem em formações rochosas de diferentes formatos em virtude da ação erosiva da água, da variação da temperatura e do vento. Os pilões são localizados em um lugar mais afastado da comunidade, onde nos períodos de chuva os moradores iam se banhar, conversar com os amigos, namorar. Conta-se que dali surgiram muitos casamentos. O som da água entrecortando os pilões pode ser ouvido a quilômetros de distância. Segundo os moradores, os primeiros a frequentar os pilões foram os índios, em virtude da existência de muros construídos para a contenção de água que eles datam de mais de duzentos anos. Ainda hoje, os pilões são frequentados pelos moradores, principalmente quando chove e acumula-se água.



Farinhada

As farinhadas no Cipó como em toda região são momentos de muita importância para a comunidade. Desde o momento de plantar a maniva (com o cuidado para não insolar), até os produtos finais da farinha existe toda uma prática e modo de fazer da comunidade. As casas de farinha do Cipó tinham todos os materiais necessários para o preparo. Para começar o processo de desmancha a mandioca era levada para a casa de farinha. Reunidas as pessoas, começava a raspagem. Mulheres, homens, crianças, idosos, pessoas de diferentes comunidades sentavam no chão e começavam a raspar. A mandioca sem a casca seguia para moendas elétricas, mas que antes eram movidas por tração animal ou humana. Moída, a mandioca seguia para o fuso, uma peça feita de madeira com uma espécie de prensa de ferro e madeira. A palha da carnaúba também era usada nesse momento para secar a farinha que ainda era uma massa. Depois do fuso, essa massa ia passando por outros materiais, até ficar só a farinha para ser cozida. Quando chegava ao forno, era tarefa do assador ficar mexendo continuamente a farinha na chapa que, diante das temperaturas extremamente elevadas, tinha que usar sandálias altas e feitas de pau para não queimar os pés. No final, com a farinha pronta derivava vários produtos, como o beiju e a tapioca.





Serrote Peludo e Pelado



Fazenda Maia

Rosa Lilian Sérgio de Carvalho Chaves e Mário Martins Viana Júnior

Formação

Fazenda Maia é uma comunidade localizada na região do Tabuleiro de Russas. O nome da comunidade faz alusão à propriedade do antigo morador Chico Maia (Francisco de Assis Maia) que construiu o casarão por volta do início do século XX. O papel de principal núcleo de povoamento e organização da comunidade garantiu que a sede da fazenda se tornasse um importante lugar de memória, tanto para os moradores da Fazenda Maia, como para aqueles das comunidades vizinhas.

A importância e a força de atração que a Fazenda exerceu sobre outras localidades podem ser observadas, inclusive, nas marcas da formação histórica de sua população. Essa, aliás, foi uma característica secular de formação da comunidade que tem sua história marcada pela imigração, recepção e acolhimento de indivíduos.

Durante o século XX, o povoamento e a existência da comunidade dependeram diretamente do funcionamento da própria Fazenda. Para isso, Chico Maia necessitava de trabalhadores para a sua produção. Assim, ele exercia um papel de atração para movimentar a comunidade ao oferecer trabalho na sua fazenda e arredores. Os trabalhadores começaram a buscar emprego na Fazenda Maia. Eram de outros estados, como Rio Grande do Norte e Paraíba, e de localidades próximas e distantes, como Flores e Palmácia. Tal como a migração, o trabalho foi um elemento central na ocupação desse território.

Os sujeitos que trabalhavam na Fazenda, permaneciam lá de cinco a seis dias por semana esperando ansiosamente pelo sábado. Nesse dia, recebiam em mercadorias o que era relativo a uma semana de trabalho. Era um momento importante, pois voltavam as suas casas para compartilhar e celebrar os alimentos com seus entes garantindo o sustento da semana vindoura. Eram tempos em que o acordo verbal garantia a confiabilidade dos contratos, em que imperava o poder da palavra, da honra, e que são lembrados de forma saudosa pelos sujeitos habitantes do território.

Na outra ponta dos contratos de trabalho, estava Chico Maia, cuja história se confunde com a da Fazenda e a de outros trabalhadores. Chico iniciou seus trabalhos como agricultor advindo de Flores. Pouco a pouco, foi ampliando sua criação de gado, porcos, ovelhas e bodes, estabeleceu-se no local onde fundou a Fazenda Maia, tornando-se importante fazendeiro. À medida que registrava e cercava as terras seu patrimônio chegou a aproximadamente 1.200 ha. Conta-se ainda que Chico Maia pedia empréstimos aos bancos para ampliar os negócios, adquirir gado e comprar mercadorias para o custeio básico (café, arroz, rapadura, etc.) e para remuneração dos seus trabalhadores.

Segundo Raimundo Lucas de Souza, neto de Chico Maia, o fazendeiro cobrava o arrendamento da terra. Para a utilização do terreno, o acordo era que o morador deveria plantar feijão, mandioca, milho e algodão e destinar parte da produção para o dono da fazenda na proporção de 3 para 1:

Nós trabalhávamos para nós mesmos, não tinha esse negócio de trabalhar um dia para um e o outro para outro não. Aqui nós éramos moradores do velho, e o que produzíamos dividíamos com ele. Quando colhíamos ele tirava a parte dele. Era 3 e 1: três para nós e um para ele, tirava o feijão, debulhava o feijão e o velho ia lá e perguntava quantos sacos tinham dado, e dividia. O milho também era do mesmo jeito (FREITAS, 2015).

A renda do algodão ficava para o fazendeiro e era utilizada para tomar mais empréstimos e ampliar suas atividades na agricultura na época em que o algodão era considerado o “ouro branco”. Assim, a Fazenda Maia se tornou um lugar bastante conhecido de onde saía o branco do algodão que ajudava a colorir as roupas, os sacos, os transportes e as estradas.

No ritmo migratório intenso proporcionado pela Fazenda de Chico, muitos trabalhadores retornavam para seus municípios de origem. Entretanto, muitas vezes, acabavam voltando novamente para Fazenda Maia em busca de novas oportunidades para trabalhar. Outros decidiram ficar e construir suas casas ao longo da Fazenda Maia entre as paisagens coloridas pelo branco dos algodoeiros, pelo amarelo dos milharais e pelo verde e marrom dos carnaubais. Aos poucos, foram sendo levantadas casas extremamente simples, feitas de barro e distantes das outras residên-

cias, cerca de duas e três léguas. Lugares perfeitos para a prática de criação de animais, como os bois e as vacas que davam sentido à existência da figura do vaqueiro.



Atividade pecuária ainda presente da comunidade

A intensidade do ritmo migratório sofreu arrefecimento com o passar do tempo. Segundo os moradores, a população da comunidade foi diminuindo, principalmente após a morte de Chico Maia e a desativação da Fazenda nos anos de 1990. Contudo, entre 2008 e 2012, a comunidade cresceu novamente em virtude de nova onda migratória. Hoje, por exemplo, a maioria dos indivíduos que compõem a comunidade é oriunda das comunidades de Bananeiras e Bananeirinhas que foram destruídas pela ação do DNOCS, devido à construção da II etapa do Perímetro Irrigado do Tabuleiro de Russas.



Fátima Ferreira e Gilvan Maia, migraram da comunidade Bananeirinhas por consequência da desapropriação

Esses elementos apontam de que maneira, entre as diferentes comunidades do Tabuleiro de Russas, a Fazenda Maia se destacou como importante território que agia como força centrípeta para moradores, famílias, expropriados, entre outros. Como vimos acima, a sua história é fortemente marcada pela migração e pelo trabalho que orbitavam em torno da Fazenda. Confunde-se com a vida, o fluxo e o ritmo intenso desses movimentos.

A agricultura, a criação de animais e o acesso à água

A agricultura foi a principal atividade econômica desenvolvida pelos moradores. Gêneros como milho, feijão, algodão e mandioca foram os principais cultivos. As sementes eram cuidadosamente separadas e armazenadas de um ano para outro, denotando a importância do cuidado com a atividade agrícola nessa comunidade. E os moradores se dedicavam ainda à criação de caprinos, suínos e ovinos, além de se envolverem com os trabalhos da fazenda, sobretudo, a produção de farinha e de queijo.



Debulha do feijão



Debulha do feijão

O trabalho da roça era diversificado pelo plantio do caju, maniva, milho, arroz e feijão. Os agricultores desmatavam a área e faziam o corte das folhas da resistente carnaúba. Da carnaúba extraíam-se as palhas que eram postas para secar. Em seguida, os trabalhadores procediam no corte do material. Houve alteração na dinâmica do trabalho manual apenas quando Chico Maia adquiriu uma máquina de cortar.

Além do trabalho na agricultura, os trabalhadores da Fazenda Maia realizaram obras fundamentais para a sobrevivência da comunidade. Até o início do século XX, a única fonte de água existente no local era um riacho, insuficiente para suprir a demanda da Fazenda e das comunidades vizinhas. Foram então construídos dois açudes: um na própria comunidade e outro na comunidade do Cipó. Mais uma vez, o trabalho coletivo ajudou na permanência do território. Nos relatos dos moradores, conta-se que a construção foi feita principalmente pelo trabalho manual, com cargas de animais (carro de boi, burro, jumento). A remuneração dos trabalhadores continuava sendo feita por meio do fornecimento de mercadorias.

A água do açude era utilizada para o consumo (beber, tomar banho, lavar roupa) e para pesca. Os próprios moradores da comunidade faziam o transporte da água carregando baldes na cabeça. Não existia um sistema de filtragem: coava-se a água em um tecido de algodão e armazenava-se em potes. Vinham moradores de outras comunidades como o Junco, Bananeiras e Lagoa dos Cavalos para utilizar a água do açude. Buscavam água por meio de ancoretas (madeira ou pneu) transportadas por jumentos e roladeiras puxadas por animais. Alguns desses moradores acabaram ficando e residindo na Fazenda Maia diante do fácil acesso à água.

Porém, a fixação na Fazenda não era garantia de acesso contínuo e regular à água. Em épocas de estiagem, como nos anos de 1958, 1970, 1979, 1980, 1983, a falta d'água foi um elemento comum da história dessa e de outras comunidades. E isso gerava novos movimentos migratórios, permanentes ou sazonais, a exemplo das Frentes de Emergência que faziam os indivíduos irem trabalhar em obras de estrada de rodagem e nas barragens, ou na perfuração de poços ou escavação de cacimbões com o intuito de encontrar uma fonte de água.

Na seca trabalhei muito. Teve uma época que parece que foi cinco ou seis anos de seca, de emergência de seca. Todos os anos a gente trabalhava e nessa época a gente já recebia um dinheiro. Eu me lembro que na primeira emergência que trabalhei foi uma estrada do Espim. Isso aí a gente recebia na época era três conto de reis, três e trinta centavos, foi a primeira que trabalhei. Depois trabalhei em outras, já colocaram o pessoal para trabalhar na propriedade no verão... Aí o que eles fizeram... Vamos botar o pessoal para cavar cacimbão, para desmatar, fazer barragem, para quando viesse o inverno já tinha aquele buraco para encher d'água, tinha a lagoa. Nessa época aí foi aumentando o dinheiro mais uma coisinha... Teve época aí que passamos quatro, cinco anos direto e não chovia nada. Tinha inverno não, chegava lá em Russas era só emendar um serviço no outro e ir trabalhar (SOUZA, 2015).



Açude Novo na Fazenda Maia

Formas de sociabilidade: brincadeiras, expressões e celebrações

Os moradores mais antigos relatam que nos anos 1960 as crianças não tinham acesso a brinquedos industrializados. Na comunidade, a produção de brinquedos seguia outra lógica: era artesanal, costumeiramente reunia pais e filhos e era feita a partir dos materiais existentes na localidade. Entre os brinquedos comuns havia os carrinhos e os cavalos de talo que eram elaborados a partir de pedaços de madeira. Com cuias eram feitas as rodas fixadas em eixos de madeira que garantiam o movimento dos pequenos veículos, puxados animadamente por cordões.

Um pouco maiores, na idade da adolescência, os jovens podiam substituir os carrinhos e cavalinhos pela brincadeira do casamento e da bandeirinha. Outra brincadeira comum amplamente relatada pelos entrevistados e conhecida pela sua capacidade aglutinadora, pois envolvia crianças, jovens e adultos, era a prática de jogar futebol. Os moradores faziam seus uniformes e outros objetos como luvas e bolas e se deixavam contagiar pelas notícias do esporte do mundo afora: nos anos 1970, a Copa do Mundo foi transmitida pelo rádio a pilha e chegou até aos ouvidos dos moradores da Fazenda.

Rádio e televisão eram momentos que garantiam a reunião dos indivíduos. Na sede da Fazenda, havia uma TV que funcionava ligada a uma bateria de carro ou caminhão. No turno da noite, era na frente dela que os moradores da comunidade paravam para contemplar as telenovelas. Não havia energia elétrica e a iluminação era feita por lamparina. Produzidas a partir do latão descartado e do algodão colhido, as lamparinas funcionavam a gás ou querosene até serem aposentadas pela luz elétrica nos anos 2000.

Outra forma de sociabilidade comum à comunidade eram os festejos. No salão da sede da Fazenda Maia “arrodeado de mato”, nas garagens e nas casas de farinha, eram realizados as fuzarcas e os forrós. No fim do trabalho da “rapa”, por exemplo, uma sanfona velha, uma zabumba, um triângulo e um pandeiro eram suficientes para animar o pessoal. Reuniam em torno de trinta a sessenta pessoas trabalhando e se divertindo. Dessas festas saíam muitas paqueras e namoros. Eram as épocas das farinhadas. Havia a desmancha de segunda a sábado. O trabalho era manual: raspar, torrar, mexer a farinha e tirar a goma. Às vezes tinha doze, vinte e trinta cargas de mandioca para raspar em um só dia. Matava-se um porco grande e todo mundo se ajudava e se divertia, inclusive, recebendo moradores de outras comunidades.

As farinhadas eram aqui numa casa de farinha que tinha bem grande. Então a gente se mudava, totalmente, pra casa de farinha, a gente dormia, a gente ficava ali, tinha ano que rodava o mês todinho de farinhada. Aí durante essa farinhada tudo era a mão. Não é como hoje, que tem as casas de farinha que tem tudo elétrico, mas nessa época não. Então a gente arrancava doze cargas de mandioca pra raspar em um dia, e aí tinha que raspar mesmo. Então a noite, quando a gente não tirava durante o dia, o pessoal vinha ficava raspando a mandioca até tarde até terminar aquela mandioca todinha. E aí depois fazia beijú, fazia tapioca, tinha esse divertimento. Ia todo mundo brincar no terreiro. Era uma animação, era um divertimento quando chegava na época da farinhada. Pra nós que naquela época não tinha televisão, não tinha nada, então isso era um divertimento. Juntava muitos jovens. Vinha gente de todas as comunidades pra casa de farinha (ARAÚJO, 2015).

Mas o arrasta pé não era a única forma de festa existente. Na comunidade, realizavam-se ainda os vesperais, tertúlias e dramas. Para as noites de dramas, por exemplo, as

mulheres faziam convites, improvisavam um palco e se vestiam de homens. A dramatização era ocupação estritamente feminina, sendo vedado o acesso ao público masculino.

De caráter misto eram as festividades religiosas que faziam os moradores da Fazenda Maia se deslocarem novamente. Embora possuísse um açude e funcionasse como lugar de junção de trabalhadores sazonalmente, a comunidade não tinha nenhuma igreja. Assim, em tempos de celebrações religiosas os moradores se deslocavam para as comunidades vizinhas, sobretudo para a comunidade do Cipó, com a qual ainda mantém forte ligação. Era esse constante ir e vir que garantia uma vida de intensa sociabilidade na Fazenda Maia.

Educação e Saúde

Uma pequena escola funcionava na comunidade nas décadas de 1960 e 1970, e recebia alunos das comunidades vizinhas, como o Cipó, por exemplo. Mas essa escola funcionava de forma inconstante. Quando criança, a maioria dos moradores da Fazenda Maia estudava na comunidade Santa Fé, no distrito de Jatobá, distante aproximadamente cinco quilômetros da comunidade. O percurso era feito a pé. As crianças e adolescentes andavam em pequenos grupos de estudantes que saíam de casa às 5h30 para chegar às 7h na escola. O percurso era feito caminhando, correndo, caindo e brincando. Quando chegavam à escola, muitas vezes os estudantes já estavam sujos e cansados.

A gente saía de casa cinco horas da manhã e ia para a Santa Fé, bem distante, íamos a pé, era muita criança. Olha nossa merenda: farinha com rapadura! O que é que nós fazíamos: colocávamos no oco do pau dentro de um saquinho e quando a gente voltava, vinha comendo, era assim! (MAIA, 2015a).

Dona Maria FerreiradeAraújo, mais conhecida como Dona Lúcia foi uma dessas crianças que iam à comunidade de Santa Fé para estudar. O ir e vir de Dona Lúcia permitiu que, posteriormente, ela se tornasse professora. A pedido dos pais das crianças e jovens, ela começou a dar aulas particulares na própria Fazenda Maia. Ali, realizou um importante trabalho alfabetizando crianças e depois os mais velhos que queriam aprender a ler e a escrever.

O cotidiano da infância de parte dos moradores era estudar pela manhã e no período da tarde cooperar com os pais na agricultura ou nos afazeres domésti-

cos. As crianças e adolescentes puxavam boi, trabalhavam no arado, na enxada, no cultivador e pegavam água em carga de jumento. Ademais, as crianças mais velhas podiam cuidar das crianças mais novas enquanto os pais trabalhavam na roça.



Maria Ferreira conhecida como Dona Lúcia. Foi professora nas comunidades de Fazenda Maia e Bananeiras entre as décadas de 1970 e 1990

Em casos de enfermidade mais séria, os pacientes eram levados para Russas ou Limoeiro. Tinham, portanto, que percorrer longas distâncias para encontrar atendimento médico. Assim, geralmente os tratamentos eram ministrados em casa a partir de receitas caseiras dos moradores, das ações das curandeiras, fruto de saberes tradicionais. Ao lado delas existiam ainda as parteiras que ajudavam na chegada nos nascituros realizando os partos nas casas das mães.

Dias Atuais

Atualmente, a Fazenda Maia apresenta um quadro ambíguo, onde o velho e o novo se chocam. De um lado, o casarão da Fazenda Maia encontra-se abandonado pelos herdeiros, a casa de farinha foi destruída e os açudes estão quase secos. No en-

Fazenda Maia

tanto, com a imigração das comunidades vizinhas, entre 2008 e 2012, várias famílias estabeleceram morada na Fazenda e pelo menos vinte novas casas foram construídas.



Casas Novas



Casas Antigas

A Fazenda Maia recebeu mais moradores em virtude da construção da segunda etapa do Perímetro Irrigado do Tabuleiro de Russas. E esses moradores relataram a enorme dificuldade em se adaptar ao novo e reconstruir suas benfeitorias e relações de afeto antes consolidadas. Muitos dos agricultores, que são provenientes de outras comunidades, promoviam uma variedade de culturas em suas comunidades originárias. Remanejados para uma área cujo terreno é pedregoso, pouco fértil e menor em extensão, a produção caiu drasticamente.

Os cajueiros que eles cultivavam em grande quantidade em Bananeiras e Bananeirinhas e que garantiam uma renda extra, fruto da venda da castanha, já não podem mais ser cultivados em função das péssimas condições do solo. O alimento que anteriormente era produzido pelo próprio agricultor, atualmente tem que ser comprado, comprometendo ainda mais a renda dos trabalhadores locais. Há relatos de pessoas que até deixaram de trabalhar com a agricultura pelos problemas relacionados às terras na comunidade.

Contudo, a onda migratória mais recente para a Fazenda Maia não implicou apenas perdas. Na ocupação do território por indivíduos estranhos a ele, houve uma reorganização dos sujeitos com o objetivo de empreenderem lutas por seus direitos. Assim, a luta do campo tão marcante na trajetória de vida dos entrevistados foi transmutada também em luta por organização social em prol de direitos diversos. Talvez esse seja um dos movimentos mais importantes da Fazenda Maia na atualidade, cujos ganhos podem passar para outras gerações futuras, como bem destaca Dona Lúcia:

Estamos nos reunindo sempre, se organizando, para lutar pelos nossos direitos, e receber o nosso lote por seleção. Que é o que eles prometiam pra gente. Para mim, e pra todos os expropriados, eles diziam que cada um ia receber seu lote. E a gente vem lutando para receber, eu tenho esperança ainda de receber. Não pra mim trabalhar mais, mas pros meus filhos (MAIA, 2015c).

Lista de bens

Formas de Expressão

Brincadeira da Bandeirinha
Brincadeira do Casamento
Dramas
Farinhada
Forrós
Futebol
Tertúlias
Vesperais

Lugares

Açude Novo
Açude Velho
Casa de Farinha
Casarão da Fazenda Maia
Garagem da Fazenda
Salão de festas

Objetos

Ancoretas
Cavalos de Talo
Lamparinas
Máquina de cortar palha de carnaúba
Pipa
Potes
Rádios a pilha
Roladeiras
Televisão a bateria

Saberes

Agricultura familiar camponesa

Criação de animais

Ofício das parteiras

Ofício das rezadeiras

Saberes e práticas associado ao modo de extração de pó de carnaúba

Resumo dos bens



Açude Velho

O açude foi construído pelos trabalhadores da fazenda no início dos 1930. Constituiu importante suporte para ocupação daquele território, tanto que virou referência constante na memória dos moradores da Fazenda Maia e de outras comunidades. Era o açude que garantia água para as necessidades mais básicas da comunidade. Ali, as pessoas trabalhavam, pescavam. Mas o açude tinha um caráter mais lúdico. Nos momentos de cheia tornava-se local de intensa convivência, de lazer, expresso nos banhos e nas brincadeiras. Nos tempos de estiagens prolongadas, pessoas de outras comunidades recorriam ao açude para conseguirem água de beber.

Casarão da Fazenda Maia

O casarão era espaço de antiga morada utilizada pelo proprietário da Fazenda, o Sr. Chico Maia. Teve intensa sociabilidade entre os anos 1930-1990, tornando-se referência para as pessoas da Fazenda e dos territórios do entorno, pois era um importante lugar de convivência entre os trabalhadores que prestavam serviços para o fazendeiro. Pelas memórias dos moradores é possível constatar que havia um intenso fluxo de pessoas no casarão. Ali, tratavam-se assuntos diversos relacionados aos trabalhos agrícolas, como o tipo e o tempo de trabalho, a aquisição de alimentos, entre outros. Para negociar com o patrão vinham pessoas de outros municípios que se instalavam nos alpendres da casa temporariamente. Hoje, a “casa velha” é um símbolo de uma época de trabalho e diversão na comunidade, pois também sediou festas, missas e comícios políticos.



Extração de Pó de Carnaúba

A extração do pó de carnaúba para comercialização era realizada nos meses de estiagem e foi uma das principais atividades econômicas desenvolvidas na Fazenda Maia. Dentro do grupo de trabalhadores havia os que se dedicavam ao ofício de taboqueiro. Este trabalho era realizado em grupos de cinco ou seis homens que se dividiam entre derrubar, cortar, secar ao sol e transportar a palha para a sede da fazenda, onde ficava o motor que processava as palhas e extraía o pó da folha. Obtido o pó, que servia para fazer a cera da carnaúba, a sua comercialização era realizada pelo fazendeiro Chico Maia que dividia o apurado entre os trabalhadores e extraía uma porcentagem para si. A extração do pó era, portando, uma atividade braçal que envolvia trabalho pesado, realizado coletivamente e dividida em etapas.

Garagem da Fazenda

A garagem da fazenda era separada e ficava a poucos metros do casarão. Foi um lugar de múltiplos usos e significados. Por um lado, serviu tanto como clube quanto como escola para os seus moradores. Muitas crianças e adolescentes aprenderam as primeiras letras ali. Por outro lado, durante os períodos de farinhadas, a garagem sediava os forrós e xotes que animavam os agricultores à noite. Nas décadas de 1960 e 1970, uma pequena escola passou a funcionar na garagem, recebendo crianças de outras comunidades, por iniciativa do dono da fazenda que contratou uma professora para alfabetizar os filhos de seus trabalhadores. Lembrar-se da garagem é lembrar desses momentos de aprendizagem e de lazer.

Salão de Festas

Tal como a garagem, o salão de festas era separado do casarão. Nesse salão aconteciam os famosos forrós de Mané Venâncio, um dos trabalhadores da fazenda que tocava sanfona e realizava festas “no escuro” que atraíam moradores do Cipó, do Junco e de outras comunidades próximas. O salão era, portanto, um lugar de encontro, de aproximações e de trocas. As pessoas se deslocavam para lá principalmente aos fins de semana para dançarem os forrós e xotes puxados no salão. Foi palco de namoros, amizades, vigílias, entre outro, foi palco da vida dos moradores da fazenda e de outras comunidades.

Pipa

A pipa era uma espécie de barril de madeira utilizado para carregar e guardar água pelos moradores. Era bem maior que os outros objetos que tinham a mesma função como a roladeira, as ancoretas e as cabaças. Em virtude do seu tamanho e peso diferenciados ela era levada em cima de carroças puxadas por animais. Além da madeira, a pipa era formada por arcos de ferro em sua volta e possuía dois furos: um lateral e outro em uma das extremidades, tampados por rolhas. Alguns moradores ainda guardam a pipa em casa como forma de recordação do tempo em que iam buscar água nas fontes próximas.



Sítio Junco

Francisca Dávila Oliveira

Uma história familiar

O sítio Junco teve sua história composta por cinco gerações da família Alves Lima, o tronco familiar que deu vida à comunidade e que compartilha as narrativas que fundamentam este texto. A ocupação do território a partir desse grupo conferiu uma memória comum aos moradores, que contavam e recontavam suas lembranças para os filhos e netos nos alpendres de suas casas, repassando seus idos e vividos afinados em lembrar a vida no Sítio Junco.

Diferente das demais comunidades do Tabuleiro de Russas que receberam muitas famílias migrantes de localidades e regiões próximas, no Junco, as práticas de vivência coletiva estiveram relacionadas ao crescimento do grupo familiar. Isto implicou uma gama de trocas e experiências comuns a todos os moradores tornando-se um traço marcante de suas narrativas.

Este elemento de diferenciação originou-se a partir da posse da terra onde o Sítio se formou: foi comprada pelo senhor Antero Alves Lima e passada como herança para os seus descendentes. Nos anos 1930, ao adquirir o terreno, Seu Antero, que residia no distrito de Carpina, próximo a Limoeiro do Norte, utilizou-o como área de produção deixando-o sob os cuidados de um morador responsável por cuidar dos cultivos e dos animais na ausência do proprietário. Em 1940, o dono das terras instalou uma casa de farinha no lugar, aumentando o fluxo de pessoas que frequentavam tanto pelo trabalho que



Criação de animais no Junco Velho

realizavam nas farinhadas quanto pela festa em que se divertiam durante as desmanchas.

Na década de 1950, Raimundo Alves, filho do senhor Antero, mudou-se com a família para o Junco; entre os seus filhos estavam Cristóvão, Raimundo (Seu Mundingho) e Josamar Alves Lima, que vieram para a comunidade ainda crianças, participaram da formação e do desenvolvimento do Junco, e vivem até o tempo presente na comunidade, sendo alguns dos guardiões da memória da comunidade.

O Trabalho nas terras que iam passando de geração em geração

Com a chegada de Raimundo Alves Lima e sua família, as atividades produtivas do Junco passaram a ser realizadas por eles, alterando os usos e o caráter que o local assumia até então. Seu Raimundo e os filhos estabeleceram vínculos com a localidade situada entre a comunidade de Lagoa dos Cavalos e o Cipó a partir do trabalho com a agricultura, elemento que contribuiu para que o espaço que tinha sido um “cercado” nas décadas anteriores constituísse uma comunidade.

A agricultura era desenvolvida no território desde os anos 1930 e foi intensificada a partir da década de 1950 com a chegada dos novos habitantes, constituindo a base do trabalho no Junco até os anos 2000. Assim, tornou-se um traço comum nas memórias e narrativas dos moradores, cujos relatos extravasavam a esfera do trabalho e situam as atividades da lavoura no centro de suas sociabilidades e subjetividades, desvelando uma identidade cultural permeada pelos saberes forjados no trabalho com a terra.

A disponibilidade de terras foi um dos elementos que contribuiu para o desenvolvimento das atividades agrícolas, como destaca Vanessa Alves, tataraneta de seu Antero:

Olha o acesso a terra nós tínhamos porque nós morávamos nas terras que já foram passando de geração em geração [...] então, cada um tinha o seu pedacinho, era dividido, cada um plantava a sua cultura né, da agricultura, cada um plantava o que queria, se queria o feijão... Então cada um tinha a autonomia, cada família, porque os irmãos tinham, cada um tinha a autonomia pra plantar o que necessitasse, se uma família tives-

se precisando mais de feijão a outra de milho, então, cada um era distinto, e as vezes quando eles tinham vontades semelhantes, eles se juntavam a terra toda e plantavam (MAIA, 2015b).

Os principais cultivos desenvolvidos pelos moradores do Sítio Junco foram milho, feijão e mandioca, adaptados ao clima semiárido, que eram voltados para o consumo familiar e constituíram a base alimentar da região. O milho era processado e transformado pelas mãos das mulheres em cuzcuz, bolos, canjicas, pamonhas, que eram compartilhados entre os moradores, especialmente nas festas juninas, como componente das trocas solidárias camponesas, intensificadas pelos laços de parentesco característicos do Junco. A mandioca era colhida no verão e seus processamentos consistiam em eventos importantes no calendário da comunidade que se mobilizava toda para fazer farinha, bejus, tapiocas, e outros alimentos que eram trocados entre o grupo, conforme apontou Vanessa Alves:

Na minha comunidade a farinha não era nem pra ser vendida, era pra ser consumida o ano inteiro, então quando meu avô fazia farinhada guardava naqueles caixões enormes e a gente passava o ano. E se vinha alguma pessoa, meu avô dava um quilo de farinha. A vida no interior as relações não são por dinheiro, são na base da troca, você dá um quilo de farinha, você dá um quilo de feijão pela amizade (MAIA, 2015b).



Antiga casa de farinha



Caixão para guardar farinha

Os plantios eram feitos nos meses chuvosos, pois a terra estava fertilizada pela ocorrência das chuvas. Após as colheitas, os agricultores armazenavam os alimentos e as sementes até a safra seguinte, revelando planejamento nas atividades e precauções com as estiagens. A solidariedade também se manifestava na doação e na troca entre os produtores em casos de produção excedente ou desigual de determinado gênero. Havia também as ajudas mútuas e as produções feitas em grupo, baseadas nas necessidades de cada família, como Vanessa Alves ressaltou a cima.

A organização do trabalho era familiar e com separação conforme o gênero: cabia aos homens a derrubada das matas, a queimada, a preparação dos terrenos e a coivara, enquanto as mulheres e crianças participavam nos processos de semeadura e colheita, como destacam Dona Osmarina e Seu Raimundo:

E ai, nós mulheres trabalhávamos só com o plantio e colheita, agora os homens não, trabalhavam com tudo. Mas nos nunca trabalhamos assim de limpar só não, até eu lembro que a gente começou a trabalhar muito nova, mas com eles a trabalhar o pesado (SILVA, 2015a).

O trabalho nosso era brocar de foice, trabalhar de machado derrubando pau, puxando cobra pros pés. Cultivador era difícil. Era tudo manual. Pra brocar você fazia aquela broca e depois tocava fogo pra poder plantar aquele legume (LIMA, 2015a).

Outra face do trabalho na comunidade foi o extrativismo vegetal que complementou a renda das famílias. Os moradores plantavam e colhiam algodão que vendiam para Russas, e cajueiros para extração da castanha de caju, que também era negociada no município e em outras comunidades próximas. Além disso, cortavam as palhas das carnaúbas abundantes na paisagem e delas extraíam um pó que eles comercializavam. Nas indústrias, esse pó era transformado em cera, um produto muito valorizado na confecção de cosméticos, materiais de higiene e limpeza, etc.

O dinheiro ganho com as atividades extrativistas era voltado para a compra de itens que não eram produzidos pelos moradores, como açúcar, óleo de cozinha e o querosene utilizado nas lamparinas que iluminavam as noites da comunidade, cuja aquisição fazia parte do planejamento e da economia das famílias.

Prazer em levar a vida em comum: as sociabilidades no Junco

As crianças e os jovens no Junco criaram e recriaram formas de brincar e conviver que se adequavam às suas rotinas de estudo e colaboração nas atividades da família, de forma que seus jogos e brincadeiras eram realizados durante idas para as escolas, nos roçados e nos açudes. Quando iam deixar o almoço dos trabalhadores na roça, aproveitavam para correr pelas veredas. Subiam nas árvores durante os recreios e brincavam e tomavam banhos quando iam lavar roupas com as mães no Rio Jaguaribe. Osarina Lima, moradora do Junco chamou esses exercícios indiretos de aprendizagem de “brincar-fazer e fazer-brincando”, já que enquanto se divertiam também observavam e imitavam as atividades dos adultos. Assim, as brincadeiras desempenharam importante papel na transmissão de determinados saberes e valores, como é o caso da brincadeira do “casamento” realizada entre adolescentes e apresentada por Seu Raimundo:

Tinha o casamento também, onde você pedia as moças em casamento. Eram umas diversões tudo boa que a gente se divertia até as 9h da noite. Dali, o pai da noiva ia fazer uma série de perguntas para ver se realmente você tinha condições de dar conta da filha dele. A gente tinha que dizer que tinha condições. Que tivesse ou que não tivesse condições, mesmo assim tinha que dizer que tinha (LIMA, 2015a).

Essa brincadeira reproduzia valores relacionados ao casamento, sendo o rapaz submetido a perguntas pelo pai da “noiva” que afirmavam o papel de provedores que os homens tinham que desempenhar no casamento. Havia ainda as brincadeiras que envolviam o esforço físico dos participantes: esconde-esconde, cirandas e futebol que eram brincados por meninos e meninas paralelamente às conversas dos mais velhos nos momentos de encontro da comunidade.

Existiam brincadeiras chamadas de “Cai no Poço” e “Jogo do Anel” que também eram brincadas pelos adolescentes, porém em ambientes mais reservados da presença dos pais, pois continham elementos, as prendas, que conduziam as paqueras e os namoricos. As prendas equivaliam a abraços, beijos no rosto e passeios rápidos entre os participantes que resultaram em muitos namoros na comunidade. Tais formas de convivência colaboravam na transmissão de códigos e valores rela-

cionados a instituições que eram importantes para a reprodução do grupo, destacadamente os namoros e casamentos que podiam implicar a constituição de famílias.



Raimundo Lima e Luzimar Alves, moradores do Sítio Junco

Outra face da sociabilidade no Junco estava ligada à esfera da religiosidade. Novenas e terços rezados nas casas da comunidade eram alguns dos principais momentos de encontro e confraternização dos moradores, em que as orações e cultos eram precedidos por conversas e contações de histórias entre os adultos e brincadeiras entre a juventude, segundo Osarina:

Mas esse momento que a gente ia pras novenas, pros terços, e depois tinha esse momento de encontro desses jovens, era a coisa mais maravilhosa daquela época, era confraternização mesmo. Você voltava para casa com vontade de ir de novo, no outro dia ou na outra semana... Geralmente, os terços eram na sexta-feira, e toda sexta em uma casa diferente, aí o ofício era quando morria alguém, com sete dias, um mês, um ano... Era muito legal (LIMA, 2015b).

Além das celebrações religiosas caseiras, os moradores também se dirigiam para as comunidades vizinhas que possuíam igrejas para participarem das mis-

sas, sobretudo para o Peixe e o Cipó. Esse fluxo foi modificado em 2014, quando a igreja de Lagoa dos Cavalos foi construída e as famílias do Junco passaram a frequentar, preferencialmente, as celebrações nessa localidade devido à proximidade geográfica e os vínculos estabelecidos entre as duas comunidades.

A casa de farinha também sediava celebrações religiosas, desvelando a proximidade entre as esferas do trabalho, da devoção e da festa no interior do grupo. Como já mencionado, as farinhadas eram momentos significativos de mobilização dos habitantes do Sítio Junco que se organizavam nos trabalhos de processamento da mandioca. Ao final, após terem passado o dia raspando, cevando, prensando e torrando a maniva, era hora de dançar os xotes e baiões de Luiz Gonzaga no terreiro da casa de farinha.

A casa de farinha funcionava como local de uso comum para a comunidade e assumiu funções diversas. Merece destaque a década de 1980, quando a moradora Maria Luzimar Alves, Dona Babá passou a ministrar lições de alfabetização para as crianças nesse lugar.

Na casa das professoras: a escolarização dos moradores

A educação foi outro elemento de integração do Junco com as comunidades vizinhas, assim como a religiosidade, pois a comunidade não possuiu escola. Na década de 1950, as crianças se deslocavam pelas estradas de chão a caminho do Cipó, e da Bananeiras que ficavam a mais de cinco quilômetros do Junco, além da comunidade do Córrego Salgado. Através dos caminhos dessas comunidades que já não existem mais em virtude da ação do DNOCS, as crianças buscavam lições de português e matemática com professoras que lecionavam em casa, já que não havia escolas nessas localidades na época referida.

Eram tempos da Tabuada e da Cartilha do ABC e de adversidades para quem ensinava e para quem aprendia, pois nem todas as professoras eram pagas para prestarem seus serviços, o que tornava o ofício inconstante. Ademais, as grandes distâncias dificultavam os estudos, conforme entrevista de Seu Cristóvão Alves Lima:

Eu para falar a verdade fiz até a 4^o série, já passando por outras escolas de adultos, escolas integradas, mas na minha infância mesmo, aos 10 anos eu deixei de estudar porque a professora foi embora e aí não teve mais escolas. [...] Estudo assim, nós passamos

em 4 escolas: estudamos na Bananeiras, no Cipó, no Córrego do Salgado à medida que íamos tendo notícia dos professores. Aí não tinha dinheiro, o transporte era cavalo e jumento (LIMA, 2015c).

A dificuldade de acesso à educação devido às distâncias foi atenuada na década de 1980, quando Dona Babá passou a ensinar as crianças da comunidade na casa de farinha e, posteriormente, em sua casa. A Escolinha da Dona Babá, como ficou conhecida, funcionava em um cômodo do seu lar, enquanto a professora se revezava entre o ensino e as atividades domésticas. Na década de 1990, depois que as crianças aprendiam a ler, escrever e contar, eram transferidas para a Escola da Lagoa dos Cavalos, construída em 1992. Mais uma vez, a educação era fator propulsor de deslocamento e integração entre as comunidades.

Em busca do líquido precioso: acesso à água e os tempos da seca

A água era outro elemento que conduzia aos deslocamentos e às integrações entre os moradores do Junco com as comunidades próximas. Na década de 1940, enquanto o Junco funcionava como área de produção, a água para o consumo dos animais vinha de uma lagoa que existia na localidade do açude da Fazenda Maia. Este foi um importante lugar de confluência dos habitantes da região, tanto pelos animados banhos de açude e pescarias que reuniam os moradores, quanto pelo que representava nos tempos de seca, quando muitas pessoas recorriam a ele na busca pela água.

Com a chegada da família Alves Lima na localidade e diante da necessidade de expandir as criações, outras formas de armazenamento de água foram implantadas no Junco. Além da lagoa, cacimbões, cacimbas, cisternas, barreiros e um catavento forneciam água para as famílias. Os atos de “buscar água” no cacimbão e “encher as vasilhas” em casa faziam parte da rotina das pessoas e consistiam em uma das mais importantes tarefas do lar. Essa tarefa se tornava mais árdua quando os reservatórios secavam e era preciso fazer deslocamentos mais longos para outras fontes da região.

Outra face da vida do grupo em tempos de seca eram as migrações para as Frentes de Emergência e Trabalho.¹ Dessas, destacavam-se as que aconteceram durante a seca de 1958 e a de 1970 quando a maioria dos homens saiu da comunidade para trabalhar na construção da Estrada do Barracão, e em outras frentes de emergência na

comunidade do Espinho e em Altamira. As frentes possuíam uma dinâmica e organização de trabalho distintas da agricultura praticada no Junco, já que o foco das atividades eram as construções de obras de infraestrutura como açudes, estradas, cercas, etc.



Catavento comunitário utilizado para bombear água

Os homens deslocados para o trabalho nas frentes retornavam para suas casas aos fins de semana, portando alimentos recebidos nos barracões em troca dos serviços prestados e, às vezes, com algum dinheiro conseguido com a venda dos mesmos produtos que o Estado enviava para garantir a sobrevivência das famílias sertanejas em épocas de seca.

O Açude do Dalton e o do Chico Maia, na Fazenda Maia, eram os maiores e mais utilizados pelos habitantes da região. As famílias do Junco também recorriam ao Rio Jaguaripe em tempos de escassez para resguardarem suas criações, como a família de Osarina, que durante uma seca da década de 1990 migrou com sua família para a vazante do rio:

¹ Frentes de Trabalho eram políticas públicas criadas pelo Estado para atender as populações sertanejas em tempos de secas. Os trabalhadores eram deslocados de suas comunidades para trabalharem na construção de estradas e açudes públicos. A partir da segunda metade do século XX houve uma mudança no caráter das frentes que passam a ser denominadas Frentes de Emergência, cujo foco era o trabalho para melhoramento em propriedades privadas.

Em 1993 foi um período de seca muito grande aqui, e aí muitas pessoas daqui foram para a região mais perto do Rio, para poder sustentar o gado e plantar alguma coisa na vazante do rio para poder passar o ano. [...] Eu tinha dez anos, porque eu nasci em 1983, o que eu lembro dessa época é que muitas pessoas daqui e não só o meu pai foram morar lá, a gente passou mais de um ano morando lá e lá a gente cuidava de um sítio de uma tia do meu pai, cuidava, ficava no sítio, plantava e colhia frutas, milho, feijão e também salvou o gado que tinha, a vaca de leite e o boi de trabalho que tinha, e aí outros também, os tios da família do meu atual esposo que tinham também iam para lá, mas ficavam nessa ida e volta, então, foi uma época difícil mas por estarmos perto do rio conseguimos salvar um pouco (LIMA, 2015b).

Uma mudança significativa na forma dos moradores acessarem a água se deu a partir da instalação do Perímetro Irrigado do Tabuleiro de Russas, do qual recebem parte da água canalizada para as plantações do agronegócio, mudança essa fruto da organização das comunidades, conforme Osarina Lima:

Acho que mais ou menos de 2004 a 2007 por aí para conquistar a liberação da água do canal da primeira etapa ainda, e aí foi abaixo-assinado, reunião em Fortaleza, a associação lutando, lutando, até que consegui, a gente tem água encanada. Vem por força da gravidade e a gente não paga essa água, né, liberada pelo perímetro e até hoje a gente não paga, pode dizer que tem com abundância para o consumo da casa, para aguar um planta no quintal a gente tem essa água, sem se preocupar com carro pipa (LIMA, 2015b).

Somente uma estrada passando em cima: o (des)envolvimento atingiu o Junco

A desapropriação das terras em 2010 deslocou os moradores para outro ponto da comunidade, onde eles construíram suas casas em fileira a beira de uma estrada, sem a casa da farinha, sem a lagoa, sem o campinho onde jogavam futebol, sem os cajueiros onde as crianças brincavam e sem as terras para desenvolverem a sua agricultura:

Sítio Junco

E depois do projeto isso diminuiu muito, são poucas as pessoas ali que plantam. A quantidade de plantação diminuiu, porque houve uma diminuição das terras que foram desapropriadas, uma terra que tá parada só de enfeite, eu num sei se um dia ela vai ser usada. É uma terra boa, acho que sim, acho que o DNOCS já viu que era uma terra boa, por isso que tomou essa parte mais, porque eles não querem o que não presta, eles só querem... É uma terra que tá lá intacta, que a gente não mexe que espera uma empresa grande explorar, tirar até a ultima gota. Mas a agricultura forte ela ficou... Lá nas memórias do antigo Junco... (MAIA, 2015b).



Novas casas no Junco

Esse processo de transformação afetou todas as esferas da existência da comunidade e as formas de seus habitantes se relacionarem com o território. Novas estradas alteraram a paisagem e os ritmos do lugar. O novo modo de vida imposto pelo Estado trouxe formas de trabalho que os moradores receberam com desconfiança, conforme aponta Osarina:

E a gente vai vendo que nada tem sido pensado pelo Estado, o Estado não pensa em nenhuma política voltada para a juventude, nenhuma política de trabalho digno. Porque dizer que o agronegócio tá aí para suprir a necessidade de trabalho é praticamente assassinar os jovens, porque o primeiro trabalho já começa nesse trabalho insalubre que é o trabalho nas empresas do agronegócio, com alto índice de uso de veneno e tantas outras coisas... Os jovens hoje eles tem mais trabalho remunerado, mas isso não significa que eles cresceram... (LIMA, 2015b).

Apesar das perdas inerentes à expropriação, os moradores do novo Junco não esqueceram sua história e modo de vida, dentro da nova lógica, recriaram costumes e passaram a cultivar nos locais próximos a suas casas. Mesmo os sujeitos que trabalhavam na cidade ou nas firmas agrícolas, reservavam os horários livres para trabalharem na agricultura, ainda que não extraíssem seu sustento somente dela, continuaram praticando o ofício que aprenderam vendo seus avôs e pais. Mantiveram a prática de sentar em grupo para contar suas histórias e confraternizarem. Entre as memórias e as projeções, insistiram em manter na comunidade o que as gerações anteriores forjaram com trabalho, festa e devoção. Os gestos dos moradores revelaram que o modelo imposto pelo DNOCS não desfez os vínculos historicamente construídos e que as famílias resistiram em defesa de seus aspectos comuns.

Lista de bens

Celebrações

Festa nos alpendres
Festa de São João
Festas da Igreja
Novenas
Quadrilhas
Terços Marianos

Formas de Expressão

Brincadeira do “Cai no poço”
Brincadeira do Casamento
Dramas
Farinhada
Forrós
Mazucas
Reisado
Rodas de conversa na calçada
Tertúlias
Toques de berimbau
Vesperais
Xotes

Lugares

Escolinha de Dona
Cacimbão
Campo de futebol
Casa de farinha
Lagoa
Pé de cajarana (no velho Junco)
Bodega do Seu Mundinho

Objetos

Cisternas de placas
Poços artesanais
Poço/Catavento
Tanque de lavar roupa

Saberes

Agricultura familiar camponesa
Apicultura
Caça
Criação de pequenos animais
Modo de fazer o corte do olho da carnaúba
Ofícios dos professores

Resumo dos bens

A casa de farinha

Importante lugar de convivência e socialização, a casa de farinha do Junco possuía múltiplas funcionalidades para os seus moradores. Em seu espaço, no período diurno, por exemplo, era comum as pessoas trabalharem coletivamente na raspagem e no processamento da mandioca a fim de obter a farinha. À noite, por outro lado, o trabalho era interrompido para o divertimento em torno da dança de vesperais ao som de um rádio à pilha sob a luz da lua ou de uma lâmparina nos períodos de mandiocada. Além disso, a casa de farinha acumulava a função de sediar as novenas e terços que compunham a vida religiosa da comunidade. Nos anos 1980 serviu ainda como escola, onde Dona Babá ensinava as crianças do Junco.



Campo de Futebol

O campo de futebol do Junco serviu como ponto de convergência, aproximando os moradores desse território de outras comunidades. Com o objetivo de bater uma bolinha, os sujeitos oriundos do Cipó, Barracão, Jatobá, Carpina, Altamira e Sítio Canto participavam dos torneios de futebol. O esporte era tão relevante para a comunidade que os moradores montaram um time próprio: o Palmeiras. E esse espaço compunha pessoas de várias idades. O campo também era amplamente utilizado pelas crianças do Junco que realizam muitas de suas brincadeiras no lugar, além de, evidentemente, jogarem futebol em times mistos que contavam com a participação de meninos e meninas.



Bodega do seu Mundinho

Foi um pequeno entreposto comercial montado pelo senhor Raimundo Alves Lima nos anos 1970. Ali, eram comercializados os alimentos e os bens que não eram produzidos na comunidade ou que escasseavam de tempos em tempos, tais como: arroz, feijão, açúcar, café e, principalmente, o querosene para as lamparinas. Seu abastecimento era feito de maneira peculiar: adquiridas na cidade de Russas, as mercadorias eram trazidas pelo dono da bodega em sua bicicleta. Ademais, além da função comercial, a bodega funcionava como um importante ponto de encontro e sociabilidade: a conversa fiada, a troca de informações, as novidades de Russas, o diálogo no balcão, entre outros, animavam o lugar.



Escolinha da dona Babá

Dona Babá é uma mulher oriunda do Junco. Desde seu tempo de solteira, na década de 1950, ensinava crianças com um rádio que transmitia lições de alfabetização. Quando casada, passou a se revezar entre as atividades domésticas e a prática educadora no alpendre de casa. Ali chegou a ensinar turmas com 20 crianças que passaram a chamar o lugar de “escolinha da Babá”. O ensino era primário e voltado para as atividades de leitura e escrita, bem como exercícios de matemática focados nas quatro operações. O material didático utilizado era a Tabuada e a Cartilha do ABC. A escolinha da Dona Babá não era, portanto, um lugar institucionalizado. Mesmo assim, diante de sua importância, fixou-se na memória dos moradores do Junco.

Festa nos alpendres

Os moradores chamavam o conjunto de festas que aconteciam nos alpendres das casas do Sítio Junco de “forrós”. Entretanto, nesses momentos existiam muitos outros ritmos envolvidos, como: o baião, o xote, bailes de carnaval, sambas, toques de berimbau, entre outros. Geralmente, o dono da casa onde acontecia o festejo era o responsável por contratar músicos e por cobrar durante a festa uma “cota” de cada participante para pagar os tocadores. As mulheres não pagavam a cota, mas tinham que dançar com os homens na festa, exceto os que estivessem embriagados. Apesar da agitação, a proximidade entre as pessoas das comunidades garantia um espaço de sociabilidade com pouca ou quase nenhuma violência. Lembranças que conferem saudade para os moradores entrevistados dos tempos de calma e festejo.





José Alves e Osmarina de Jesus, moradores do Sítio Junco

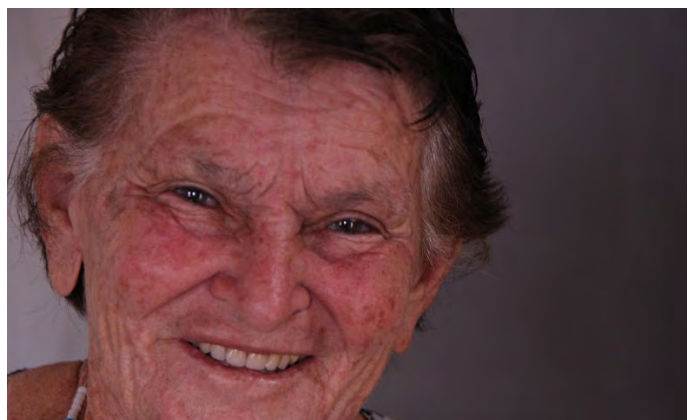
Lagoa dos Cavalos

Carolina Rodrigues Moreira, Guilherme Façanha Gino e Diego Gadelha de Almeida

A formação da comunidade e a paisagem local

A história do lugar se confunde com a de dois troncos familiares que habitavam o Córrego Salgado, comunidade vizinha, já no início do século XX: os Batista Sousa e os Nogueira da Costa. As duas famílias se misturaram com o casamento de um dos descendentes dos Nogueira da Costa com uma filha dos Batista de Souza, migrando o novo casal, por volta de 1950, para o local que hoje conhecemos como Lagoa dos Cavalos. As gerações seguintes contraíram matrimônio entre primos e povoaram a nova comunidade que surgia entre a lagoa e o Córrego Salgado.

Segundo relato dos moradores, o nome da comunidade tem como justificativa a existência de uma lagoa que cumpria a função de abastecimento humana e dessedentação animal. Localizada entre o Serrote da Tapera e próximo das casas de Dona Railda e Seu Aldenor, a lagoa dificilmente acumula água devido à irregularidade de chuvas que marcam o clima da região. O Serrote da Tapera é outro símbolo da comunidade. Além de compor a paisagem, esta forma de revelo foi apropriada pela comunidade como um local de práticas religiosas e de lazer: lendas, romarias, penitências, trilhas e mirante para observar o pôr do sol.



Dona Raimunda Rilda, era perto de sua casa que se situava a lagoa que dá nome a comunidade.

Lagoa dos Cavalos

A festa de Santa Rita de Cássia, ou Santa Rita dos Impossíveis como é chamada pelos moradores, é o ponto alto das visitas ao Serrote. A celebração acontece comumente aos finais do ano, nos meses de novembro ou dezembro, sem data fixa. Moradores de toda região do vale do Jaguaribe, de outros municípios e até mesmo de outros estados, vão ao Serrote com o intuito de agradecer, de pedir, e de homenagear Santa Rita.



Capela no topo do Serrote

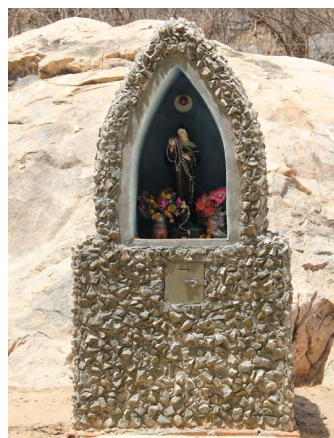
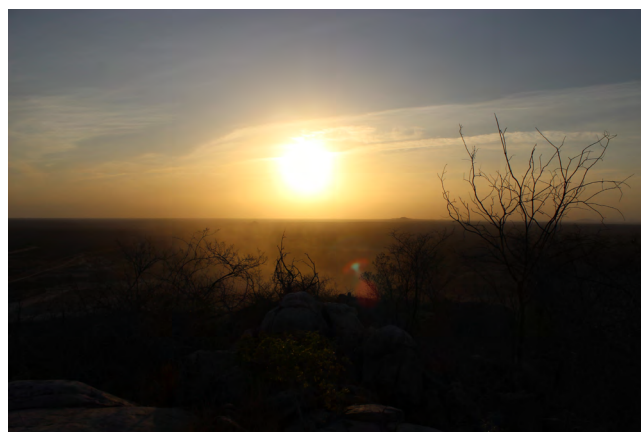


Imagem de Santa Rita na subida para o Serrote



Vista do Serrote



Por do Sol visto do Serrote

A agropecuária é outro elemento que contribuiu para desenhar a paisagem e constituir o território local. O sincronismo com os ritmos da natureza marcou o cotidiano das famílias durante décadas. O volume de chuvas – ou o bom de inverno na linguagem do sertanejo – determinava os anos de fartura e os anos de escassez. A

produção de culturas de sequeiro a exemplo do feijão, milho, mandioca, fruteiras e algumas criações ocupavam o tempo de trabalho de todo o núcleo familiar – mãe, pai e filhos(as), e marcavam os quintais e as terras de produção disponíveis na comunidade.

Os primeiros desafios: educação, energia e água

A implementação de políticas públicas de qualquer ente estatal (união, estado e município) não acompanhou o surgimento e consolidação da comunidade. O acesso à saúde e educação, por exemplo, demandava um enorme esforço das famílias. Quanto aos serviços de saúde, era necessário percorrer cerca de 25 km por estradas de terra que davam acesso ao município de Russas. Os relatos de mortalidade infantil aparecem com frequência na fala das mães, com a morte de recém-nascidos que não conseguiram sobreviver às diversas enfermidades ou falta de orientação médica.

No que se refere à educação, algumas famílias conseguiram financiar os estudos dos filhos em Russas. Contudo, como relata Dino Gomes a maior parte foi alfabetizada por educadores da própria comunidade que usavam um cômodo da casa como local de sala de aula. Para cursar o ensino fundamental era preciso se deslocar para o Peixe, Bananeiras ou Cipó.

Na época a gente foi alfabetizado pela minha tia Lourdes, Maria de Lourdes. Que hoje tem 96 anos. Ta lá no Peixe, é irmã da minha mãe. Ela que alfabetizou a gente, a comunidade. Era a professora da época (COSTA, 2015).

Para as famílias com melhores condições, uma exceção, Russas era uma alternativa para educação dos filhos. A escola só chegou em Lagoa dos Cavalos no ano de 1992, funcionou durante anos, ao lado da casa de farinha, mas com a política de reorganização dos estabelecimentos de ensino, chamada de nucleação, as unidades escolares de pequenas comunidades foram fechadas, concentrando a oferta de vagas no distrito do Peixe ou na sede do município.

Quanto à energia, Seu Aldenor destaca que a lamparina e o lampião foram as fontes principais de luz artificial durante décadas. A energia elétrica só chegou em

Lagoa dos Cavalos

Lagoa dos Cavalos no ano de 1995 como resultado da luta das famílias que passaram a se organizar formalmente e a conseguir inúmeros projetos públicos e de organizações não-governamentais, bem como infraestruturas para a comunidade.

Mas até chegar a energia era a lamparina. Tinha o lampião. Que era feito de vidro, colocava o pavio e comprava o olho diesel. O diesel era mais barato um pouco. E ele rendia mais. Eu precisava ir na cozinha, e tava lá na frente, precisava ir com lampião ou lamparina na mão. Hoje você que ir é só acender né. É legal você ver esse histórico da gente, essa memória. Do que é a vida da gente, do que era, o que você passou (LIMA, 2015d).

A água, sem dúvida, sempre figurou como um problema a ser enfrentado pela comunidade nos anos de seca como destacam. Seguindo a fala do Seu Aldenor, podemos perceber que apesar de ser uma região abundante em lagoas, as águas superficiais não garantiam a soberania hídrica da população local em períodos de escassez de chuvas.

Quando a gente chegou na Lagoa dos Cavalos não tinha água pra você beber. Primeiro, naquela época a gente não tinha cisterna. Separava a água do inverno às vezes em pote. Só tinha água pra beber no inverno quando chovia. Tem a Lagoa dos Cavalos, que era até no meu terreno uma parte, se ela enchesse um ano... do tempo que morei lá só encheu duas vezes. Naquela época a gente até bebia dela. Só que anos e anos não ficava essa água. Eu lembro que quando a gente chegou lá, a gente ia buscar água em uma caçambinha... (LIMA, 2015d).

Para enfrentar o problema, o governo federal agia pontualmente construindo pequenos açudes, que no período de obra eram uma alternativa de emprego para os agricultores, e, ainda, fornecia a água via carro-pipa. Como relatam os moradores, a busca individual/coletiva por esse bem vital em poços, cacimbas, pequenos açudes e lagoas que resistiam à estiagem era uma rotina para garantir o acesso à água.

Segundo os relatos dos entrevistados, como a Dona Vilani, o jumento ou carro de boi, equipado com ancas e tambores, eram uma força indispen-

sável para as longas caminhadas, que segundo relatos chegavam à 10 quilômetros.

Caminhar bastante! Era em carroça com boi, com pipa, juumento com as ancas, vinha carregar de longe. As cacimbinhas tinha lá nos córregos, num lugarzinho chamado Córrego, a gente ia pegar água lá. Chegava lá tinha gente tirando, aí tinha que esperar criar de novo pra gente tirar (SOUSA, 2015d).

Ancoretas, tambores, latas, roladeiras eram utilizadas para armazenar e transportar a água da fonte à casa. Pontes de barro cumpriam uma dupla função: no período de chuvas, armazenavam a água que escorria pelo telhado, bem como a coletada nas fontes de distantes, no período de seca. Geralmente as casas tinham um local na cozinha para guardar os potes, que devido as propriedades físico-química da argila mantinham a água em temperatura ideal para o consumo.

A situação da água começou a mudar em 2001, quando o Governo Federal iniciou a implantação de cisternas de placas no semiárido nordestino, ação que ganha intensidade no primeiro mandato do Governo Lula, em 2003, recebendo o nome de “Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC)”. O programa, executado majoritariamente por organizações não-governamentais ligadas a Articulação do Semiárido (ASA), foi implantado em Lagoa dos Cavalos sob coordenação da Cáritas Diocesana, entidade da igreja católica que atua na região. O governo federal repassava o recurso para compra do material, a Cáritas Diocesana fazia a gestão do capital, a mobilização, a formação dos beneficiários e a comunidade entrava com a contrapartida da mão de obra, geralmente em trabalhos de mutirão.

O processo implantação das cisternas de placas não se limitava a construção de uma tecnologia de armazenamento de água. Junto com a obra, as famílias participavam de formações sobre gestão da água, saúde ambiental/comunitária e problematizavam a questão da seca como um fenômeno social.

Todas as casas da comunidade receberam tal tecnologia de armazenamento, que facilitou a vida das famílias, notadamente as mulheres, que em regra, são as responsáveis pela busca e gestão da água no semiárido. Como a cisterna tem capacidade para 16 mil litros, sendo suficiente para o consumo de uma família de cinco pessoas

por até oito meses, a soberania hídrica da comunidade foi ampliada, com impactos positivos na saúde e no tempo livre para cuidar de outras atividades pessoais e sociais.



Cisterna de placa construída em parceria com a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte

As cisternas de placas compartilham a paisagem com outra tecnologia de armazenamento: a cisterna de polietileno de alta resistência, chamada popularmente de cisterna de plástico. Tal tecnologia passou a substituir a de cimento, com o argumento da celeridade no processo de instalação. O programa *Água para Todos*, do governo federal, já instalou algumas cisternas de plástico em novas moradias na comunidade.

A mudança da cisterna de placas para a de plástico foi objeto de questionamento da Articulação do Semiárido (ASA) e diversas entidades que atuam no semiárido, pois rompe a lógica do trabalho coletivo; insere uma tecnologia exógena ao local, monopolizada pela grande indústria; mina a possibilidade de geração de renda com a compra de materiais necessários à construção das placas e produz riscos de contaminação da água por produtos químicos liberados pelo plástico aquecido.

Vida comunitária em harmonia com o semiárido

Lagoa dos Cavalos foi um destaque na região do vale do Jaguaribe em concepção, instalação e manejo de alternativas de convivência com o semiárido, conformando um território de resistência da agricultura familiar.

A estrutura fundiária da comunidade era caracterizada por pequenas propriedades e casas com amplos quintais, que eram utilizados para a produção de fruteiras, hortaliças e a criação de pequenos animais (galinhas, porcos, por exemplo).

Na terra de produção, a extração, o cultivo, a criação para o consumo e a geração de renda advinha da castanha dos cajueiros, da cera e palha dos carnaubais e das culturas de sequeiro, tais como milho, feijão, mandioca. A criação de animais de pequeno e grande porte (ovinos, caprinos e bovinos) também perfazia o perfil produtivo da comunidade.



Apiário



Criação de animais

Com base nos relatos observamos que, a produção de mandioca era uma tradição da comunidade. Da mandioca eram extraídos subprodutos, como a farinha e a goma. Embora o ato de cultivar fosse familiar, a prática de transformar a mandioca em seus subprodutos era um ato coletivo que mobilizava parcela significativa da comunidade.



Arranca da mandioca



Sr. Hercílio, produtor de farinha e fécula de mandioca

Lagoa dos Cavalos

A casa de farinha era o local utilizado para transformar a mandioca. Equipada com tanques de lavagem, prensas, trituradores, forno e ferramentas para raspagem da raiz, esse lugar congregava homens, mulheres e crianças, que segundo relatos, trabalhavam coletivamente em um verdadeiro clima de festa. Esse momento de trabalho e sociabilidade é intitulado de farinhada em diversas comunidades rurais do semiárido.



Interior da casa de farinha mecanizada da comunidade

As mulheres e crianças assumiam, principalmente, a função de raspar a mandioca. Aos homens, restava o trabalho mais pesado, como a figura do forneiro, responsável por torrar a farinha com um instrumento que se assemelhava a um rodo. A proximidade do forno quente, aquecido à lenha, e o esforço repetitivo de mexer a farinha com o rodo, conferiam ao forneiro uma posição de destaque na casa de farinha.

Como destaca Dona Railda, além de local de trabalho, que mais tinha significado de festa, a casa de farinha era um lugar de sociabilidade, eram horas e horas de atividade que se estendia por semanas, com vários grupos alternando as funções. Com tantas horas de encontros e convivência, essa atividade cumpriu a função de estreitar os laços comunitários, como também facilitar a formação de vários casais, namoros e paqueras.

A gente passava o dia rapando mandioca, até oito, nove horas, se fosse uma mandioca grossa ai rendia muito. Às vezes botava doze carga, fazia aquela iluminação de noite a gente raspava tudim. Era bem animado as festa. As nossas festa que nós ia pra nós era essa as festa que nós ia (SOUSA, 2015c).

No final da década de 1980, foi construída uma casa da farinha comunitária e ao lado uma unidade de secagem da mandioca, que também serve como quadra esportiva e lugar para as festas que ocorrem na comunidade até hoje, a exemplo das festas juninas.

A ausência de mananciais que possibilitassem a irrigação e a pequena dimensão das terras condicionavam o volume e o tipo de produção, como também demandavam a construção de alternativas de convivência, incentivando a experimentação dos(as) agricultores(as) locais.

Como estratégia para enfrentar as limitações sociais/naturais e aproveitar as potencialidades do semiárido, a comunidade de Lagoa dos Cavalos iniciou um longo processo de organização, seleção e implantação de projetos produtivos e tecnologias alternativas que dialogassem com os condicionantes do território local.

No ano de 1986, os agricultores iniciaram um processo de organização coletiva que disparou uma articulação da comunidade com diversas instituições de apoio, notadamente ONG's, e o poder público. Essa articulação não se limitou aos moradores de Lagoa dos Cavalos, abrangendo, também, as comunidades do Junco, Córrego Salgado e Barbatão. Agricultores(as) das comunidades retrocitadas passaram a compor uma rede de articulação, solidariedade e participação em projetos socioprodutivos que reconfiguraram à paisagem e as relações sociais do lugar.

Entre 1986/87, uma articulação entre lideranças locais, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Russas (STRR) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE), formalizou um grupo de 23 produtores, que utilizando recursos do Projeto São Vicente, angariou capital para arrendar uma terra e fomentar a produção agropecuária, conforme relato por Dino Gomes:

Em 1987 o primeiro projeto que chegou aqui, São Vicente, foi a aquisição de máquinas agrícolas, como "desbuiadeiras" de mi-

Lagoa dos Cavalos

lho, de feijão. E o campo comunitário. Nós alugamos uma terra, porque não tínhamos terra. E começamos esse trabalho. E também tem os animais, as vacas, um boi de trabalho (COSTA, 2015).

No ano de 1988, o mesmo grupo de produtores iniciou uma experiência com apicultura. A produção do mel era conduzida por homens e mulheres de várias gerações. Em períodos de bom inverno e boa florada, o grupo tinha mel suficiente para comercializar entre as comunidades, na sede do município de Russas e, inclusive, exportar através de um atravessador para a Europa.

Ainda no final da década 1980, a comunidade recebeu apoio da ONG Esplar (Centro de Assessoria e Pesquisa), no ano de 1989, para iniciar um banco de sementes comunitário. A casa de sementes foi estruturada ao lado da casa de farinha, cumprindo o papel de resgatar, conservar e distribuir sementes adaptadas ao semiárido e ao ecossistema local.



Casa de sementes da comunidade

A Associação Comunitária teve início em 1986, de maneira informal, mas só em 1995 ocorreu a consolidação e institucionalização da organização dos(as) agricultores(as), com o registro da Associação Comunitária chamada Porfírio Nogueira da Costa, que contava, também, com a participação de famílias das comunidades circunvizinhas. A formalização ampliou a possibilidade de conquistar financiamentos e/ou projetos públicos e de entidades não governamentais, bem como fortaleceu o princípio da coletividade e solidariedade entre os moradores de Lagoa dos Cavalos.

Na década de 1990, a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte selecionou a comunidade para instalação de um projeto-piloto de alternativas para o semiárido. A relação agricultores(as), Cáritas e outras instituições rendeu a instalação de novos projetos/tecnologias no território, entre eles, destacamos: (1) Tecnologias de armazenamento e abastecimento de água: cisternas de placas, como relatado no início do texto; barragem subterrânea e adutora. (2) Projetos socioprodutivos: ovinocultura, nova casa do mel, unidade de raspa de mandioca, reflorestamento, sistema agroflorestal e sistema agrosilvopastoris.

Tais tecnologias/projetos não funcionavam pontualmente, mas sim como um sistema articulado. O banco comunitário fornecia sementes para o sistema agrosilvopastoril, que por sua vez produzia biomassa para alimentar os pequenos animais. Assim como, o reflorestamento contribuía para ampliar a florada para o forrageamento das abelhas, potencializando a apicultura na comunidade. Cabe ressaltar, também, que a atuação das entidades de apoio contribuiu para a reflexão de outras alternativas de manejo da produção, sendo Lagoa dos Cavalos um irradiador dos princípios agroecológicas na região. A produção sem veneno, em diálogo com as potencialidades e ritmos da natureza local, marcavam a agricultura praticada na comunidade. Não é à toa, que Lagoa dos Cavalos, com seus projetos e experiências já foi estudada e/ou visitada por várias universidades do Brasil e comunidades da região, sendo uma referência na construção de alternativas para o semiárido nordestino.

A chegada do DNOCS e a desestruturação da comunidade

A construção desse território da agricultura familiar foi interrompido em 2008, ano que a comunidade recebeu a notícia de que o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) implantaria a segunda etapa do perímetro irrigado Tabuleiros de Russas, atingindo direto e indiretamente 8 comunidades circunvizinhas: Peixe, Sussuarana, Córrego Salgado, Barbatão, Escondida, Junco, Bananeiras e Lagoa dos Cavalos.

O impacto da instalação do perímetro atingiu diferentemente as comunidades. Córrego Salgado, Barbatão, Escondida e Bananeiras, por exemplo, foram completamente desapropriadas. No caso de Lagoa dos Cavalos, como resultado de muita luta da *Comissão*

Lagoa dos Cavalos

de Resistência, entidades parceiras e de todos(as) agricultores(as) atingidos, o território da comunidade não foi incorporado em sua totalidade à poligonal do perímetro irrigado.



Ocupação do Canteiro de obras da PITR

Lagoa dos Cavalos, contudo, perdeu parte da terra de produção e alguns projetos/tecnologias de convivência com o semiárido foram desestruturados ou destruídos com a implantação da infraestrutura de estradas, canais e lotes com sistema de irrigação que serão licitados, posteriormente, para o público em geral. O sistema agrosilviopastoril foi desapropriado assim como a casa do mel, posteriormente reconstruída nas proximidades do Serrote da Tapera.

Com a imposição do decreto de desapropriação, o DNOCS realizou a avaliação da terra e das benfeitorias, calculando o valor da indenização de cada família. Como a finalização do processo indenizatório e da construção do reassentamento, como garante a lei, arrastaram-se por anos, ficou inviável investir na manutenção/ampliação dos projetos produtivos, já que os(as) agricultores não seriam indenizados por novos aportes de capital nas suas propriedades.



Nova casa do mel



Canal de Irrigação que cerca e compõe a nova paisagem da comunidade.

Lagoa dos Cavalos



Novas habitações dos moradores expropriados do Córrego Salgado

O desmatamento das árvores nativas e cajueiros, que forneciam flores para as abelhas, o corte e redução da área de produção das famílias, para adicionar outros problemas, contribuíram para reduzir ou eliminar a produção agropecuária na comunidade, desestruturando um processo de anos de construção de um território repleto de vida, um território da agricultura familiar em convivência como semiárido, apesar da resistência das famílias, como destaca Dona Vilani.

Ah, eu não queria não. Nunca quis aceitar mas fazer o quê né?! A gente lutou tanto pra não vim mas não teve como. Fizemos manifestação, fizeram tanta coisa, a Cáritas ajudou mas não teve como, a gente veio mesmo. A gente não queria aceitar, né?! Não queria sair do cantinho da gente, perder as terrinhas da gente lá, a gente tinha um palheiro, que ele luta com a palha, todos anos a gente fazia o nosso feijão, a gente fazia o milho, fazia roça pra desmanchar, mas agora nada. Nada disso a gente tem, porque a gente não tem aonde plantar (SOUSA, 2015d).



Canais de irrigação do PITR



Construção das casas do reassentamento

Hoje, Lagoa dos Cavalos encontra-se cercada. Do lado direito de quem entra na comunidade temos o Serrote da Tapera e o afloramento do embasamento cristalino, com solos impróprios para o desenvolvimento da agricultura; e do lado esquerdo, limitando com os pequenos quintais das famílias, a estrada e o canal do território do perímetro irrigado Tabuleiros de Russas.

A comunidade ampliou seu contingente populacional pós-implantação da segunda etapa, principalmente, com a chegada de famílias do Córrego Salgado, que construíram suas casas na rua lateral da antiga escola, num terreno doado para tal fim.

Soma-se à nova paisagem do lugar o reassentamento das famílias desapropriadas, que hoje é o cartão de visitas da comunidade. São 18 casas, uma igreja e uma estação de bombeamento e tratamento da água do canal para abastecimento humano. Habitam no local famílias que tinham sua propriedade incluída na área do perímetro irrigado, tanto de Lagoa dos Cavalos, como do Córrego Salgado.

Lista de bens

Celebrações

Coroação de Maria
Festa de Santa Rita de Cássia
Festa de São João Batista
Festa de São Luís Gonzaga
Via Sacra no Serrote

Formas de Expressão

Berimbau
Brincadeira de Bonecos
Bumba-meu-boi
Cantorias
Dramas
Vespéral

Lugares

Capela do Serrote
Casa de Farinha
Casa de Mel
Casa de Sementes
Escola
Horta comunitária
Igreja Católica do Reassentamento
Lagoa dos Cavalos
Quadra
Serrote da Tapera
Templo Evangélico

Objetos

Cangalha

Forno

Gamela

Lamparina

Saberes

Apicultura

Modo artesanal de fazer beijú

Modo de fazer bonecas de osso

Modo de fazer cangalha

Modo de fazer de tapioca

Saberes e práticas associado a desmancha da mandioca

Resumo dos bens

Dramas

O Dramas era uma atividade artística que envolvia dança, teatro e muita animação. Os dramas eram divididos em vários atos, cada qual possuindo um tema específico, sem necessariamente fazer relações entre si. As músicas que ditavam o decorrer do ato eram várias, sempre acompanhadas por um violão e por vozes. Cantiga do Jambo, das Quatro Estações e Cantiga da Borboleta eram algumas das cantigas entoadas durante os Dramas. A comunidade se empenhava para os ensaios e principalmente para a construção do palco, cenários e fabricação das vestes. Nesse momento as gerações se encontravam, os mais novos eram ensaiados pelos mais velhos, as roupas eram fabricadas pelos jovens e mulheres da comunidade, e a construção dos cenários por grande parte da comunidade. As vestimentas eram variadas e também de acordo com o ato. Cigana e índio eram as vestes mais destacadas. Os Dramas aconteciam em qualquer época do ano, principalmente quando havia o chamado de outras comunidades para a realização do espetáculo, às vezes podendo ser pago. Importante momento de descontração e socialização entre as comunidades, hoje os Dramas já não são mais realizados, embora lembrados com bastante felicidade.

Bonecas de ossos

A vida das comunidades sempre esteve ligada à agricultura e à pecuária. Não era difícil que as formas de divertimento estivessem relacionadas a essas práticas. Fazendo uso da imaginação e da criatividade, as crianças construíaam seus próprios brinquedos. Aproveitando das sobras de algumas refeições os restos de ossos de porcos e bois as meninas da comunidade fabricavam suas bonecas. Os ossos eram lavados e depois revestidos com tecidos dando um ar feminino às bonequinhas. Esses brinquedos possibilitavam brincadeiras mistas como o Leilão de Bonecas. Aos domingos, quando era feito o “guisado”, um almoço comunitário realizado a partir dos alimentos trazidos por diferentes pessoas, os meninos participavam dos leilões das bonecas que eram brincadeiras promovidas pelas donas dos brinquedos. Paulatinamente, entretanto, a partir da facilitação do acesso a brinquedos industrializados, através de carnês e outras formas de crédito, essas práticas e formas de brincar foram sendo postas de lado e hoje apenas existem na memória dos antigos moradores.

Cangalha

A cangalha era um utensílio usado pelos agricultores para o transporte de alimentos, materiais de construção e água. Levadas nos “lombos” dos burros, em tempos de mandiocada, serviam para carregar as raspas até a casa de farinha. Também por meio delas foram carregadas a areia necessária para a construção das estradas do Baracão. Embora seu uso fosse amplo, a sua forma de confecção era conhecida apenas por poucos da comunidade. A cangalha contava ainda com suportes adicionais, como o caçuá, o cambito e a ancoreta. O Caçuá era um tipo de cesto usado pra carregar alimentos. Já o Cambito era usado para o transporte de materiais de construção. Para carregar água encaixava-se a ancoreta, uma espécie de barril de madeira. Assim, as cangalhas tiveram uma extrema importância em vários momentos da comunidade, como nas épocas de estiaagem, de cheia, de construção e de desmancha. Hoje, com a modernização das técnicas e o avanço do maquinário do agronegócio, as cangalhas foram deixadas de lado, dando lugar a caminhões, carros pipa, ou simplesmente aos carros particulares dos moradores. Porém, existem algumas resistências e “vez por outra” pode-se ver um jumentinho com uma cangalha nas costas sendo guiado por alguém.



Casa de Farinha

A casa de farinha era um lugar de encontro para o manuseio da mandioca transformando-a em farinha, ingrediente usado na fabricação de diversos alimentos, como a tapioca e o beiju. Construída inicialmente pelos moradores abrangia também outras atividades da comunidade além das farinhadas. Os meses de junho a outubro, período das desmanchas, eram momentos de intensificação das atividades no local - tendo após as farinhadas um momento de descontração realizando-se orações, contações de histórias, recitações de versos, piadas e toque de berimbau. Nos outros meses do ano, a casa era usada para o manuseio do feijão, além de ser um local de acolhida da comunidade para reunião do grupo de trabalhadores, por exemplo. Atualmente todas as casas de farinha foram desapropriadas, mas mesmo com a dificuldade e a falta de terras para cultivo da mandioca, há continuidade da prática no território, embora em menor escala. Das casas mais antigas, restam apenas as ruínas de uma casa de farinha, perto do canal de irrigação, vizinha a casa da dona Raimunda Railda. Datada de 1966 e construída pelo seu Antônio Joaquim e seu Pedro Moreira com tijolos produzidos na própria Lagoa dos Cavalos, essa casa foi uma das primeiras da comunidade. Hoje, a casa de farinha da Lagoa dos Cavalos apresenta um aspecto mais moderno e acolhe as farinhadas de outras comunidades, por ser uma das poucas dentro do Projeto do Tabuleiro de Russas. Mudou de local, mas continua com o seu propósito de produzir alimento e reunir as pessoas.



Casa de mel/Apicultura

A apicultura é um marco na Lagoa dos Cavalos. Data da década de 1980 a construção da primeira Casa de Mel na Lagoa dos Cavalos construída com algum auxílio da Ematerce expresso no fornecimento de zinco e no baixo suporte técnico. Em 2005, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) construiu outra casa de mel, com equipamentos de inox e ampliação dos ambientes do trato e embalagem do mel. Essas duas casas foram desapropriadas pelo Projeto do Perímetro Irrigado do Tabuleiro de Russas e o DNOCS contruiu uma nova Casa de Mel em 2010, com condições parecidas às das casas anteriores. As casas de Mel da Lagoa dos Cavalos se tornaram referência no estado, pois além de venderem para a comunidade promoviam exportação de mel. As principais atividades ocorridas na Casa eram colheita e processamento do mel, embalagem, venda e exportação. Na organização do trabalho os homens faziam a coleta e o transporte do mel, enquanto as mulheres cuidavam do seu processamento, além da limpeza e manutenção da casa. Esses espaços melhoraram a renda da comunidade e se mostraram alternativas de convivência com o semiárido contribuindo para a organização da comunidade. E nesse processo, a consciência de uma agricultura e apicultura agroecológicas foram fundamentais.



Antiga casa do mel



Peixe

Marcelo de Sousa Lima, Sarah Campelo Cruz Gois e Nivia Marques Monteiro

Formação

Peixe é um dos distritos que integram o município de Russas, localizado a 160km da capital Fortaleza, Estado do Ceará, também está situado no território do Tabuleiro de Russas, mais precisamente no baixo Vale do Rio Jaguaribe. De acordo com os relatos de seus moradores mais antigos, a comunidade foi fundada no início do século XX e em 1988 passou a ser distrito do município de Russas.

Chico Mendes, vaqueiro, destacou que quando chegou ao distrito nos anos 1990, não havia mais do que quinze casas. Segundo Dona Maria, professora da Escola Municipal Ciriaco Leandro Maciel, a comunidade recebeu esse nome devido a existência de uma Lagoa na região que possuía grande quantidade de peixes, a 150 metros do núcleo da comunidade. Dessa forma, a lagoa dos peixes tornou-se um espaço de parada para os vaqueiros e caçadores que passavam por lá. Em muitas entrevistas, ficam claras as modificações da paisagem devido às constantes secas que assolaram a região. Hoje, a lagoa que no passado identificava a comunidade está seca:

É tanto que hoje nós não temos mais peixe, porque houve seca, não tem água, é a lagoa do peixe que não tem peixe (Maria do Carmo). A lagoa do Peixe o último ano que ela encheu foi em 85, ela encheu e sangrou. Daí pra cá só foi esvaziar. Pega um pouco de água mas quando chega setembro, outubro já tá secando de novo. Sempre quando ela cria um pouco de água a gente sempre busca uns peixes e coloca dentro, só que seca e morre (PAULO, 2015).

Outro lugar de memória muito importante para os moradores é a praça localizada no quadrilátero central da comunidade. Ela foi construída ao redor da Igreja e abriga uma televisão pública desde o início dos anos 1970. São nesses espaços que se realizam os principais momentos de lazer e de interação coletivos. Na es-

² Anteriormente a escola recebia o nome de Dr. Elzio de Souza. a nomeação de Ciriaco Leandro Maciel é recente, foi uma forma da comunidade homenagear um antigo morador. Segundo D. Maria do Carmo ele cedeu o terreno para a construção da escola.

quina da praça, há ainda a “bodega” do Seu Manuel e de Dona Mundica. Eles começaram com uma pequena mercearia, na comunidade de Córrego Salgado, vendendo querosene para abastecer as lamparinas das residências ainda no início do século XX e hoje a “bodega” é parada obrigatória para quem visita o Distrito do Peixe.

Há ainda, próximo à Igreja, o posto policial e a antiga associação de moradores. Logo na entrada da comunidade, a escola Ciríaco Leandro Maciel, e mais ao fundo, na segunda rua atrás da Igreja, o cemitério comunitário, cuja vizinhança é a propriedade do Sr. Martins que, desde os anos 1970, mantém a atividade de produção do pó de carnaúba e das farinhadas.



Lagoa do Peixe

Nesses espaços, as experiências são vivenciadas de forma coletiva e marcadas pelas aproximações das narrativas. Outra marca permanente nas falas é o discurso da migração, elemento de destaque nas vidas em trânsito do homem e da mulher sertanejos. Muitos daqueles que não iam trabalhar nas obras de emergência articuladas durante os grandes períodos de seca acabavam migrando para povoados vizinhos, para Fortaleza ou para outros estados.



Lagoa do Peixe



Escola Pública Estadual Ciríaco Leandro Maciel

As falas de partidas, retornos e saudades estão sempre permeando as narrativas de homens e mulheres. Seu Luís do Norte, por exemplo, natural de Campo Grande, Rio Grande do Norte, migrou com a família nos anos 1940 para a cidade de Quixeré, no Ceará, e nos anos 1970 foi para o Peixe. Seu Francisco Mendes nasceu em Limoeiro e antes de morar na comunidade do Peixe foi para Vaca Braba, Grossos e Barbatão. Dona Ana Xavier de Sousa morava na comunidade de Lagoa dos Cavalos, mas, em virtude de seu casamento, mudou para o Peixe nos anos 1990. Dona Joarina morava na comunidade de Córrego Salgado, passou oito anos morando na Bahia e apenas nos anos 1980 é que foi morar no Peixe.

Por essas experiências e muitas outras é possível observarmos como a fundação da comunidade foi resultado de uma série de migrações dessas famílias que, empurradas pelas grandes obras ou mesmo pela vontade de mudar de vida, aventuravam-se perseguindo o curso das águas, dos trabalhos, dos amores, entre outros. Trabalhadores, agricultores e, sobretudo, migrantes povoando e movimentando o semiárido cearense.

Sociabilidades e Festividades

Apesar de períodos de dificuldades causados pelas secas, as práticas agrícolas eram elementos marcantes no cotidiano de homens e mulheres da região. Feijão, milho, mandioca e algodão eram os principais gêneros agrícolas produzidos na comunidade que garantiam a subsistência das famílias e ajudavam a movimentar o mercado interno de produtos na região do baixo Jaguaribe. O trabalho com a plantação envolvia, sobretudo, o núcleo familiar, mas em determinados momentos contava também com o envolvimento coletivo dos moradores. As colheitas e os preparos poderiam se transformar em verdadeiros lugares de sociabilidades na comunidade. A debulha do feijão, por exemplo, era regada a cantorias e histórias de “trancoso”. Seu Luís do Norte, agricultor, destaca que os momentos da debulha do feijão eram uma ótima oportunidade de encontros e paquera, às vezes saindo até casamentos.

Outro exemplo é das farinhadas, que envolviam a participação da comunidade nas casas de farinha, caracterizando-se não só como momento de trabalho, mas também de lazer e de socialização entre os moradores. É marcante na memória dos que

participaram e participam desses momentos, o envolvimento das pessoas do lugar, a divisão das tarefas, os produtos culinários. Era um momento de celebração e partilha:

Os homens plantavam e colhiam a mandioca, as mulheres cortavam e raspavam, as raspas iam para o cevador e depois de cevada a farinha era colocada em uma prensa, depois ia para colcha peneirar, da colcha direto para o forno, depois de torrada era colocada em outra colcha e por fim ensacada” (SILVA, 2015c).



Luís do Norte, grande contador de histórias, possuidor de uma sapiência popular singular

Muitos desses momentos estavam vinculados diretamente à Igreja Católica. Por isso, foi grande a comoção da comunidade quando, na década de 1960, em virtude de um período de grandes chuvas, a capela do Peixe desmoronou. Para Seu Antônio Lima, como os tijolos antigos eram de barro e muito frágeis, a fundação não resistiu. Quando a capela caiu, as missas passaram a ser celebradas na casa de Dona Júlia Galdino e as comemorações, como festas do padroeiro e leilões, aconteciam em frente a sua casa

debaixo de grandes pés de cajaranas . Os pés de cajarana já não existem mais, entretanto, o lugar onde eles estavam, até hoje, é reconhecido pelos moradores com um espaço de boas vivências e de memórias compartilhadas inclusive pelos mais jovens.

A construção da igreja foi um momento de intensas mobilizações dos moradores, desde a arrecadação das verbas por meio de leilões até o trabalho braçal realizado de forma coletiva. A igreja tem uma importância central para a comunidade e grande parte das festividades está relacionada à religião cristã. O papel da igreja do Peixe ultrapassa os ritos religiosos e funciona como um espaço de outras formas de interação para a comunidade. Dessa forma, o trabalho e o lazer são marcas fundamentais da construção da comunidade que possuem nos fazeres coletivos suas formas de identidade.

Na construção da igreja tinha os encarregados, tinha um senhor que era avô do Raimundo, foi muito interessado no levantamento dessa igreja, porque seu Ananias fez uma promessa. Ele teve uma doença, não sei o que foi, ele prometeu pra São Sebastião que se ele ficasse curado ele levantaria uma igreja pra esse santo, que o padroeiro é São Sebastião. Mas aí depois, entrou outras pessoas como encarregado. Era o finado Antônio Joaquim que era o avô do meu marido. Tinha gente aqui que era pedreiro e ajudava, tinha o Osvaldo Moreira, entrou aqui lutando também, todo mundo junto. O pessoal trabalhava, fazia leilão. A primeira vez que levantaram a igreja ela caiu, eu já morava aqui, ela caiu duas vezes. A primeira caiu a igreja mesmo, depois ajeitaram a igreja e fizeram uma torre bem alta e essa torre veio a cair também. Eu não lembro bem a data que ela caiu, logo, eu tinha um filho todos os anos aí complica as datas (SILVA, 2015b).

O padroeiro do distrito é São Sebastião. A festa em sua homenagem é uma das mais importantes da comunidade e seus festejos são realizados durante alguns dias de janeiro. De acordo com Dona Joarina, agricultora e filha de um dos moradores mais antigos da região, todo mundo participa da festa, desde o seu planejamento e organização até a distribuição das atividades ao longo da semana. Com seresteiros, violeiros, cantorias, teatros de bonecos, apresentações de números feitos pelos moradores e vizinhos, a festa do padroeiro conta com diversas atrações que unem não somente os moradores do Peixe, mas também das comunidades de seu entorno.



Igreja Católica do Peixe, localizada na praça central da comunidade.



Dona Joarina e seu neto. Agricultura do Peixe.

Outras festividades importantes para a comunidade são as quadrilhas realizadas no mês de junho e as serestas. No entanto, com o crescimento da localidade, tornou-se comum o surgimento de outros espaços de sociabilidades, como clubes e forrós que atendem as demandas culturais dos moradores mais jovens, como o Golfinho Clube que promove e recebe diversas festividades, como o Dia das Mães.



Golfinho clube

Em 1970, a primeira televisão em preto e branco, foi instalada na comunidade graças à chegada da energia elétrica. Depois de quatro anos, a televisão em preto e branco foi trocada por uma em cores. Dizem que essa nova TV foi dada por um deputado, como retribuição aos votos que ele recebeu. A agricultora ainda afirma que a torre com a TV foi

colocada antes mesmo de haver a praça e, como a maioria da população não tinha televisão, buscavam assistir lá mesmo, seja em pé ou sentados no chão. As pessoas assistiam aos jogos, telejornais e novelas. Ana de Sousa relata, ainda, uma intriga na comunidade provocada pela localização do aparelho, pois, segundo ela, alguns moradores teriam derrubado a torre da TV por não quererem ficar de costas para a igreja quando fossem assistir.

Foi uma dúvida por causa da televisão da praça, por que uns queriam pro lado da igreja, outros queriam do lado oposto da igreja. Porque uns não queriam ficar assistindo de costas para a igreja. Ai houve uma discussão, ai uma noite foram lá e derrubaram a torre da TV. Parece que ia pegando em uma pessoa e matando. Isso foi depois de 93. Meu filho mais velho tinha de 6 a 7 anos (SOUSA, 2015e).



Comunidade reunida ao redor da TV

Nas lembranças de D. Santa e D. Joarina, assim como nas demais entrevistas no Peixe, é notório o sentimento de uma “memória coletiva” que norteia os relatos da comunidade sobre o aparelho televisivo. A querela da posição do aparelho na praça, a história da ocorrência de roubo de uma das televisões, os conflitos familiares relacionados aos simples interesses das mulheres de irem à praça assistir a novela compõem um arsenal de experiências, particulares e comunitárias, em torno de um

objeto (a televisão), tratado hoje como uma bem indissociável do ambiente familiar.

A prática de assistir televisão, que nos dias de hoje nos parece um hábito pertencente ao âmbito privado, foi vivenciado pela comunidade, e ainda é, como experiência pública, coletiva, já que, de acordo com D. Santa, as pessoas continuam se reunindo na praça para assistir a sua programação, especialmente aos telejornais. A televisão funciona à noite e há uma pessoa responsável por ligá-la. Dona Ana ressalta que hoje a TV já tem até internet e a praça ainda é um local bastante disputado pelos jovens.

Muitas moradoras relataram que para as mulheres o lazer era mais restrito. Dependendo do horário, nem todas conseguiam ir assistir à TV da praça ou participar das festas. Dona Ana Sousa explica que, por ser mulher, não conseguia participar dos forró e de outros espaços de músicas e de danças como o carnaval, mas que se divertia muito juntamente com as outras moças da comunidade com os dramas, se caracterizando de homem e dramatizando as cantorias. Os dramas eram momentos nos quais a comunidade se organizava e na casa de um morador fazia teatralizações acompanhadas por violões e cantorias:

Tinha aqueles bumba-meu-boi ai a gente ia assistir. Era lá nó pai do Dino, ele fazia muito bumba-meu-boi e as vezes uns forrozinho e o carnaval. Mas papai não deixava a gente ir pros carnaval não. [...] O que a gente brincava mesmo era esse dramas. As pessoas saiam enfeitadas cantando, tipo um teatro. Dançando e com um violão. Era feito numa casa, ai vinha as pessoas assistir, eu tinha uns 15 anos. Tinha os trajes de homem e de mulher. Sempre eu brincava com as roupas de homem, fazia aquele bigode de lápis preto. Os personagens era de acordo com as músicas. Tinha uma música que nós ia jogar com a bola, tudo de traje de jogo, meia. Só que eram mulheres que apresentavam, era só diversão, era só mulher. Quem organizava era uma irmã minha ou a irmã do Dino. Muita gente ia ver (SOUSA, 2015e).

O Gênero e a Docência

Pelas narrativas percebe-se que uma característica marcante na formação da comunidade foi o processo de alfabetização liderado por mulheres, que ocupavam papel de destaque como professoras na formação das crianças da região. As aulas eram par-

ticulares e ministradas em escolas improvisadas que, na maioria das vezes, funcionavam nas residências das professoras, como no caso de D. Santa, moradora da comunidade do Peixe desde 1957, que já lecionava para crianças desde a época que morava na Lagoa dos Cavalos. Esse modo de alfabetização acontecia principalmente nas séries iniciais. Posteriormente, os alunos tinham que se dirigir a Russas para completar seus estudos.

Nesse processo educacional, o rádio ocupava um papel importante no auxílio à formação dessas professoras. Algumas moradoras mais antigas do distrito do Peixe, que exerceram o papel de professoras na localidade, lembram como era a formação para o magistério: fazia parte de um projeto, surgido na década de 1960, chamado “escola radiofônica” cujo objetivo era formar professores. As aulas eram ministradas em Limoeiro do Norte e transmitidas pela rádio. Os alunos ouviam o rádio e estudavam por meio desse programa.



Dona Santa, cuidando da sua plantação de feijão

Outro projeto de formação de professores era o “Colégio do Ar”, no qual as aulas também eram transmitidas via rádio, pela “Rádio Educadora” de Limoeiro do Norte. Os alunos tinham que pegar as apostilas em Limoeiro do Norte, a cada 15 dias. As avaliações eram marcadas pelo rádio e o aluno teria que ir a Limoeiro nas datas e nos horários marcados para fazer o teste.

O deslocamento dos alunos e alunas era feito geralmente a pé, percorrendo longos caminhos para ir e vir da escola, debaixo de sol ou chuva. As dificuldades de acesso à escola e a dupla jornada de estudos combinado ao trabalho no campo, faziam com que muitos desistissem de ir às aulas. Geralmente o horário das aulas era de 12 às 15 horas, no intervalo dos períodos de trabalho no campo.

O processo de alfabetização era, na maioria das vezes, realizado em casa com professores contratados. Isso ocorria por causa da dificuldade de acesso às escolas e pela dinâmica do trabalho familiar. O trabalho, o estudo, o lazer, giravam em torno do ambiente familiar, que extrapolava o doméstico e se estendia pela vizinhança e pelo entorno das pequenas propriedades.

Secas e Acesso à Água

As secas também representam um elemento presente na memória coletiva, pois é figura marcante na vida das comunidades da região do Tabuleiro de Russas, em especial para os agricultores e seus familiares que, ao viverem da produção em sequeiro, são dependentes da incidência das chuvas como forma de irrigação de suas plantações.

Como a população da comunidade tem a agricultura como base de sua economia, é importante perceber como esses moradores tinham acesso à água. Chico Paulo, agricultor e presidente da Associação dos Agricultores do Distrito do Peixe afirma que, na década de 1970, ele, em uma carroça, buscava água em Russas para o consumo humano. Ainda tinha o recurso das águas das lagoas, quando estas não estavam em período de estiagem. Quando secavam, o cacimbão era utilizado como forma de acesso à água para o abastecimento das criações de ovelhas, gados e cavalos. Portanto,

poços, cacimbas, e açudes eram os locais, até meados da década de 1980, para onde os moradores do Peixe e de outras comunidades se dirigiam para a obtenção de água.



Ancoreta



Potes



Cacimba

No entanto, a qualidade da água, descrita como salobra pela maioria dos moradores entrevistados impossibilitava em parte o consumo humano. Era comum que eles fossem buscar água para beber em açudes. Para transportar essa água os trabalhadores desenvolveram vários objetos que facilitavam o seu armazenamento, exemplos de sua criatividade e improviso. Dois destes objetos eram a roladeira e a ancoreta.

O açude do Dalton era o mais importante acesso à água nas décadas de 1960 e 1970, de acordo com os entrevistados da comunidade. Construído em 1953, em uma propriedade privada, o açude foi uma obra de cooperação entre o Estado e o médico morador de Russas Dr. Dalton. A obra estava baseada na política de açudagem aplicada pelos governos no Nordeste desde o século XIX e intensificada com o advento de uma produção agroexportadora a partir da década de 1990. Mesmo sendo uma iniciativa estatal, essa construção foi resultado do trabalho de mutirão dos moradores da região e até hoje é vista, por eles, como um patrimônio.

Justamente, era nesses tempos de seca assim que quando o açude, que chamava açude do Dalton, porque depois o senhor comprou a fazenda, e deixa que uma parte do terreno pegava, uma parte pegava assim, como é que se chama, aquele córregos que a água do açude vai despejando, açude grande mesmo que recebe toda a água... Acontece que quando, cha-

mava assim açude do Dalton que foi construído a braçal, os homens se juntaram e construíram esse açude de fulano de tal, aí as pessoas dizima assim 'mas por quê? o açude não é dele, ele comprou a fazenda, o açude é do povo (MACIEL, 2015).

Esses açudes eram, geralmente, construídos por grandes frentes de trabalho que funcionavam como uma forma de contenção da migração para as cidades no esforço de dissociar o binômio seca/migração. Adotada desde o período do império, a construção de açudes era também uma moeda política na troca de favores entre governos e grandes proprietários de terras. Entretanto, para os sertanejos, os açudes também poderiam figurar como espaços de formação de identidade, como foi o caso do Açude Dalton que, mesmo hoje estando seco, ainda está presente como sentimento de pertença e como elemento constitutivo das memórias dos moradores do Distrito do Peixe.

Nos períodos de seca, mais especificamente nos anos de 1932, 1958, e nos períodos de 1970-73 e 1979-83, são muito lembradas as formas de trabalho para garantia de sobrevivência. Destas épocas são relatadas as existências de outras frentes de emergência ou serviço, mobilizações de trabalhadores organizadas pelo Estado e com uma dimensão maior e mais intensa do que a investida na construção do Açude Dalton. Essas frentes se caracterizavam por empregarem pessoas na construção de obras como meio de fixar homens e mulheres no campo em períodos de extrema estiagem. Com a chegada das chuvas, as frentes deixavam de existir e as pessoas eram dispensadas dos trabalhos.

O Raimundo trabalhava de tudo. Carpinteiro...tinha muitas profissões lá. você acredita que eu passei esse tempo lá mas eu nunca fui ver o que esse povo fazia. o meu sogro, o meu cunhado, tudo trabalhava lá, nós morávamos juntos nessa barraquinha. O pessoal era listado, aí naquele dia todo mundo ia receber aquela mercadoria, ia receber o dinheiro. Nós passamos sete meses lá, mas antes ele já trabalhava lá e aos sábados vinha pra casa. Aí depois foi que ele resolveu me levar pra lá. Aí o serviço acabou, deu uma chuva bem grande e mandaram todo mundo embora, não sei porque, acho que vinha a ordem lá do alto né, choveu manda todo mundo pra suas terras plantar. Quem quisesse ir para São Paulo, botava pra lá, quem quiser ir pro Rio de Janeiro bota pra lá, espalhou-se o povo rapidinho, eu tive vontade de ir

pro Rio de Janeiro. Ofereciam passagem de graça (SILVA, 2015b).

Geralmente essas obras eram realizadas em parcerias entre os governos e os grandes e médios proprietários, que se aproveitavam do período para conseguir melhorias em suas propriedades. A metodologia e a organização das frentes de emergência eram semelhantes independentemente do período ou da região. Os trabalhos eram conduzidos sob a vigilância de um líder e de um fiscal geral que coordenavam os grupos formados por 10 pessoas em média, submetidos aos feitores que organizavam as frentes de trabalho. As obras, portanto, possuíam uma forma rígida e hierarquizada de organização do trabalho. Por vezes, os trabalhadores recebiam cestas básicas como forma de pagamento pelo seu trabalho nas frentes e/ou uma remuneração mensal. Segundo seu João Leandro, os trabalhadores passavam a semana na obra e, aos finais de semana, retornavam para suas casas.

Uma das frentes mais citadas pelos moradores entrevistados foi a da construção do açude Barracão em 1958 em uma propriedade do governo. Quando iam para lá, além da construção do açude, os trabalhadores cortavam mato, quebravam pedras, cavavam valetas para a construção da estrada que liga a localidade à BR 116. Outra obra bastante citada foi a construção da estrada que liga Aracati à cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Formas de ocupação de mão de obra que tentavam minar a lógica da relação seca e migração.

Uma alternativa para suprir a demanda de água para o consumo humano foi a chegada do carro-pipa na década de 1980. Na época, dois carros-pipa atendiam a comunidade do Peixe, mas essa forma de abastecimento, muito utilizada até a recente chegada da água encanada, ainda era muito cara para os moradores. Sobre os custos, Seu Antônio Lima destacou que para abastecer a casa dele eram necessários entre seis e sete mil litros de água, o que lhe custava em torno de cento e vinte reais todo mês.

Os caminhões depositavam a água em tanques na frente dos quais se formavam longas filas de pessoas com latas e baldes nas mãos para comprarem água. Porém, a alternativa do carro-pipa, como afirma Chico Paulo, é insuficiente. A sua chegada modifica consideravelmente a relação dos moradores com a água. Anteriormente, as dificuldades em relação à água estavam caracterizadas pelo seu difícil acesso e por sua escassez ocasionada pelas secas. Já com a venda de água pelos carros pipas, a água se torna mercadoria e moeda de troca.



Carro pipa

O carro pipa foi a alternativa dos moradores da comunidade durante muitos anos. Seu Chico Mendes afirma que a água encanada chegou à comunidade apenas depois dos anos 2000, mas que essa sempre foi uma promessa de diversos prefeitos. Porém, os projetos para a realização dessas promessas ficavam apenas no papel por não detalharem de onde viria a água a ser utilizada. Com a chegada da primeira etapa do perímetro irrigado de Tabuleiro de Russas, o problema de fornecimento de água foi amenizado, visto que a água do canal poderia ser utilizada como fonte de abastecimento e viabilizar a sua distribuição. Dessa forma, foi elaborado um projeto de parceria entre o Sistema de Saneamento Rural (SISAR), coordenado pela CAGECE, com financiamento do banco alemão KFW e com o apoio da prefeitura da época.

Mesmo assim, apenas as instituições responsáveis pela administração da água não solucionaram o problema de distribuição e foram necessárias manifestações dos moradores para o DNOCS, para visibilizar a dificuldade do acesso à água. Por isso, pode-se afirmar que a chegada da água encanada foi fruto da luta coletiva da comunidade do Peixe, que participou de uma série de audiências públicas juntamente com o DNOCS para poder usar a água do canal do perímetro. A conexão da ligação da água para a comunidade foi feita no dia 30 de maio de 2012. No início do canal, foi instalada uma estação de captação de água que era bombeada do canal para a estação de tratamento instalada na comunidade do Peixe e depois distribuída para as casas.

Mas foi nós que batalhamos por essa água que agora nós temos, essa do SISAR. E não aparecia, não aparecia. Foi então que nós fomos lá pra aquela ponte que tem aqueles galpão lá da Agrícola (Formosa). Aí fomos pra lá fazer uma manifestação. Fizemos uma manifestação para o DNOCS. O ex prefeito, junto com outras pessoas que ajudavam nós, trouxeram o pessoal do DNOCS. Aí nós estávamos lá (SILVA, 2015c).

Cultura e Resistência

A água é um elemento tão importante na vida dos moradores da comunidade do Peixe justamente porque é ela que torna suas práticas agrícolas possíveis: terra e água são os elementos que viabilizam o fazer da agricultura. Os entrevistados se identificaram como agricultores e é a lida com a terra que materializa suas identidades. Dessa forma, a farinha e a debulha do feijão, por exemplo, são atividades tão importantes que a modificação em seus fazeres são motivo de queixas feitas por muitos moradores. Dona Joarina, inclusive, aponta que a modificação na forma do fazer da farinha afeta diretamente a sua qualidade. Para ela, o deslocamento dos agricultores para o trabalho nas empresas, ou nas “firmas”, provocado pelas desapropriações das terras da região, não apenas retira o sustento das famílias, mas atinge toda a comunidade com o aumento dos preços e a queda na qualidade dos alimentos. Agricultora desde criança, Dona Joarina ressalta que a casa de farinha de sua família ainda está em disputa judicial, por se localizar em uma área desapropriada pelo DNOCS.

[...] Eu acredito que é, porque a gente compra a farinha até com esse forno industrial, que é um forno de ferro. Num é mais nem o nosso forno que era de tijolinho. Essa farinha de hoje é uma farinha que até tem um gostinho de banha, que é por causa desse forno. Quando era nosso não. A nossa farinha, quando bem torrada, nem besouro dava! As farinhas de hoje são crua, porque são cheia de ‘gurgulho’. Não é porque são velha não, porque são mal feita. Ninguém encontra mais um forneiro para torrar a massa, ninguém encontra a pessoa para plantar, para limpar, porque são tudo empregado na firma. E o agricultor morrendo, a agricultura morrendo (SILVA, 2015c).

Essas desapropriações foram resultado da instalação do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas que teve como consequência a expulsão de moradores de suas comunidades, até mesmo o desaparecimento de algumas delas (Bananeiras, Córrego Salgado, Bananeirinhas,

Barbatão) e acelerou os processos de migração para o Peixe. Outra mudança percebida no distrito e relatada por diversos moradores do local foi o aumento da violência na comunidade. Além do inegável impacto nos modos de vida, trabalho e formas de convivência dos moradores que foram modificados drasticamente com a chegada desse projeto.

Juntamente com a desapropriação de famílias e comunidades agrícolas, tem-se, por parte da instalação de grandes empresas e do modelo de agricultura industrial, a utilização intensa de agrotóxicos. Agroquímicos têm sido uma ameaça à saúde pública, tanto no que diz respeito aos trabalhadores que lidam diretamente com o manejo dos venenos utilizados na lavoura quanto no que concerne de forma indireta à alimentação e à qualidade da comida que está sendo produzida por esta determinada forma de agricultura: a industrial. Além disso, a política pública de perímetros irrigados, não somente no Tabuleiro de Russas, mas em outros territórios, tem levado à instabilidade do modo de vida de pequenos agricultores e agricultoras. Sob a premissa da geração de emprego e renda, o governo federal tem expulsado as famílias camponesas dos seus locais de moradia, trabalho e lazer, aumentando, com uma força brutal, os índices de concentração de terra na região do Tabuleiro, bem como nas outras partes do Estado do Ceará em que há a política de perímetro irrigado.

Apesar da tentativa de pulverizar os modos de vida, de trabalho, de produção e do lazer das comunidades, os agricultores e agricultoras, trabalhadores e trabalhadoras persistem e recriam seus modos de sociabilidade, de relação com o restante da natureza, parte indissociável da cultura humana. Ainda que em menor intensidade, os festejos, danças, farinhadas, beijos, assim como uma determinada tradição camponesa, são reinventadas como modo de vida e recriação dos territórios.

Era assim caminhando que esses agricultores buscavam formas melhores de vida, fosse indo estudar em outras cidades em Limoeiro do Norte ou Russas, ou a caminho dos açudes em busca de água, para as frentes de serviço, migrando entre as comunidades da região, ou em manifestações pelo acesso à água e contra a expulsão de suas terras. Trabalhadores que resistem aos percalços para não perderem suas identidades, para não perderem aquilo que conecta agricultores e agricultoras familiares ao campo: a agricultura.

Foi nesse ir e vir, construindo suas identidades, trocando suas experiências que os moradores construíram a comunidade do Peixe. Mesmo com todas as dificuldades, hoje ela

se mantém como um espaço de experimentações coletivas, lembrado com muito carinho.

E o Peixe é minha convivência de hoje, minha lembrança de hoje, de tudo de bom, eu gosto daqui também, eu gosto, toda vida gostei daqui. Até o final da vida, se Deus quiser (SILVA, 2015c).



Estrada de acesso ao Açude do Dalton

Lista de bens

Celebrações

Festa de São Sebastião, padroeiro da comunidade
Festas dos Partidos

Formas de Expressão

Bumba meu boi
Cantorias
Dramas
Farinhada
Tertúlias

Lugares

Açude do Dalton
Açude da Emília
Clube da D. Maria do Espírito Santo
Pés de cajarana

Objetos

Televisão
Roladeira
Ancoreta

Saberes

Desbulha de feijão
Modo artesanal de fazer doce de caju

Resumo dos bens

Farinhada

Muito conhecida entre as novas e as antigas gerações que vivenciam as experiências na região do Tabuleiro de Russas, a farinhada constitui a mescla de um modo de fazer alimentar com o exercício do lazer. Desde a colheita da mandioca ao seu preparo final, na casa de farinha, a farinhada é realizada como um momento de confraternização de parte das comunidades que, em determinadas épocas do ano, aglutina-se para a feitura de tapiocas, beijus secos, assim como da própria farinha.

Televisão

A televisão da comunidade do Peixe foi instalada entre 1973 e 1974, por meio de uma promessa de campanha de um candidato à prefeitura de Russas. Está localizada no começo da praça da comunidade, de frente para a Igreja. A primeira televisão era modelo “preto e branco” sendo substituída dois ou três anos posteriormente por uma em cores. A televisão pública da praça do Peixe representa um espaço de comunhão entre as pessoas da comunidade que guardam ainda a prática de assistirem-na juntos, ainda que em menor proporção que nas décadas anteriores.



Açude do Dalton

Apesar de não estar localizado no núcleo habitacional da comunidade do Peixe, o Açude do Dr. Dalton faz parte das construções de memória de muitos agricultores e primeiros moradores da comunidade que tinham ali sua forma de acesso à água. O açude tem esse nome por ter sido construído dentro da propriedade do Dr. Dalton, médico radicado no município de Russas, em uma obra realizada pelos próprios moradores do Peixe, Grossos e demais comunidades, entre os anos de 1952 e 1953. Distante a três quilômetros do Peixe, o açude é típico das construções hidráulicas de parceria entre o Estado, via DNOCS e médios e/ou grandes proprietários de terras do sertão cearense. Sua água era para o uso doméstico além da pesca, tendo em vista a diversidade de peixes existentes. Hoje, o açude se encontra seco devido aos períodos de seca no estado do Ceará.



Roladeira

A roladeira era um objeto muito utilizado pelos moradores do Peixe antes da chegada da água na comunidade. Feita de madeira, pneu e ferro ela servia para transportar a água com maior facilidade. Em barril deitado, encaixava-se uma grade de madeira nos rolamentos dos lados para fixar os pneus. Era fabricada por um carpinteiro e poderia possuir diferentes tamanhos de acordo com a quantidade de latas, seis, oito ou doze latas. Com a roladeira a tarefa de carregar a água em maiores distâncias ficava mais fácil, por ser um objeto que tinha rolamentos e poderia ser puxado ou empurrado. Com a chegada de água no Peixe o uso das roladeiras foi diminuindo e hoje não a encontra mais.

Ancoreta

A ancoreta também foi um objeto desenvolvido para facilitar o transporte da água e, muitas vezes, utilizado juntamente com a roladeira. Ela era feita de madeira e arcos de ferro, como se fosse um barril na horizontal. Era puxado por uma corda ou levada no animal. Sua medição era feita por latas, quantas latas de água cabiam nela. Hoje o objeto já não é quase encontrado na região, apenas alguns, feitos de borracha de pneu. Com a chegada da água, as pessoas foram deixando de utilizar e de fabricar, mas o objeto é visto como lembrança de uma época em que se tinha muita dificuldade para conseguir água.



Pés de Cajarana

Em frente à casa da D. Julia Galdino havia grandes pés de cajaranas plantados ainda por seus pais logo que chegaram à comunidade do Peixe. Quando a capela caiu, as missas passaram a ser celebradas na casa de D. Julia Galdino, e os festejos da igreja, como as festas do padroeiro e os leilões, aconteciam embaixo dessas árvores. O lugar representa a memória das celebrações religiosas e da comunidade que se reunia para organizar as festas. Após a construção da nova igreja, as celebrações foram transferidas do local, mas as missas na casa de Dona Julia Galdino e os festejos em baixo dos pés de cajarana ainda permanecem na lembrança dos moradores, mesmo que as árvores já não existam mais. No local onde existiam os pés de cajarana, hoje existem pés de Nim.





Textos Temáticos

Disputas pela Memória no Semiárido

Mário Martins Viana Júnior

O enquadramento da memória pelo DNOCS

A partir dos anos 2000, o Departamento Nacional de Obras contras as Secas (DNOCS) intensificou o trabalho de produção da memória institucional com o objetivo tácito de (re)significar as suas intervenções pretéritas. Naquele contexto, foi projetada uma nova identidade fundamentada no estabelecimento da diferença com o passado (cujo sentido original foi alterado) e na relação com o outro, objeto de suas ações (o semiárido e seus habitantes).

A concretização da projeção de outra forma de pensar a atuação do DNOCS no semiárido nordestino ocorreu em 2003 com a publicação do primeiro número da "Revista ConViver – Nordeste Semiárido"¹. Tal ação era acompanhada de um tom mais humanitário apresentado na ideia de um "novo DNOCS", a saber: comprometido em transformar dado técnico em conhecimento público; abalizado por uma "ideologia" que alavancasse a confiança e a coesão social na busca da mobilização de uma memória social sobre o órgão; e que estivesse fundamentalmente preocupado em servir à população, "especialmente em benefício das suas camadas mais pobres, que vivem no semiárido nordestino" (O DNOCS... 2003:35).

A imagem (re)construída no alvorecer do novo século buscava inserção social assinalando formatos de como e o que os indivíduos deveriam lembrar sobre a instituição e seus feitos. O principal eram as lembranças de que o DNOCS agiu e continuaria a agir para possibilitar, por meio da sustentabilidade, a convivência da mulher e do homem nordestino com o semiárido. Mas, na realidade, o órgão se apropriava de uma mudança paradigmática sobre o desenvolvimento no semiárido oriunda, em parte, de análises construídas em meados do século passado, por autores como Josué de Castro e Otamar de Carvalho, e que foram intensificadas e postas em prática pelos movimentos sociais, sobretudo, a partir dos anos 1980:

Articuladas à emergência de um novo paradigma de sustentabilidade, ocorrem mudanças nas concepções e perspectivas de intervenção no Semiárido brasileiro, como um espaço onde é possível construir ou resgatar relações de convivência com base na sustentabilidade ambiental, na qualidade de

¹ A Revista, que deveria ter publicação trimestral, representava o esforço do órgão em se aproximar da sociedade, ao fazer "um ajuste de contas com o seu passado: retirando da sua memória todo o seu inigualável acervo e o disponibilizando socialmente, superando o estágio em que se transformou em mero tocador de obras hidráulicas" (LINHARES, 2003:1)



vida das famílias sertanejas e no incentivo às atividades econômicas apropriadas. O protagonismo na afirmação desse novo paradigma não pertence aos governos e nem aos grupos dominantes regionais. Os novos formuladores da proposta da convivência são organizações da sociedade civil e alguns órgãos públicos de pesquisa e extensão que atuam no Semiárido. Esses atores vêm se colocando o desafio de influenciar e disputar os processos de formulação de políticas públicas na região (SILVA, 2007: 475).

O DNOCS retomou as memórias de suas intervenções alterando vertiginosamente os seus sentidos. Buscou interferir na forma de lembrar, no que lembrar e, principalmente, de como lembrar. Ao invés de tomadas como produtos de uma grande empreiteira pública, muitas vezes a serviço dos interesses privados das elites regionais (BURSZTYN, 2008), no início do século XXI, as suas intervenções foram (re)significadas como viabilizadoras de um modelo voltado à sustentabilidade, em várias dimensões, e superando o enfoque fragmentado das soluções técnicas de outrora.

Na impossibilidade de alterar as obras pretéritas de concreto, os discursos projetaram uma nova imagem da instituição com o propósito de busca pela confiança da sociedade, além de intentar modificar as funcionalidades, os objetivos e, sobretudo, as lembranças sobre os projetos executados. Na construção da representação de si com novo e destacado apelo social nos anos 2000, havia, portanto, transformações das memórias das operações pretéritas realizadas pelo DNOCS e o uso da memória continuou a cumprir sua função de busca pela legitimação, manutenção e enaltecimento.

Entretanto, até os dias atuais, o Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas carrega essa contradição em seu nome, o que não constitui apenas problema semântico. É possível problematizar que o discurso sobre memória de convivência com o semiárido em suas múltiplas dimensões (social, cultural, econômica, ambiental, política) aparece esvaziado de sentido na prática, observando-se que “o fato de dizer, escrever ou pensar que existe uma memória coletiva [de convivência]” não garante sua existência (CANDAU, 2012:34).

Mesmo com forte apelo para atos que se acreditavam e se queriam coletivos, a comunicação e a transmissão das lembranças das ações do DNOCS, fosse por meio de material impresso diverso ou por meio de programa televisivo, não eram garantia de que as representações construídas sobre ele (e elas) seriam compartilhadas e inculcadas acriticamente pelos indivíduos. Por vezes aconteceu justamente o contrário, desvelando uma infinidade de contradições entre as imagens que a instituição fazia de si e que os outros faziam dela.



Abusos de memória, abusos de esquecimento: o caso do Tabuleiro de Russas

Para além da documentação oficial produzida pelo órgão, a investigação realizada pelo Núcleo de Estudos sobre Memórias e Conflitos Territoriais (COMTER) em territórios do semiárido cearense, apontou-nos, não poucas vezes, um distanciamento contundente entre os discursos da instituição e as práticas mnemônicas das comunidades. No território do Tabuleiro de Russas, região do Baixo Jaguaribe, observamos uma variedade de elementos que contestavam as memórias, as identidades e as representações institucionais.



Cartografia Social da Lagoa dos Cavalos





Constatamos que existiam planos de aproveitamento hidroagrícola da região do Vale do Jaguaribe no Ceará desde meados da década de 1960 (BRASIL, 2005). Naquele período, uma variedade de estudos mapeou zonas férteis propícias ao desenvolvimento da agricultura irrigada, subsidiando a implantação de perímetros irrigados, tais como: Perímetro Irrigado Morada Nova (1968), Perímetro Irrigado Jaguaruana (1975) e Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (1987).

Observamos, então, uma expansão da área irrigada na bacia do rio Jaguaribe em 1987, quando o DNOCS identificou 15.000 hectares de solos irrigáveis pertencentes ao município de Russas que resultariam na implantação do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas (PITR). Dividida em duas etapas, a construção do PITR teve início em 1992 com a expropriação de 10.765 hectares (ha), sendo seguida por nova desapropriação de 3.365 há, em 2008.

Em concomitância com o Decreto Federal nº 97.143, de 29 de novembro de 1988, que declarava como de “utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação” as terras referentes à implementação do PITR, além de conceder amplos poderes ao DNOCS para que executasse as expropriações, essa racionalidade técnica exógena invisibilizou a existência centenária de dezenas de comunidades que viviam naquele território. Em nossa avaliação essa estratégia de invisibilidade se dava em dois sentidos e se projetava em duas temporalidades.

Por um lado, o Estado construiu e fez uso de um discurso no tempo presente de implantação das obras que (des)qualificava como rudimentar, atrasada e improdutivo a agricultura praticada por décadas pelos agricultores(as). Analisando os Estudos de Impactos Ambientais (EIA's), observamos como a política de irrigação, via implementação dos perímetros, na realidade tinha como objetivo a incorporação dos territórios considerados atrasados à lógica do capital. Na prática, o paradigma de convivência com o semiárido destacado nos discursos do DNOCS passava ao largo das ações promovidas pelo órgão que visavam à promoção do agronegócio na região, com foco na fruticultura irrigada:

O projeto visa contribuir, ainda, para a expansão das atividades de fruticultura irrigada, com qualidade total, de forma a tornar a região uma das líderes nacionais neste segmento, gerando empregos permanentes. [...] Em suma, o projeto servirá como pólo de difusão de técnicas agrícolas modernas para a região (BRASIL, 2005:12).

De forma concomitante, por outro lado, a estratégia do DNOCS consistia em (re)significar o passado à luz da produção de narrativas sobre as suas ações no tempo pretérito, consideradas e apresentadas como necessárias, legítimas e salvadoras.² Nesse sentido, em 2009, a obra “O centenário do DNOCS e a convivên-



cia com a seca”, cujo título apresenta uma contradição entre combate e convivência, apresentava uma narrativa que buscava dirimir qualquer dúvida sobre o órgão considerado a “inquestionável maior conquista do povo nordestino”:

É graças a essas modalidades de empreendimentos, que o Nordeste vem vencendo a seca, sem epidemias ou mortantade. [Foi o DNOCS que] pioneiramente, criou condições lançado as bases de uma infraestrutura que amenizou o sofrimento do homem nordestino, principalmente aquele que vive no meio rural, que desfruta do artifício de técnica agrônômica, chamada irrigação, e porque não dizer, da grande irrigação, hoje, transformada realidade pelo DNOCS, como grande conquista regional. [...] O DNOCS precisa ser fortalecido para que a memória curta de uns, não tente apagar o feito extraordinário dos seus engenheiros [...] (BEZERRA, 2009:164).

Essa narrativa abalizada por uma ideia de democratização da água através da “grande irrigação” no Nordeste operada pelo DNOCS, quando confrontada com as experiências de expulsão das comunidades rurais no Baixo Jaguaribe cearense, aponta para questões bem menos harmônicas e ocultadas intencionalmente. A constatação de que a implementação dos projetos de irrigação, como no caso do Pitr, se colocava a serviço dos interesses dos empresários ligados ao agronegócio, mostra como a seletividade da narrativa estava imersa naquilo que Ricoeur (2007:455) considerou como “abusos da memória” e “abusos de esquecimento”, haja vista a promoção de estratégias de esquecimento com base na ideologização explícita da escrita de memória.

Assim, é possível demonstrar como a extinção e o esquecimento caminharam juntos no projeto de construção do Pitr. Para termos uma ideia da interferência promovida no território, apenas a implementação da primeira etapa da obra implicou a extinção de vinte e duas comunidades rurais, conforme aponta Gadelha no próximo texto. Já a implementação da segunda etapa, após intenso processo de resistência dos sujeitos locais, resultou no rearranjo dos habitantes de oito³ para três comunidades. De maneira direta, o Pitr alterou contundentemente a vida dos moradores e, ao expulsar as pessoas de seus territórios, destruiu lugares de sociabilidades e de celebrações, formas de organização, processos identitários, entre outros aspectos, de trinta comunidades rurais de Russas.

² Encontramos três obras que fazem referência às ações desenvolvidas pelo Departamento e que merecem atenção quanto ao trabalho de construção da memória institucional. São os livros “DNOCS – Um órgão a serviço do Nordeste” de 1974, “DNOCS – 75 anos” de 1975 e a obra “O DNOCS e o Novo Nordeste” de 1985.

³ Escondida; Bananeiras; Sítio Junco; Lagoa dos Cavalos; Córrego Salgado; Barbatão; Sussuarana; Peixe.



Casa destruída no Junco

A produção de uma lógica de intervenção moderna para o território, depois (re)significada como de convivência com o semiárido, tinha, entretanto, como principal alvo a ser combatido o agricultor(a) local, isto é, o próprio habitante oriundo da região. Implicou, assim, uma tentativa de apagamento dos rastros e indícios de atividades, relações e modos de vida existentes nos territórios que, inclusive, eram reconhecidas nacional e internacionalmente como referência em estratégias de convivência com o semiárido (ALVES, 2012).

Referimo-nos aqui aos trabalhos relacionados à apicultura, ao banco de sementes comunitário, à horta comunitária, além das tecnologias sociais e produtivas que foram implementadas com o auxílio da Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, tais como: cisternas de placa, barragem subterrânea com agrofloretação, ovinocultura e sistema agrossilvipastoril. Todas elas negadas pela sua incompatibilidade com a nova forma de apropriação e uso dos espaços expressos no projeto da “grande irrigação” e em seus falsos objetivos de convivência e sustentabilidade.

Nesse processo não causa estranheza que também as memórias das experiências comunitárias tenham sido alvo de manipulação e esquecimento. Mediante a criação de lembranças encobridoras operadas entre fins do século XX e início do XXI, o DNOCS projetou uma antiga representação de si enquanto salvacionista, atualizada na figura de mediador da convivência do nordestino com o semiárido. Entretanto, as experiências registradas nas memórias dos sujeitos das comunidades rurais apontam em outras direções.



As memórias dos atingidos, os atingidos por memórias

Indivíduos e certos grupos podem teimar em venerar justamente aquilo que os enquadramentos de uma memória coletiva em um nível mais global se esforçam por minimizar ou eliminar. Se a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele que, com os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecer os limites desse trabalho de enquadramento [...] (POLAK, 1989:12).

Nos anos de 2014/15, o COMTER promoveu um conjunto de pesquisas sobre as histórias de vida de sujeitos das comunidades impactadas pelo PITR. Nesse trabalho investigativo, foram realizadas aproximadamente quarenta entrevistas distribuídas entre moradores das comunidades de Cipó, Fazenda Maia, Junco, Lagoa dos Cavalos e Peixe. Essas entrevistas trouxeram à tona uma variedade de memórias individuais e sociais, o que nos possibilitou identificar várias lembranças que destoam daquelas construídas e enquadradas pelo DNOCS. Nesse processo, além da destruição das experiências de convivência com o semiárido acima assinaladas, os depoimentos revelaram e permitiram detalhar outras alterações nos modos de vida locais.

Foi relativamente comum encontrarmos entre os depoimentos a ideia de que a relação estabelecida com o Estado era permeada por características extremamente desiguais e desproporcionais. O DNOCS foi lembrado não como aquele que mediava e negociava. As falas, muitas vezes, testemunharam justamente o contrário, lembrando o órgão como o responsável pela expulsão das pessoas de seus territórios, mediante a “tomada” de terras, casas e outras benfeitorias:

O DNOCS tomou de conta, né? Uma coisa foi essa, terminou-se tudo com o DNOCS. A minha casa lá foi pro DNOCS. Eles tomaram. A casa do meu filho, o Irineu tinha uma casinha também lá. A Fatinha tinha a dela também lá, mas o marido tirou, ficou com essa aqui. Mas lá o que foi meu, o terreno de meu pai lá na Lagoa dos Cavalos, o DNOCS tomou (SILVA, 2015d).

Segundo Dona Maria, ao tomar as terras dos moradores locais, a instituição interrompia uma prática inaugurada por um dos primeiros habitantes da comunidade da Lagoa dos Cavalos, o “velho” Joaquim Estácio, que construiu benfeitorias para a recepção e moradia temporária dos que acabavam de chegar naquele território. A moradora lembrou ainda como foram difíceis os processos indenizatórios, significando os repasses materiais como migalhas conse-



guidas depois de muitos gastos pecuniários, esforços físicos e sofrimentos diversos.

Nos processos de desapropriação, um dos sofrimentos comuns expressos nos depoimentos estava no cerceamento do direito de ir e vir das comunidades em seus próprios territórios. Além da tomada de terras e benfeitorias centenárias, a alteração espacial com suas intervenções de engenharia criou diques, canais e cercas que dividiram as comunidades, tornando mais difícil o processo de locomoção e comunicação e isolando indivíduos em suas próprias residências, como na comunidade do Peixe:

Rapaz, o DNOCS tomou tudo, tomou tudo, tomou tudo! Compadre João [...] ficou lá, porque cercaram e deixaram ele ali. Mas o DNOCS passou por trás dos terrenos dele. Aqui o Peixe, tá que nem o aro do pneu: de dentro por fora o DNOCS desapropriou. Aqui, aqui, nos fundos dessas casas passa lote [...] do DNOCS (NORTE, 2015).

Para o Sr. Luís, além do isolamento dos moradores, como no caso de João, o DNOCS incitou a emigração de muitas pessoas que não encontraram nova morada no território. A intervenção do Estado, garantindo a divisão do perímetro artificialmente irrigado em lotes com segurança hídrica, aqueceu o mercado de terras elevando substancialmente o preço dos terrenos. Sem terra e sem dinheiro, inviabilizados de viver no território, os habitantes passaram a constituir correntes migratórias diversas.

Os que permaneceram, ainda que para isso muitos deles tenham que ter passado por processos de deslocamento, observaram como a alteração estrutural do território comprometeu as atividades de convivência existentes. Além do isolamento dos indivíduos e de suas famílias, práticas centenárias como as de cultivo da terra (expressa no plantio e coleta de alimentos) e a criação de animais foram dificultadas ou mesmo impedidas pelos processos de cercamento e desmatamento de áreas particulares e de convivência comum.

Ao invés de motivar e ampliar a interação dos sujeitos com os seus territórios, por meio de práticas de sustentabilidade e de formas de convivência apropriadas às condições do território, o trabalho da instituição pôs em risco até mesmo a soberania alimentar dos grupos familiares. Observadores da destruição em curso, cerceados do direito a terra e impedidos de fazer seu uso para práticas de cultivo e criação, os habitantes foram empurrados para a lógica do capital expressa no comércio de alimentos, conforme observa Dona Joarina:

Mulher, foi um impacto. Não vou dizer que não foi, porque foi. O que eu acho engraçado é isso: nós não podemos destruir com a terra, porque nós não podemos ficar sem ela, e o DNOCS, o governo, vou falar o governo então, pode destruir com tudo que a gente construiu. E a gente ficar oh... sem poder dizer nada. Vem justiça, vem isso e vem aquilo, ameaça e tudo.



Sem a pessoa concordar e sem a pessoa sair de cima do que é da gente, do que a gente construiu e conseguiu com o suor da gente. E o governo faz isso, né. Como o DNOCS expulsou, praticamente, todo mundo das suas casas, dos seus terrenos e ninguém, hoje, tem onde plantar. Não temos. Por que o feijão tá do preço que tá? Por que o milho tá do preço que tá? A farinha do preço que tá? Porque o pessoal tá tudo sem terra (SILVA, 2015c).

O encarecimento da farinha foi significado como consequência da descaracterização promovida sobre os saberes tradicionais, entendidos aqui como formas de convivência pertencentes à dimensão cultural (SILVA, 2007). As farinhadas, tão comuns no interior do Nordeste, consistiam em práticas de trabalho comum, coletivo, não remunerado que envolvia familiares e outros indivíduos, dando sentido e, ao mesmo tempo, consistindo em expressão da vida em comunidade, pois era baseada no “parentesco, na interdependência econômica e em atividades e instituições locais” (SABOURIN, 2009:48). Além da garantia do alimento, práticas culturais semelhantes à da farinhada garantiam a permanência dos princípios para a existência da vida em comunidade, expressos no parentesco, na localidade, no sentimento de pertencimento e na reciprocidade.

A destruição das casas, dos espaços de cultivo e dos locais de criação não significou apenas impactos materiais. Produziu medo e insegurança e implicou a tentativa de aniquilamento do próprio sentido da vida em comunidade, das suas memórias, dos seus patrimônios e das suas histórias locais. E isso se deu, por um lado, em consonância com o discurso de invisibilidade produzido pelo Estado sobre os habitantes desses espaços e suas práticas, no momento de preparação e realização das intervenções. Por outro lado, ocorreu concomitante aos processos de reinterpretação do tempo pretérito, mediante o enquadramento da memória e a manipulação dos esquecimentos operados pela instituição interventora. Contudo, felizmente, estes elementos não foram suficientes para aniquilar os traços mnemônicos e as falas dos sujeitos impactos pela construção do PITR.

Memória e resistência

As memórias das comunidades impactadas pelo PITR colocaram em evidência experiências difíceis, dolorosas e traumatizantes das relações estabelecidas com o DNOCS. Mas o ato de rememorar questionou e pôs à prova a memória institucional e a história oficial autorizada pelo órgão, além de ter auxiliado na construção e no compartilhamento de outras representações sobre o DNOCS, fortemente contrárias àquelas construídas e pro-



jetadas pelo Estado, pelos seus intelectuais contratados ou por outros de seus defensores.

A imagem presente do DNOCS como o interventor-destruidor dos territórios, responsável pela expulsão de inúmeras famílias no semiárido cearense, foi mesclada e retroalimentada pelos agricultores e agricultoras com suas visões de mundo, tal como verbalizado por Dona Osmarina:

Foi um sufoco. Não aqui, mas as comunidades atingidas eram bem próximas, Lagoa dos Cavalos, Córrego Salgado... As famílias não tinham conhecimento de nada [e] quando disseram: o DNOCS chegou! Foi como um fogo que vinha de lá para cá, queimando todo mundo. O povo se apavorou. Muitos abandonaram suas casas e foram morar de aluguel, mesmo sem ter condição, por medo. Isso foi uma agonia muito grande para esse povo. Apareciam umas histórias de que se não desocupassem as casas, eles vinham com as máquinas e derrubavam com tudo, não importava quem tivesse tempo. O povo se apavorou (SILVA, 2015a).

Analogias a pragas, doenças e fenômenos naturais, entre outros, foram elementos relativamente comuns utilizados pelos sujeitos para melhor representar e qualificar suas concepções sobre a instituição. Diante disso, nosso trabalho consistiu em buscar evidenciar e compreender a importância desses aspectos para os sujeitos, buscando fazer uma análise a contrapelo, ou melhor, do ponto de vista dos vencidos (BENJAMIN, 1971).

Foram essas representações e memórias relacionadas às ações do órgão que auxiliaram, inclusive, no estabelecimento de lutas e processos de resistência no território, configurando um conjunto de experiências que afastaram os sujeitos da imagem passiva construída pelo Estado. A alteração da percepção sobre a intervenção pretérita do órgão, acrescida da clareza do risco de destruição das comunidades (haja vista a extinção de 22 comunidades rurais para a construção da primeira etapa do Pitr), foi um fator importante para a motivação da organização dos sujeitos.

Nos processos de compartilhamento das memórias individuais ocorridos cotidianamente e em encontros de membros de comunidades do mesmo território e de território distintos⁴, observamos diferentes desdobramentos que auxiliaram na resistência dos territórios atingidos pelo Pitr.⁵ Um deles foi a criação da Comissão de Resistência do Tabuleiro de Russas, em 2009, alinhada à construção e propagação de representações negativas sobre o órgão. Tais representações, e memórias, auxiliaram na retomada

4 Considerando a importância que o Baixo Jaguaribe representa para a economia agrícola do Ceará, a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte desenvolve vários projetos na região. Dentre eles, destacamos o Projeto Intercâmbios que envolve comunidades do Tabuleiro de Russas, da Chapada do Apodi e da região do Açude Figueiredo, cujo objetivo maior é "potencializar a organização política [dos agricultores/as] e possibilitar o contato com outras estratégias de organização comunitária e práticas produtivas, calcadas nos princípios da agroecologia, fortalecendo a resistência ao modelo difundido pelo poder público" (CÁRITAS, 2013:2).



de antigos laços e na formação de novos processos identitários entre as comunidades.



Encontro COMTER e comunidades (março/2015)

Assim, aproximados pelas experiências de convivência com o semiárido, mas também pelas vivências problemáticas provocadas pelo Estado, observamos que os indivíduos procederam a um fortalecimento de suas memórias, no sentido de que as lembranças tornaram-se estruturadoras da (re)organização dos grupos (CANDAU, 2012). Esses sujeitos também puseram em movimento processos de lutas de representação (CHARTIER, 1991), haja vista o questionamento das imagens projetadas pelo DNOCS, além de avançarem na construção de outras representações utilizadas na reformulação de suas identidades.

Por fim, consideramos que as análises que compõem este livro sobre as comunidades do Tabuleiro de Russas no Ceará auxiliam a pôr em evidência e problematizar outras percepções do semiárido nordestino, que não estão tuteladas pelo olhar harmônico e salvacionista dos interessados no provimento da “indústria das secas”. Ao acessarmos as memórias das pessoas extraordinárias, isto é, dos “principais atores da história” (HOBSBAWM, 1998:7), percebemos que o impacto dos grandes projetos, como o PITR, ao invés de possibilitar o paradigma de convivência com o semiárido acabou promovendo justamente o contrário, criando uma plataforma para a projeção de problemas múltiplos e diferentes que atingiram as comunidades rurais.

São esses problemas que nos põem a refletir sobre as possibilidades do trabalho do historiador(a). No contexto do semiárido cearense, de avanço das grandes obras e projetos que põem em risco as comunidades rurais, é funda-

5 “[...] diante da ameaça de expropriação dos moradores, as lideranças de Lagoa dos Cavalos, por meio da Associação e com a assessoria do sindicato de trabalhadores rurais e da Cáritas, montaram uma estratégia de mobilização para unir forças e gerar poder de representação local. Por meio da Associação Comunitária local, convocaram as associações das demais comunidades atingidas e, em conjunto, criaram [...] a Comissão de Resistência das Comunidades Rurais do Tabuleiro de Russas (ALVES, 2012:178).



mental “assegurar a multiplicidade dos lugares de fala, dos diversos atores qualificados” como enunciadores de memórias. Mais que isso até. A garantia do direito à memória passa pela necessidade de “um claro engajamento em direção à salvação dos acervos, depoimentos, arquivos e lugares de memória” (SILVA, 2003:246).

Sem esse engajamento, corremos o risco de apenas assistirmos passivamente a transformação do semiárido cearense em um extenso deserto de esquecimentos. Assim, esperamos que esta obra contribua no sentido de dirimir a amnésia social que vem se instaurando estrategicamente no semiárido cearense e que ameaça a existência pretérita, presente e futura de mulheres e homens do campo.



⁶ Uma reflexão mais ampla sobre este tema foi publicada na revista *História & Perspectivas*. Ver: VIANA JÚNIOR, M. M.; ALMEIDA, D. G. . Conflitos pela memória no semiárido cearense: relações entre as comunidades rurais do tabuleiro de russas e o DNOCS. **História & Perspectivas** (Online), v. 29, p. 85-114, 2016.

(Des)envolvimento e lógica destrutiva no Tabuleiro de Russas: uma ameaça ao território camponês

Diego Gadelha de Almeida

Para implantação do Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas (PITR), o Governo Federal publicou o Decreto nº 97.143, de 29 de novembro de 1988, que declarou como de utilidade pública e interesse social uma área com aproximadamente 24.471 ha (vinte e quatro mil, quatrocentos e setenta e um hectares), necessária à implantação do projeto.

A primeira etapa do projeto de irrigação Tabuleiro de Russas previa a implantação de um distrito agrícola irrigado, com área total de 10.795 ha, atingindo, conforme Quadro 1, 22 comunidades rurais, compostas por 782 famílias impactadas diretamente pela construção do projeto. Segundo Brasil (2005), a segunda etapa desapropriou 306 propriedades rurais, com um contingente populacional de 67 famílias, distribuídas em 8 comunidades, como podemos observar no Quadro 1.

Quadro 1: Comunidades atingidas pela instalação do PITR

1ª etapa	2ª etapa
Lagoa Salgada; Massapé de fora; Massapé de dentro; Lagoa da Várzea; Sussuarana; Paraíba; Povoado do Mari; Canafístula de Baixo; Baixio dos Azuis; Sítio Córrego Vinte e Um; Córrego dos Estácios; Germana; Açude dos Venâncios; Córrego Salgado; Tanquinhos; Lagoa da Roça; Umari; Iracema; Capece; Liberdade; Baixio Verde; Lagoinha.	Escondida, Bananeiras, Sítio Junco, Lagoa dos Cavalos, Córrego Salgado, Barbatão, Sussuarana, Peixe.

Fonte: BRASIL (1991) e BRASIL (2005). Organização dos autores.



Não há registros de reassentamento construído pelo DNOCS para as famílias desapropriadas pela primeira etapa do projeto. Parte das famílias migrou para a periferia da zona urbana de Russas, algumas se restabeleceram no Distrito de Flores e na localidade do Jardim São José, às margens da BR-116, ambas no município de Russas.

Já na segunda etapa, foco deste capítulo, algumas comunidades como Bananeiras, Escondida, Córrego Salgado e Barbatão foram completamente desapropriadas, enquanto Lagoa dos Cavalos, Peixe e Junco tiveram suas áreas reduzidas, com a desapropriação de moradias e terras de produção de parte das famílias atingidas.

Importante observamos que essas comunidades começaram a se estruturar em fins do século XIX e início do século XX, sendo compostas, em sua maioria, por membros da mesma família. O uso e ocupação do território eram marcados pela agricultura de sequeiro, com destaque para a produção do feijão, milho, mandioca, cajueiros, extração da cera de carnaúba e quintais produtivos repletos de frutas e hortaliças. Nelas também se desenvolvia pecuária, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, galinha caipira e a apicultura:

Os modos específicos de vida e convivência com o semiárido dos moradores da área em tela – como, por exemplo, a subsistência baseada na agricultura e coleta de castanha e cera de carnaúba – apontam para a existência de ‘conhecimentos, inovações e práticas gerados pela tradição’ que os capacitam a habitar no território em que se situam, ou seja, nesses ‘espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica’ dessas populações que ora se encontram ameaçadas de remoção. O caráter tradicional salta mais aos olhos, por exemplo, em comunidades como a da Escondida, mas considero que o conjunto da área rural impactada pelo Projeto pode ser caracterizada como tradicional (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2009: 25).

Os estudos de Braga (2010) e Alves (2012), os trabalhos de campo e a vivência nas comunidades indicaram um território repleto de vida, dinâmica e significados para as famílias que habitam o local. Para os(as) agricultores(as) o território é visto enquanto abrigo, como meio de vida, com fortes laços de identidade, simbolismo, imbuído de características/racionalidades divergentes das descritas pelos estudos e discursos hegemônicos que justificam a intervenção territorial do DNOCS.

As comunidades, durante décadas, foram experimentando estratégias para conviver com o semiárido, num processo de coevolução e reconhecimento das limitações e potencialidades do meio. Isso ocorreu por intermédio de grupos organizados, associações comunitárias e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Russas. Desde a década de 1980, as comunidades conquistaram projetos socioprodutivos, obras de in-



fraestrutura, instalaram experiências de convivência com o semiárido, diversificaram a produção, fortaleceram a organização e os vínculos comunitários. Tais alternativas, implantadas no território, tornaram as comunidades reconhecidas nacionalmente, e até internacionalmente, como referência em estratégias de convivência com o semiárido.



Placas da obra da segunda etapa do PITR

Alternativas de Convivência com o Semiárido

Experiências	Objetivos
Cisternas de placa	Sistema de armazenamento de água com capacidade para 16 mil litros, fundamental para o abastecimento humano. A tecnologia é uma alternativa para conviver com a escassez hídrica do semiárido, contribuindo para autonomia da população em relação à indústria da seca.
Barragem Subterrânea com agroflorestação	Sistema de represamento de águas subterrâneas, construída estrategicamente em locais com subsolo rochoso e leito de aluvião. No semiárido, o sistema apresenta vantagens por diminuir a evaporação da água, já que a mesma fica armazenada numa profundidade superior a um metro. A água da barragem é aproveitada para o cultivo de feijão, mandioca, capim elefante e algumas fruteiras.
Ovinocultura	Atividade pecuária adaptada ao semiárido, iniciou com a criação coletiva de 80 animais, com oito famílias envolvidas. Em 2012, o grupo contava com seis famílias e um plantel de 200 animais. Fonte de soberania alimentar e renda para os agricultores.



Experiências	Objetivos
Sistema Agrosilvopastoril	Sistema caracterizado pela integração entre plantas lenhosas perenes, culturas alimentares, vegetação de caatinga e pastagens. O manejo do sistema fornece alimento para os animais, para os produtores e energia, por meio do manejo sustentável da lenha.
Banco de sementes comunitário	O banco de sementes era composto por uma unidade de armazenamento e um campo comunitário. Os(as) agricultores(as) desenvolveram intercâmbios para troca de sementes com outras comunidades, garantindo o resgate de sementes e a diversificação do banco genético disponível às comunidades.
Apicultura	A atividade apícola contava em 2010, com 260 colmeias e uma produção anual média de 6,1 toneladas, configurando-se como uma das principais atividades econômicas das comunidades, sendo o mel vendido in natura para atravessadores, que exportavam para Alemanha, ou engarrafado para o mercado local e regional.
Outras experiências	As comunidades contam também com uma unidade de raspa de mandioca e estratégias de silagem, alternativa que busca garantir alimentação para os rebanhos durante o período de estiagem.

Fonte: BRAGA (2010) e ALVES (2012), adaptado pelos autores.

O *modus operandi* do DNOCS e os conflitos territoriais em curso: quem ficará com os rejeitos e com os proveitos do Perímetro Irrigado?

O *modus operandi* do DNOCS no processo de desapropriação das famílias atingidas foi caracterizado pelo autoritarismo, falta de informação, transparência, participação e, ainda, pela produção de informações perversas, que buscavam intimidar os desapropriados e/ou conquistar a confiança para minar a resistência comunitária ao projeto.

As oito comunidades rurais incluídas na poligonal do projeto receberam a informação da desapropriação com surpresa, já que não houve um processo prévio e participativo de exposição do projeto para a população local. Segundo relatos coletados nos trabalhos de campo, o DNOCS não promoveu nenhuma reunião pública com todas as comunidades atingidas para socializar e debater previamente a proposta de intervenção territorial.



Frente à total falta de informação e comunicação, as comunidades organizaram a *Comissão de Resistência do Tabuleiro de Russas*, composta por agricultores(as) atingidos(as) pela expansão do projeto irrigado. A Comissão articulou e promoveu constantes reuniões com o DNOCS, audiências públicas e manifestações de rua que expressavam seu desacordo e resistência ao processo de desapropriação.

A experiência vivida pelas comunidades rurais atingidas pela primeira etapa, expropriadas sem direito ao reassentamento e obrigadas a migrar para outras localidades e periferia do município de Russas, serviu de alerta para a Comissão de Resistência, que já conhecia, em linhas gerais, as consequências da instalação do perímetro.

As comunidades tentaram, inicialmente, demonstrar inviabilidade da expansão da segunda etapa, já que dos 10.765 hectares da primeira etapa, no ano de 2008, apenas 23% da área total estavam ocupados, conforme análise da figura 1. Segundo laudo pericial produzido pelo Ministério Público Federal, “a *sub-utilização* da 1ª etapa do projeto já coloca questões acerca da razoabilidade da expansão de um projeto que terá alto custo *sócio-ambiental*” (MPF, 2009: 2). O DNOCS, contudo, manteve a decisão de avançar com as obras. Restou às comunidades a estratégia de minimizar os impactos e garantir seus direitos no processo de desapropriação.



Evolução da área plantada da 1ª Etapa do PITR.

Fonte: Distar

Com a falta de transparência e a dificuldade de acesso às informações completas, claras e objetivas, as comunidades organizaram três audiências públicas (duas em 2008 e uma 2009), que contaram com a participação das famílias atingidas, de



movimentos sociais, de organizações não-governamentais, do Ministério Público Federal (Comarca de Limoeiro do Norte), de universidades e de técnicos do DNOCS.

Mesmo com essa estratégia de pressão, as audiências públicas eram pouco produtivas, não garantiam acesso à informação e não encaminhavam os problemas relatados pelas famílias atingidas, já que o DNOCS, com o tática, sempre enviava técnicos sem poder de decisão ou que dominavam apenas parte das informações demandadas pelas comunidades.

Com as obras de engenharia, notadamente os canais que transportam água para irrigação, os conflitos entre DNOCS e comunidades se tornaram mais intensos, visto que a construção iniciou sem que os desdobramentos legais da desapropriação tivessem sido esclarecidos ou resolvidos como, por exemplo, os valores e pagamentos das indenizações, bem como a construção do reassentamento.

O DNOCS não cumpriu o rito processual básico da justa e prévia indenização para iniciar as obras. As famílias relataram que o órgão usou de diversas estratégias para 'entrar' nas terras atingidas, pois os trâmites administrativos para pagamento de indenizações e reassentamento iriam 'atrasar' o cronograma estabelecido.

Quando finalmente as indenizações começaram a ser pagas, as famílias da comunidade de Bananeiras e Escondida foram as primeiras a receber seus direitos. Com isso, iniciou-se outra fase do conflito: as pressões impetradas pelos servidores do órgão federal junto às famílias com indenizações pagas para que deixassem suas casas o mais rápido possível, pois a obra precisava avançar. Nesse processo, as famílias desapropriadas eram classificadas em três grupos de atingidos, conforme laudo de avaliação da terra e benfeitorias: Grupo 1 aqueles que possuem direito a reassentamento; Grupo 2 aqueles que podem optar entre reassentamento ou indenização; e Grupo 3 aqueles que só podem receber indenização.

Com o pagamento das indenizações, as famílias começaram a deixar suas casas. Os moradores das comunidades de Bananeiras e Escondida, que tiveram suas áreas totalmente incluídas na poligonal de desapropriação, foram os primeiros expropriados da Segunda Etapa. Parte da comunidade, formada, em sua maioria, por membros da mesma família, restabeleceu-se numa localidade intitulada de Fazenda Maia, enquanto outros moradores se deslocaram para a comunidade do Cipó, ambas localizadas no entorno da poligonal de desapropriação do Tabuleiro de Russas.

Com o esvaziamento das comunidades, o público enquadrado na política de reassentamento passou a vivenciar novos problemas: os pequenos comércios foram fechados, o transporte escolar não buscava mais os estudantes que continuavam na área e o esvaziamento gerou uma sensação de insegurança entre os remanescentes.

Mesmo sem definição da política de reassentamento, os caminhões e tra-



tores continuavam cortando as terras, fragmentando e isolando as comunidades. O canal continua avançando, tornando-se vizinho de diversas casas que aguardavam o reassentamento. A poeira, o barulho das máquinas, a mudança nas estradas, o desmatamento, a fuga da fauna, conformavam a nova dinâmica da paisagem nas comunidades atingidas. Aos poucos, as famílias que receberam as indenizações deixaram suas casas, que em seguida foram demolidas pelo DNOCS, fato que intensificou o isolamento dos(as) agricultores(as) que aguardavam o reassentamento.

Além disso, a morosidade do órgão em construir o reassentamento e pagar as indenizações impôs diversas consequências para as famílias que permaneciam na terra. Com a incerteza da data de pagamento da indenização e/ou da conclusão do reassentamento parte dos agricultores deixou de investir na produção e de cultivar plenamente a terra, pois temiam que, a qualquer momento, o DNOCS efetivasse a sua desapropriação direta. Os quatro anos de espera e incertezas, pós-laudo de avaliação das terras, implicaram em redução drástica da produção agrícola dos territórios, impondo riscos à segurança e soberania alimentar nas comunidades.

A manutenção das atividades econômicas dos atingidos, o acesso à alimentação e a segurança foram preocupações que não fizeram parte do cronograma físico-operacional da obra, isto é, dos planos de instalação da segunda etapa do PITR.

No processo de desapropriação outro ponto central de conflito com o DNOCS dizia respeito ao modelo de reassentamento proposto pelo órgão. No plano inicial, o reassentamento das famílias seria composto apenas por casa e infraestrutura de uso comum (energia, estradas, praça etc.), isto é, as famílias reassentadas não teriam terra para produção.

O órgão tinha como meta desapropriar moradias e terra de produção de oito comunidades, formadas majoritariamente por agricultores(as), e sua política de reassentamento só previa a reconstrução de casas, sem direito à terra de produção. Segundo o DNOCS, os desapropriados, fossem os indenizados ou reassentados, deveriam participar de um processo de seleção. Caso apresentassem perfil para irrigantes, deveriam pagar por um lote de 8 hectares, sua infraestrutura de irrigação e todos os custos de manutenção: energia, taxa mensal de administração, entre outros. Ou seja, os expropriados deveriam se submeter às normas e aos custos do perímetro irrigado.

O próprio Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da segunda etapa reconhece que as famílias desapropriadas correm sérios riscos de não voltarem a ter "terra de produção", visto que a indenização paga era irrisória para aquisição de novas áreas com qualidade e próximas ao local de moradia.

A análise do EIA deixa claro que a maior carga de impactos do processo de desapropriação recaiu e recairá sobre os(as) pequenos(as) agriculto-



res(as). Aos mais pobres, desterrados, sobrar  a alternativa de engrossar o “exército industrial de reserva”, contribuindo para alimentar o mercado de trabalho nas cidades e/ou nas empresas do agronegócio atraídas para o perímetro irrigado.

O discurso perverso do DNOCS de inclusão dos desapropriados assinala que os atuais perímetros irrigados não são idealizados para incorporar as famílias atingidas, pois dificilmente comportam outra dinâmica de produ o que não seja a da racionalidade empresarial do agronegócio, qualificando o território enquanto recurso e a terra enquanto negócio. Cientes de que o perímetro é um projeto excludente, as famílias atingidas exigiram outra concep o de reassentamento, tornando-se o ponto de pauta principal no processo de luta e resistência.

Lutas e resistências

Em agosto de 2009, a pedido da Comissão de Resistência, foi realizada uma audiência pública no distrito do Peixe (município de Russas), que contou com a intermedia o do Ministério Público Federal, estando o DNOCS representado por um técnico sem poder de decisão. A audiência tinha como objetivo esclarecer as várias d vidas provocadas pela falta de transparência do  rg o. Entre os encaminhamentos, foram lançadas duas propostas: (1) que o MPF produzisse um estudo antropológico da área para subsidiar as famílias atingidas com informa es técnicas, contribuindo com o fortalecimento do processo de resistência e (2) que a Comissão de Resistência iniciasse um processo coletivo de constru o de uma contraproposta de reassentamento, com o objetivo de alimentar o processo de negocia o com o DNOCS.



Ocupa o da BR 116



O estudo antropológico foi realizado pelo antropólogo Sérgio Brissac, a pedido do MPF, sendo entregue em setembro de 2009. O laudo reforçava que a maior carga de impactos do projeto recairia sobre as comunidades rurais e trazia a necessidade de ampliar o conceito de atingido, indo além dos desapropriados que perderam seu território e terra de produção, incluindo, igualmente, as famílias que permaneceriam nas bordas do perímetro irrigado, visto que o modelo de produção, calcado no uso de agroquímicos, contamina a água, o solo, o ar e os trabalhadores.

A Comissão de Resistência adotou as seguintes diretrizes para elaboração da contraproposta de reassentamento:

O projeto consiste na definição de uma área de reassentamento para as famílias atingidas (1) que atenda às suas necessidades: moradia, trabalho e produção, água, infraestrutura, preservação ambiental, (2) que leve em conta o desenvolvimento das comunidades e as gerações futuras, (3) que possibilite o desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável sem utilizar agrotóxicos, sem agredir o meio ambiente e sem prejudicar a vida humana, (4) que respeite a cultura tradicional dessas comunidades e (5) que garanta às famílias o direito de serem sujeito de suas vidas e história (CÁRITAS DIOCESANA DE LIMOEIRO DO NORTE, CE. PROJETO DE REASSENTAMENTO, 2009: 2).

A área proposta para o reassentamento totalizava 1.442 hectares, extensão que, segundo as comunidades, contemplaria terra para moradia e produção. Na contraproposta, as comunidades exigiam a criação de uma *Zona de Amortecimento*, que consistia em uma faixa com vegetação nativa, com a função de barreira de proteção entre o perímetro irrigado e a área do reassentamento. A proposta indicava, também, que a área de Reserva Legal do perímetro ficasse disposta ao redor da Zona de Amortecimento para ampliar a proteção das comunidades em relação aos riscos ambientais desencadeados pela operação da Primeira e Segunda Etapa do Tabuleiros de Russas.

O projeto elaborado foi protocolado junto à Direção-Geral do DNOCS que, entretanto, manteve o entendimento de que as famílias desapropriadas teriam direito apenas ao reassentamento da moradia, e para garantir a terra de produção, deveriam participar do processo seletivo dos lotes agrícolas. Caso fossem selecionados, os postulantes a irrigante deveriam arcar com todos os custos de aquisição e manutenção do lote, de acordo com as regras estabelecidas na Lei de Irrigação.⁶ O DNOCS, assim, em nada alterou sua proposta, já que reassentamento da casa e garantia de

⁶ Lei nº 6.662, de 1979, revogada pela Lei nº 12.787, de 2013.



participação da seleção são direitos assegurados na legislação que disciplina o tema.

Frente à inflexibilidade do órgão, as comunidades organizaram um abaixo-assinado que foi firmado pelas famílias atingidas. O documento reforçava o entendimento de que o reassentamento deveria contemplar a terra de produção e mecanismos que garantissem a conservação ambiental, a saúde e a soberania alimentar dos reassentados, como podemos observar no texto extraído do abaixo-assinado:

Dentre outros pontos a reivindicação fundamental tem a ver com a garantia de uma área de produção para as famílias desapropriadas, não enquadrada na Lei de Irrigação, dados os custos de infraestrutura e de manutenção e as experiências fracassadas de pequenos agricultores nos perímetros irrigados. Segundo o projeto apresentado pelo DNOCS, o reassentamento das famílias diz respeito exclusivamente ao núcleo habitacional e a infraestrutura urbana. Com relação à área de produção, elas teriam que se submeter a um processo de seleção dos lotes, de acordo com a Lei de Irrigação. E aqui está o ponto crucial e decisivo de nossa divergência com o DNOCS e de nossa reivindicação. Para as famílias desapropriadas, agricultores familiares, é de fundamental importância a garantia de uma área de produção enquadrada numa política de reassentamento e não na política de irrigação. Sendo assim, reafirmamos que o Plano de Reassentamento deve contemplar as seguintes reivindicações:

1. Elaboração de um plano de reassentamento para as famílias desapropriadas que contemple, além do núcleo habitacional e da infraestrutura urbana, área de produção (4 ha por família) com infraestrutura de irrigação, garantindo a soberania alimentar das famílias.
2. Enquadramento dessas famílias numa política de reassentamento e não na Lei de Irrigação, frente aos custos de infraestrutura e manutenção, fomentando uma política de tratamento especial para os agricultores reassentados.
3. Acompanhamento técnico continuado e capacitação para os pequenos produtores, garantindo uma transição da agricultura de sequeiro para agricultura orgânica e irrigada.
4. Acesso ao crédito assistido para iniciar a transição.
5. Para as famílias que terão apenas a sua área de produção desapropriada que possam ser incorporadas ao reassentamento, no que se refere à área de produção, garantindo sua soberania alimentar.
6. Garantia de uma zona de amortecimento, entre as comunidades e os lotes convencionais, para minimizar os impactos dos agrotóxicos na saúde ambiental e das famílias.
7. Garantia que as comunidades que possuem cisternas tenham essa benfeitoria reposta no reassentamento (ABAIXO ASSINADO: PELA GARANTIA DOS DIREITOS DAS COMUNIDADES ATINGIDAS PELA 2ª ETAPA DO PROJETO DE IRRIGAÇÃO DE RUSSAS, 2010).



Assim, após anos de negociação, da luta e resistência, a comunidade rompeu a cortina de ferro do DNOCS. Em agosto de 2011, o órgão acordou, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), um novo plano de reassentamento, que seguiria as seguintes diretrizes:

- O reassentamento seria feito em três áreas distintas: (1) na localidade do Cipó seriam reassentadas as famílias das comunidades de Bananeiras e Escondida; (2) na localidade de Lagoa dos Cavalos seriam realocadas as famílias desta comunidade, do Junco, Córrego Salgado e Barbatão e (3) no distrito do Peixe, ficariam as famílias desapropriadas desta localidade;
- A área de reassentamento foi reduzida de 1.442 para 159 hectares, sendo composto por uma área coletiva de produção, correspondente a média de 3 a 4 hectares por famílias, com pontos de água e energia elétrica;
- A zona de amortecimento será de 10 metros de largura, objetivando reduzir os impactos advindos do projeto de irrigação;
- Cada reassentado receberá uma casa, com área total de 1.012 m², composta por quintal de 785,5 m², espaço planejado para criação de pequenos animais e cultivo de frutas e hortaliças;
- Os lotes irrigados do perímetro que ficarem na fronteira com os reassentamentos serão ocupados por pequenos produtores, evitando a instalação de grandes empresas nas proximidades das comunidades;
- Os reassentados, mesmo com a terra de produção coletiva, poderão participar do processo de seleção para lotes no perímetro e, caso selecionados, terão prioridade para escolher lotes mais próximos das áreas de reassentamento;
- O traçado do projeto deverá mudar para preservar as comunidades de Cipó, Peixe e alguns equipamentos coletivos da comunidade de Lagoa dos Cavalos, a saber: Casa de Farinha, a Unidade de Raspa, prédio do colégio e algumas propriedades;

Apesar dos cortes e desacordo em alguns pontos, como a redução da área dos reassentamentos, que comprometerá a expansão futura das comunidades, a Comissão de



Resistência optou por assinar o TAC, garantido a conquista de direitos que foram negados durante todo o processo de negociação, principalmente, no que se refere à terra de produção e o não enquadramento dos(as) agricultores(as) reassentados(as) na Lei de Irrigação.

Entretanto, mesmo tendo assinado o TAC em 2011, o DNOCS só iniciou a construção dos reassentamentos em dezembro de 2013, mas ainda não sinalizou data para disponibilizar a terra de produção com a infraestrutura acordada, isto é, água e energia. A morosidade na construção do reassentamento contrasta com a velocidade de construção dos canais e sistemas de irrigação para os lotes do perímetro.

As três áreas de reassentamento de moradia prevista no TAC foram repassadas às associações comunitárias do Cipó, Peixe e Lagoa dos Cavalos em 2014. Contudo, a entrega das casas aconteceu sem a finalização de duas infraestruturas básicas: água e energia. Até a última atividade de campo, realizada em janeiro de 2016, o DNOCS não tinha finalizado a instalação da rede elétrica e de abastecimento de água, contabilizando mais um passivo às famílias desapropriadas.

Mesmo com a conquista da área de produção, da zona de amortecimento, do distanciamento dos lotes de empresários da comunidade, entre outros pontos, percebe-se que os impactos diretos e indiretos são irreversíveis, afetando a lógica de reprodução social das comunidades rurais.

Com o subsídio dos trabalhos de Braga (2010) e Alves (2012) e do acompanhamento dos conflitos com as comunidades, podemos indicar que as famílias atingidas absorveram/absorverão a maior carga de impactos com a instalação do Perímetro Irrigado, seja pela dinâmica de construção dos sistemas de engenharia, que implicam a desapropriação das famílias, seja com o processo de reassentamento e funcionamento pleno dos lotes irrigados com todo o seu pacote químico de produção, que disparam diversos problemas socioambientais.

Síntese da lógica destrutiva da instalação do PI Tabuleiro de Russas

Como síntese da lógica destrutiva da política de irrigação do DNOCS, arrolamos alguns apontamentos/questionamentos que expressam a desestruturação das comunidades e vislumbram também, a quais riscos as famílias desapropriadas estarão submetidas.

O cenário tendencial do Pitr é o mesmo dos diversos instalados no semiárido nordestino: domínio dos lotes por agentes externos ao local, representados pelo o agronegócio nacional e internacional; utilização dos bens naturais – solo e água – para exportação de frutas tropicais, drenando as riquezas para espaços longínquos



e minando a soberania alimentar da região, visto que o mercado local fica apenas com o refugio da produção; ampliação do número de trabalhadores(as) agrícolas, com contratos precários e expostos(as) aos diversos riscos ocupacionais; contaminação do solo, água e ar por agroquímicos, que inviabilizam, ainda, a coexistência de outras lógicas de produção livre do pacote da revolução verde e da racionalidade empresarial.

Síntese da Lógica Destrutiva da instalação do PI Tabuleiros de Russas

<p>- A instalação do projeto irrigado desestruturou as diversas experiências de convivência com semiárido em curso nas comunidades (a exemplo do Sistema Agrosilvopastoril), comprometendo anos de experimentação, práticas e saberes que foram incorporadas ao território local.</p>
<p>- A instalação do projeto irrigado produz processos de insegurança alimentar e nutricional em decorrência da paralisação e/ou redução da produção agrícola. As famílias das comunidades enfrentam 5 anos de seca (2011-2015), com reduzida produção, intensificada pela ausência de políticas públicas que garantissem a transição para uma nova área. A soberania alimentar foi comprometida. Hoje, as famílias compram quase todos os gêneros alimentícios necessários a sua reprodução.</p>
<p>- A instalação do perímetro ameaça a saúde ambiental com implicações diretas e indiretas para a saúde das famílias e continuidade dos projetos de transição agroecológica e convivência com o semiárido. A redução da biodiversidade local, com a implantação de 14 mil hectares de monoculturas, notadamente de frutas tropical, e produção calcada na utilização de agroquímicos, compromete a apicultura das comunidades, seja na produtividade com redução da área de forrageamento, seja na qualidade, com redução da diversidade floral e, ainda, impõe riscos de contaminação do mel por resíduos de agrotóxicos.</p>
<p>- As famílias reassentadas ficaram cercadas pelo perímetro irrigado comprometendo a expansão futura da comunidade e mesmo com a garantia da zona de amortecimento estarão expostas aos riscos de contaminação impulsionados pela aplicação de agrotóxicos nos lotes irrigados. Cabe destacar, que a área do perímetro ocupa os melhores solos da região, restando nas áreas adjacentes solos com fertilidade inferior ou mal drenados.</p>
<p>- Com a desestruturação da produção agrícola os(as) agricultores(as) estão vendendo sua força de trabalho para as empresas do agronegócio já instaladas na primeira etapa do projeto. Como parte das desapropriações implica em uma reduzida indenização em dinheiro, que não possibilitaram o reestabelecimento pleno das famílias em outra área, somado ao atraso na construção do reassentamento, o emprego nas empresas do agronegócio surgiu como uma alternativa infernal: ou se vende a força de trabalho e se adapta a racionalidade e os riscos ocupacionais encontrados nas empresas do agronegócio ou corre-se o risco de cair na miséria, já que as terras estão cortadas pelas obras dos canais e sistemas de engenharia, comprometendo a produção e geração de renda.</p>
<p>- A instalação do perímetro cumpriu, assim, o papel de fornecer mão de obra barata e sem alternativas para o agronegócio na região, ampliando o exército industrial de reserva e a exploração da força de trabalho pelo capital.</p>
<p>- Os perímetros irrigados materializam um processo de contrarreforma agrária, já que os lotes irrigados serão dominados e concentrados por agentes externos ao lugar, notadamente empresas do agronegócio, de capital nacional e internacional, intensificando a desigualdade social e a repartição desigual dos rejeitos e proveitos.</p>



Canais de Irrigação do Pitr

Não obstante, ainda resta uma esperança no mar de destrutividade imposto pelo DNOCS: o reassentamento com sua área de produção conquistada na luta pelas famílias atingidas. Urge um esforço dos movimentos sociais, organizações não-governamentais, universidades, pesquisadores, e principalmente, das famílias atingidas para retomar, na área conquistada, as experiências, saberes e práticas de uso e gestão do território desenvolvidos durante décadas pelos(as) agricultores(as).

As famílias reassentadas carregam a missão de continuar a disputa pelo território no Tabuleiro de Russas, de reafirmar a existência de outras racionalidades de uso e gestão da natureza, de organização da produção agrícola, de uso do território. Carregam, ainda, a missão de registrar, sistematizar e difundir as práticas e estratégias destrutivas utilizadas pelo DNOCS na instalação do perímetro irrigado e de registrar e difundir o fracasso e o esgotamento das obras e políticas vigentes de combate à seca.

Parte dessa missão já foi cumprida, quando os(as) agricultores(as) da Chapada do Apodi, do lado do Rio Grande do Norte, em intercâmbio promovido entre áreas em conflito com o DNOCS foram visitar a comunidade de Lagoa dos Cavalos e perceberam toda a destrutividade da política de irrigação orquestrada pelo Governo Federal. A partir da visita, das conversas e apreensão da nova paisagem, com canais, terras cortadas, vidas e experiências apagadas, os(as) agricultores(as) que estão em luta contra a instalação do Perímetro Irrigado Santa Cruz, em Apodi (RN), reforçaram sua crença de que o modelo de (des)envolvimento proposto pelo DNOCS não comporta a lógica de bem viver da agricultora camponesa.



Cultura Camponesa no Tabuleiro de Russas

Francisca Dávila Oliveira

No caminho das águas, os fluxos das memórias

Neste capítulo buscamos realizar uma reflexão sobre aspectos culturais concernentes a cinco comunidades que compõem o Tabuleiro de Russas: Peixe, Lagoa dos Cavalos, Junco, Cipó e Fazenda Maia. Como visto anteriormente, tais comunidades foram atingidas diretamente pela implementação do Perímetro Irrigado do Tabuleiro de Russas (PITR). Esta obra implicou a expropriação, reterritorialização e a transformação da vida dos moradores de mais de vinte comunidades rurais.

Em específico, conseguimos observar que o processo de ocupação e fixação dos sujeitos pertencentes às cinco comunidades rurais indicadas acima ocorreu, ao longo do século XX, em torno de mananciais propícios a culturas agrícolas e a criação de animais. A lagoa que se localiza na atual comunidade do Peixe, por exemplo, foi fundamental para a formação dessa comunidade rural. Há relatos de que essa lagoa foi encontrada por vaqueiros e caçadores que se surpreenderam com a abundância de peixes no local, o que teria motivado o nome da própria comunidade.



Criação de cavalos

Esse tipo de relação intrínseca dos sujeitos com os territórios através da nomeação das comunidades a partir dos elementos existentes nos locais não foi exclusiva do Peixe. Junco e Lagoa dos Cavalos, também atingidas pela segunda etapa do PITR, tiveram suas origens marcadas em função da existência de



lagoas. Segundo relatos dos moradores existiam muitos cavalos e outros animais pastando nas margens de uma lagoa. Logo estes elementos se tornaram referência espacial para os sujeitos que transitavam naquela localidade em fins do século XIX e primórdios do XX. Assim, a lagoa que aparecia na memória dos indivíduos como um lugar repleto de cavalos tornou-se simplesmente a Lagoa dos Cavalos.

A comunidade do Cipó recebeu essa denominação em virtude da vegetação existente nas margens do riacho em torno do qual se desenvolveu a comunidade. Os inúmeros cipós ao redor do riacho fizeram com que ele ficasse conhecido como Riacho do Cipó. E eram esses mesmos cipós que facilitavam os trabalhos locais. A partir deles os artesãos faziam cestos e balaio⁷ que ajudavam no trabalho da roça. Paulatinamente, os cipós trançados pelas mãos dos artesãos auxiliaram a entrelaçar as memórias das experiências compartilhadas nessa localidade e que ajudaram a construir a identidade da Comunidade do Cipó (BOSI, 1994).



Cipós

É essa busca pelos significados históricos dos nomes e das denominações que ajuda a compreender o surgimento da Fazenda Maia. No início do século XX, a instalação de uma fazenda e dois açudes na localidade contribuiu diretamente na formação da comunidade. Gradualmente, a fazenda foi recebendo moradores oriundos de outras localidades que ajudaram a erguer e manter a comunidade, mesmo após a morte de seu proprietário, o que significou a desativação da fazenda. A existência dos açudes Velho e Novo no local tornou o espaço atrativo para as pessoas e animais.

Aliás, do acúmulo e do fluxo da memória dos moradores da região do Tabuleiro de Russas há um ponto em comum desvelado pela denominação dos espaços: o surgimento

⁷ O balaio é um tipo de cesto fundo, usado para facilitar o transporte de cargas em animais.



das comunidades em torno das acumulações e dos fluxos de água. Riachos, lagoas e açudes permitiram a construção do Cipó, Fazenda Maia, Lagoa dos Cavalos, Junco e Peixe. A busca pelo líquido precioso no semiárido cearense foi fundamental na ocupação dos territórios.

A economia local era baseada na agricultura e na criação de animais, sobretudo, caprinos e ovinos. Os cultivos da mandioca, do feijão, do milho e do algodão foram os principais elementos desenvolvidos no território ao longo do século XX. Essas culturas se estabeleceram em torno das lagoas, dos barreiros, córregos, açudes e riachos que forneciam a água para o consumo humano e dos animais. Em função dessa dependência, as fontes de água, além de inspirarem a formação das comunidades, tornaram-se importantes lugares de experiência, trabalho e sociabilidade dos moradores. Tornaram-se lugares de memória.

Particularidades do modo de vida camponês

A história das comunidades revela grande capacidade de adaptação dos seus moradores às condições ambientais da região do Tabuleiro de Russas, de clima semiárido. Como já mencionado, a formação das comunidades esteve ligada à localização e ao acesso à água, já que eram comunidades de base agrícola. Dessa forma, a necessidade por água fez com que diversas tecnologias de captação e armazenamento hídrico fossem apropriadas e reapropriadas pelos moradores à dinâmica do território. Barreiros, barragens, açudes, cacimbões, cataventos e cisternas artesanais de placa foram construídos a fim de armazenar água e salvaguardar plantações e animais nos períodos de estiagem.



Pequena barragem no Junco

A reprodução social dessas comunidades esteve diretamente ligada à prática da agricultura. O modo como as formas de plantar foram acomodadas ao território é outro fator revelador da capacidade do sertanejo de adaptar sua sobrevivência, de conviver



com o semiárido. Desde a madeira com a qual construiu sua moradia, dada a receber chuva e sol sem comprometer a estrutura da casa, até as formas complementares de renda (a extração artesanal de cera de abelha para comercialização, por exemplo); esses saberes revelam a capacidade de convivência do camponês ao território que habita.

Cabe destacar que esse uso da natureza empreendida pelos sujeitos do campo tinha como uma das suas finalidades o sustento familiar. Mesmo nos casos em que os produtos eram comercializados, o objetivo era complementar a renda da família e não a extração de lucro. O critério para intensificar ou não o grau desse uso atendia a demandas internas da unidade familiar. O interesse dessa dinâmica de trabalho era o bem-estar do grupo familiar (CHAYANOV, 1974).

A direta ligação dos agricultores com a natureza esteve presente nas mais distintas esferas de sua vida: material, religiosa, familiar. Como a vida material do camponês é baseada nas formas de apropriação da natureza, e como materialidade e cultura não se apartam, a cultura camponesa não está dissociada do trabalho. Dessa forma, a vida cultural dos moradores das comunidades do Tabuleiro de Russas esteve ligada às práticas agrícolas, isto é, seus processos e períodos de semeadura, cultivo, colheita, processamento e consumo (PAULINO E ALMEIDA, 2010).

A mandioca é um exemplo comum ao território. A organização de cada uma das comunidades para o plantio acontecia de modo coletivo e as tarefas em torno dela estavam previamente divididas. Cada membro da família ou da comunidade, quando se tratava de uma produção coletiva, sabia em que momento devia mobilizar o seu trabalho sobre a maniva, como alguns chamam. O plantio da maniva era ainda consorciado com outras culturas, como o milho e o feijão, e envolvia variadas etapas.

Seu Raimundo Alves, um dos mais antigos moradores do Sítio Junco, relata que cortava as plantas da safra anterior e preparava-as para serem depositadas nas covas. Dali seguia para o plantio. Depois eram meses de observação atenta às plantas, ao seu desenvolvimento, ao combate às eventuais pragas, até o tempo da arranca, da colheita. Cada uma dessas etapas era de responsabilidade de um membro da família. Após a colheita seguiam o processamento da mandioca para produção de farinha.

As farinhadas, como ficaram conhecidas, aconteceram nas cinco comunidades durante todo o século XX. As "casas de farinha" do Peixe, Lagoa dos Cavalos, Sítio Junco, Cipó e Fazenda Maia tinham proprietários, mas as produções eram sempre coletivas, bem como as partilhas dos produtos que eram feitas entre todos os que trabalhavam nas diversas etapas do processo. As farinhadas eram eventos comuns ao calendário das comunidades até a desapropriação das terras. Mobilizavam os moradores em torno do trabalho e da



feira que era a “mandiocada” e que constituiu importante ofício daquelas comunidades:

Mandiocada era enquanto tivesse mandioca pra raspar, farinha para torrar, e forró pra dançar. Mandiocada era o tempo (LIMA, 2015a).

A farinha produzida nessas atividades servia para o consumo das famílias envolvidas em sua produção, conforme destacaram os moradores do Sítio Junco:

Na minha comunidade a farinha não era nem pra ser vendida, era pra ser consumida o ano inteiro, então quando meu avô fazia farinhada guardava naqueles caixões enormes e a gente passava o ano. E se vinha alguma pessoa, meu avô dava um quilo de farinha. A vida no interior as relações não são por dinheiro, são na base da troca, você dá um quilo de farinha, você dá um quilo de feijão pela amizade (MAIA, 2015c).

As farinhadas exemplificam bem como cultura e materialidade estão intimamente ligadas no modo de vida dos moradores do território. Durante o dia, mulheres e homens trabalhavam nas atividades relacionadas à produção. Os homens cuidavam de prensar e torrar a farinha enquanto as mulheres raspavam a mandioca. Esse trabalho era feito em grupo, quando todas se sentavam em uma roda, conversavam e se divertiam enquanto executavam essa tarefa.

A raspagem da mandioca que acontecia nas casas de farinha era um importante momento de encontro de homens e mulheres, já que estas se dedicavam em seu cotidiano às atividades domésticas e trabalhavam na agricultura dentro do grupo familiar. Muitas vezes, os momentos de convivência nas comunidades eram mais restritos a celebrações religiosas, festas, visitas familiares, o que podia significar contatos mais efêmeros, duravam poucas horas. Aquela convivência que se seguia por dias na casa de farinha aproximava homens e mulheres pelo trabalho e pela festa em um nível mais profundo de convívio. A partir dali muitos casais se formaram, casaram e construíram família nas comunidades.

A convivência do dia de trabalho se estendia para a noite: hora de festa. Geralmente, o dono da casa de farinha contratava um sanfoneiro que tocava forró, xotes e baiões de Luiz Gonzaga. Muitos moradores se orgulham de terem dançado este forró por horas a fio nos terreiros das casas de farinha, “até a camisa pingar de suor”¹³. Mas não apenas de forrós se faziam as festas. Durante a mandiocada, outros ritmos embalavam as confraternizações nas casas de farinhas, como é o caso das mazucas, um ritmo acelerado semelhante ao frevo. Toques de berimbau e sambas também animavam os moradores à noite.

Além da mandioca, diversas outras culturas foram adaptadas pelos morado-



res ao clima da região. A carnaúba, árvore abundante na paisagem, fornecia um pó que era extraído de sua palha e comercializado para produção de cera. A mamona era cultivada em períodos de seca com o objetivo de fortalecer a economia das famílias através da comercialização de seu óleo. Também o algodão desempenhou um papel importante. Além da produção para a venda, dele eram feitas roupas, enxovais e até pavios para as lamparinas que reinaram no território durante as décadas de 1980 e 1990, quando a eletricidade começou a chegar para as comunidades.

Entre a seca e irrigação: possibilidades de resistência

Alonga sinergia no território entre natureza e moradores nem sempre significou harmonia. Em diferentes períodos, o impacto com o fenômeno das secas marcou a memória coletiva dos sujeitos pertencentes às comunidades. Os mais velhos têm fortes lembranças da seca de 1932 e das migrações que ela provocou. Existem memórias dos retirantes que partiram rumo à Fortaleza, e dos que se alistaram nos serviços de socorro implementados pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). A lembrança daquela seca aparece como um ponto comum na memória de muitos moradores, tal sua magnitude.

Entretanto é a seca de 1958 a mais recorrente nas falas dos agricultores como momento de severa escassez. As plantações e criações foram perdidas e os moradores tiveram que se submeter a trabalhos não agrícolas para sobreviverem. Desse modo, foi a criação do alistamento dos homens das comunidades nas Frentes de Emergência. O trabalho nas frentes de emergência é também parte de uma memória comum aos moradores. Houve casos de famílias inteiras migrarem para os canteiros das obras públicas, os chamados Barracões.

Contudo, a maioria dos trabalhadores deslocados para as Frentes eram homens acima dos dezoito anos. Passavam a semana fora trabalhando na construção de estradas de rodagem, barragens, poços, entre outros, e retornavam às sextas-feiras. O pagamento era feito em dinheiro, e/ou gêneros alimentícios. Essa foi uma alternativa criada pelo Estado para empregar a força de trabalho dos camponeses, e garantir sua sobrevivência, já que ficavam impossibilitados de trabalhar a terra em tempos de seca (BURSZTYN, 2008).

Essa memória em torno das secas revela como o acesso à água foi e é fundamental para a reprodução do modo de vida camponês. Não é por acaso que a promessa de combate às secas por meio de políticas públicas seja uma atividade secular no Nordeste (OLIVEIRA, 1987). De fato, a irrigação na forma de política pública chegou ao território como uma promessa de abundância hídrica e fartura nas colheitas. Entretanto, a atuação do DNOCS, a partir da instalação do perímetro irrigado, criou um



bloqueio direto à permanência do modo de vida camponês no território: ao mesmo tempo em que trouxe água para o semiárido, restringiu drasticamente o acesso a terra.

No Sítio Junco, as terras foram restringidas em 60% após a desapropriação. Na Fazenda Maia, a agricultura familiar se tornou pouco praticável em função da baixa fertilidade do solo da área. Na Lagoa dos Cavalos, as estratégias de convivência com o semiárido perderam o local em que eram desenvolvidas: o sistema agrossilvipastoril não existe mais em função da falta de terras para o seu desenvolvimento e o trabalho da apicultura foi reduzido a um grupo menor de produtores.

Paralela a essa intervenção do Estado na vida das comunidades houve a instalação de empresas agrícolas no território. O perímetro irrigado tornou-se ideal para o desenvolvimento do agronegócio. Assim, as terras irrigadas com mão de obra disponível e abundante ajudaram na violenta reconfiguração do território. Redesenhado e liberado para a atuação de sujeitos exógenos ao território, o Tabuleiro de Russas se tornou restrito para os seus antigos moradores.

Contudo, ainda que esse tenha sido um processo amplo que gerou um conflito entre a agricultura capitalista e a agricultura camponesa, não se pode dizer que não existem mais camponeses ali. A já mencionada capacidade de resistência dos sujeitos ao território não foi exceção após a desapropriação. São muitos os que trabalham na sede do município durante a semana e mantêm cultivos em torno de casa. Há também os que trabalham seis meses na própria agricultura e no outro semestre vendem sua força de trabalho para as empresas do agronegócio. Os trabalhos não agrícolas desempenhados pelos moradores complementam a renda familiar que já não pode mais se basear apenas na agricultura. E, por outro lado, permite a manutenção do vínculo com a terra, já que os moradores se recusam a deixá-la.

Essa ligação com a terra, as relações afetivas com o lugar, o sentimento de pertencimento às comunidades, a manutenção (e também transformação) de vários costumes, os saberes e fazeres tradicionais, a dedicação aos trabalhos coletivos e familiares, entre outros aspectos, leva-nos a perceber como há uma cultura camponesa mantida no território. De fato, essa cultura a que nos referimos já não corresponde aos moldes camponeses que existiam ali no século XX, baseados primordialmente na agricultura familiar. Tampouco é fruto da obra ali instalada. Essa cultura é própria da resistência camponesa às formas capitalistas de apropriação da natureza (PAULINO E ALMEIDA, 2010).

Entendida como resistência, que a um só tempo é permanência e transformação, liga-se aos vínculos afetivos e memoriais que os sujeitos estabeleceram com a terra ao longo das gerações. Está presente e evidente nas lembranças e narrativas dos moradores quando recordam do modo saudoso dos tempos em que po-



diam trabalhar na terra o quanto precisassem. Hoje, parecem ainda trabalhar para que os saberes e os fazeres tradicionais que estiveram entrelaçados com as suas vidas não desapareçam. Assim, observadas as mudanças, ainda é possível encontrar os mais velhos ensinando aos mais novos o trabalho com a terra como se provassem para si e para o mundo que são e querem permanecer agricultores.



Políticas Públicas de Saúde para as Populações do campo: Avanços e Desafios para sua Efetivação

Marcelo José Monteiro Ferreira

O presente texto tem como objetivo problematizar a histórica de desigualdade de acesso às políticas públicas, sobretudo às de saúde para a população camponesa no semiárido cearense. Para tanto, articula a discussão teórica com elementos oriundos de entrevistas realizadas em campo, nas comunidades de Lagoa dos Cavalos, Peixe e Fazenda Maia, todas situadas no Tabuleiro de Russas.

Perfil epidemiológico, acesso ao saneamento básico e implicações para a saúde das populações camponesas

Os aspectos de ordem econômica, social, cultural, política e ambiental compõem os determinantes sociais da saúde no mundo. No Ceará não é diferente. Esses aspectos exercem influência direta e indireta sobre os modos como vivem, adoecem e morrem diversos segmentos populacionais. Nesse escopo, no Brasil ainda persistem enormes desigualdades sociosanitárias, sobretudo quando comparadas às populações rurais e urbanas (BRASIL, 2012).

Estudo recente demonstrou que nos municípios que apresentam população predominantemente rural, o percentual de pessoas pobres é de 34,4%, enquanto que em áreas urbanas esse valor diminui para 18,6% (SARMENTO; MORAES; VIANA; PESSOA ; CARNEIRO, 2015). O Censo Demográfico de 2010 também identificou uma disparidade com relação ao analfabetismo. Segundo o IBGE, o percentual de pessoas que não frequentam a escola na faixa etária de 10 a 17 anos é de 11,1% nos municípios rurais e de 7,9% dos urbanos (IBGE, 2010).

Com relação ao saneamento, 47,3% dos domicílios rurais apresentam água encanada em pelo menos um dos cômodos. Contudo, em apenas 18% desses a água utilizada provém da rede geral de distribuição. Ainda, 10,4% dos do-



micilios não apresentam banheiros ou sanitários (SARMENTO et al., 2015).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012, apenas 33,2% dos domicílios situados nas áreas rurais estão conectados à rede de abastecimento de água ou sem canalização interna. Nos outros 66,8%, a população capta água de chafarizes, poços ou diretamente nos cursos de água, sem nenhum tipo de tratamento para o consumo humano (SALATI; ZANCUL ; MOREIRA, 2015).

Esse contexto contribui para que os camponeses vivam em situações precárias, com limitações de acesso às ações e aos serviços de saúde. De acordo com a Política Nacional de Saúde:

No campo brasileiro são encontrados os maiores índices de mortalidade infantil, de incidência de endemias, de insalubridade, de analfabetismo, caracterizando uma enorme situação de pobreza decorrente das restrições ao acesso aos bens e aos serviços indispensáveis à vida (BRASIL, 2005).

Nesse sentido, evidencia-se que no meio rural ainda persistem grandes dificuldades de acesso às políticas públicas de saúde, sendo esse um dos grandes desafios a ser superado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Soma-se ainda uma maior escassez de equipamentos e recursos humanos, principalmente nos municípios de pequeno porte (SILVA et al., 2015) e nas comunidades rurais mais afastadas.

A longevidade desses problemas está enraizada nas memórias dos homens e mulheres do campo. As longas distâncias percorridas para encontrar amparo médico, além das dificuldades para obtenção de medicamentos adequados, entre outros, são, muitas vezes, lembranças de um passado que teima em não passar, que se faz presente na vida das populações do campo e que pode ser identificado nas falas das pessoas mais comuns, como os moradores da região do Tabuleiro de Russas, no Baixo Jaguaribe cearense:

Meu quarto filho que era muito doente. Assim o povo tinha a história de um tal de quebrante né? Você já ouviu falar, né? Andei muito atrás de curador. Médico aqui não tinha né?! Ou [ia na comunidade do] Bi-chopá quando vinha a vacina, a não ser que nem o Peixe (SOUSA, 2015b).

Contextos e situações que faziam com que os sujeitos comuns se reinventassem e inventassem práticas para lidar com as questões cotidianas. Foi assim, por exemplo, que surgiram as portadoras de saberes e conhecimentos em torno da gestação e do parto. Conhecidas como parteiras, acompanharam a formação e auxiliaram na vinda ao mundo de vários dos moradores das comunidades do Tabuleiro de Russas, em tempos em que a



relação do sujeito com a natureza era marcada por outros valores e maior simbiose.

Quando cheguei aqui, tinha dificuldade com mulher gestante, porque não tinha posto, não tinha transporte. Só tinha uma parteira que vinha. O doutor não podia vir porque muitas vezes era um canto que o carro não encostava, só a cavalo ou a pé (NORTE, 2015).

Entretanto, mesmo diante dessas práticas importantes como as das parteiras e curandeiras, os indicadores de saúde evidenciam um preocupante perfil de morbimortalidade que demonstra a insuficiência do SUS em abranger a complexidade das necessidades de saúde dessas populações rurais. So-ma-se ainda o déficit de cobertura em relação aos serviços de saneamento ambiental.

Esse cenário contribui direta e indiretamente para o surgimento de doenças de veiculação hídrica, parasitoses intestinais e de diarreias, as quais são responsáveis pela elevação da Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) (BRASIL, 2012). No que tange a TMI, estudo revela que o Ceará não acompanhou o declínio dessas taxas, quando comparado a Região Sul (BEZERRA-FILHO; KERR-PONTES; BARRETO, 2007).

Os indicadores de Mortalidade Infantil pós-neonatal de 1997 e 2003 apontam para taxas de 23,23 e 19,31 por mil nascidos vivos respectivamente. Por outro lado, quando comparados com a região Sul do país, os dados apresentam taxas de 6,64 e 5,62 por mil nascidos vivos, números muito inferiores aos encontrados nos municípios cearenses (BEZERRA-FILHO et al., 2007).

Isso significa que ainda persistem altos índices de mortalidade infantil no Ceará, sobretudo em municípios e comunidades rurais. São problemas desse tipo que, para além dos dados oficiais, aparecem nas falas das pessoas comuns. Aces-sando mais uma vez a memória dos moradores do Tabuleiro de Russas, é possível percebermos o desconforto e o sofrimento das lembranças de contextos marcados por doença e morte, principalmente em torno da perda de crianças.

Não sei o que era! Sei que adoeciam e morriam todas as criancinhas novinhas. Morria muita criancinha novinha.

Diarreia, dava somente diarreia. Os meus filhos, muitos deles não viam nem uma xícara de leite para viver, só um chá. A pobreza era a maior do mundo para criar os meus filhos (NORTE, 2015).

De forma mais ampla, o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2006 (BRASIL, 2012a) aponta que o número de mortes relacionadas com o saneamento inadequado no mundo, em especial com água imprópria para o consumo humano, foi responsável por



1,8 milhões de mortes infantis anuais. Atualmente, cerca de 5 milhões de pessoas ainda morrem anualmente devido a enfermidades cuja causa relaciona-se a ausência de saneamento básico, em especial, ao uso de água inadequada para o consumo humano (BRASIL, 2012).

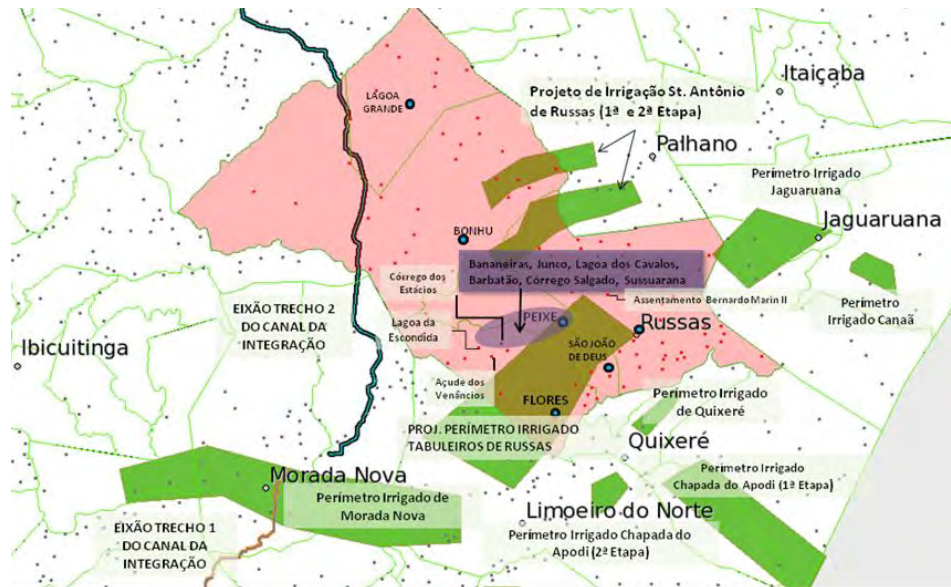
A situação torna-se ainda mais precária quando são analisados os dados referentes ao esgotamento sanitário. Apenas 5,2% dos domicílios estão ligados à rede de coleta de esgotos e 28,3% utilizam fossa séptica como solução para o tratamento dos dejetos. Os demais domicílios (66,5%) depositam os rejeitos em “fossas rudimentares”, lançam em cursos de água ou diretamente no solo a céu aberto (PNAD, 2012).

Todo esse contexto de vulnerabilidade, somado a pouca efetividade das políticas públicas para o meio rural, acentua o desafio dos serviços de saúde em prover uma atenção integral para as populações do campo. Acrescenta-se ainda, a falta de infraestrutura em muitas Unidades Básicas de Saúde, as extensas áreas territoriais (muitas vezes com barreiras geográficas e de difícil acesso) e a falta de médicos fixados nesses locais.

Como piora desse quadro evidencia-se uma mudança nos modos de vida e no perfil de adoecimento e morte dos camponeses, decorrentes da introdução e expansão do agronegócio em seus territórios, sobretudo em municípios e comunidades situadas no entorno do Baixo Jaguaribe, como o Tabuleiro de Russas. Esses aspectos serão tratados no próximo tópico, ainda que de forma breve, apontando para elementos como a mudança na fauna e flora nativa, as mudanças na relação dos camponeses com o trabalho no campo, bem como elementos constitutivos de novas necessidades de saúde.

A expansão do agronegócio e suas implicações para a Saúde, o Trabalho e o Ambiente das comunidades do Tabuleiro de Russas

A chegada do agronegócio na região do baixo Jaguaribe, aproximadamente a partir dos anos 2000, trouxe consigo um processo de reordenamento territorial que mobilizou diversas comunidades dessa região, além de outras circunvizinhas, como é o caso das que residem no Tabuleiro de Russas. Dentro dessa lógica, grande parte da área foi destinada ao agronegócio de fruticultura irrigada para exportação, com a utilização de maquinários pesados, extensas áreas de monocultivo e utilização de um grande volume de agrotóxicos nos cultivos (FERREIRA ; VIANA JÚNIOR, 2016; RIGOTTO, 2011).



Projeto de irrigação da bacia do Baixo Jaguaribe

A expansão do agronegócio na região trouxe consigo importantes transformações nos modos de vida e na forma de adoecer e morrer das comunidades. Do ponto de vista da Saúde Ambiental, registra-se a contaminação dos solos e da água em decorrência dos agrotóxicos utilizados em grande escala nas monoculturas.



Obras do PITR

De acordo com estudos realizados pela Companhia de Gestão e Recursos Hídricos do Ceará (COGERH), análises laboratoriais detectaram a presença de ingredientes ativos de agrotóxicos em 6 de 10 amostras provenientes do aquífero Jandaíra. Dentre



os princípios ativos encontrados, destacam-se Propiconazol e o Flutriafol, fungicidas de classe toxicológica I e II. Refere ainda à presença da Diazinona, substância recentemente reconhecida pela International Agency for Research on Cancer (IARC) como provável agente cancerígeno (FERREIRA; VIANA JÚNIOR; PONTES; RIGOTTO; GADELHA, 2016).

Do ponto de vista da exposição ocupacional dos trabalhadores rurais aos agrotóxicos, estudo epidemiológico conduzido nos municípios de Limoeiro do Norte, Russas e Quixeré com 545 trabalhadores identificou que 46,6% relacionaram algum problema de saúde aos agrotóxicos e 43,3% referiram-se a sinais e sintomas compatíveis com intoxicações agudas em sua história pregressa. Chamou a atenção o quantitativo de 30,7% de trabalhadores que, no momento do exame, apresentaram quadros semelhantes a intoxicações agudas por agrotóxicos (RIGOTTO, 2011).

Com relação ao processo de trabalho no agronegócio, a preocupação com a exposição aos venenos fica evidenciada na fala dos trabalhadores entrevistados:

Uma parte complicada é a questão desses venenos, porque nós estamos ao redor do veneno. Meu menino quando começou a trabalhar lá [empresa do agronegócio], a pele dele ficou muito complicada. O veneno ajudou muito a agravar essa doença dele.

Ele ficou horrível, ficava inchado onde a pele dele estava descoberta, mas ele continuava trabalhando, porque precisava (SOUSA, 2015e).

Cabe salientar que além de causar processos alérgenos na pele e seus anexos, provocando manifestações clinicamente observáveis, os agrotóxicos também podem acometer diversos órgãos do corpo. Dentre eles, chama a atenção o fígado pela sua relevância epidemiológica.

Nesse quesito, estudo realizado com 63 trabalhadores de monocultivo do abacaxi, na região do baixo Jaguaribe, utilizou nove indicadores laboratoriais para a avaliação das funções hepáticas. Todos apresentaram algum tipo de variação, sugerindo hipertrofia e necrose dos hepatócitos, colestase e danos das vias biliares. A transaminase oxalacética elevou-se em 6,2%, a transaminase pirúvica, em 14% dos casos e a fosfatase alcalina, em 6,2%. Ressalta-se que esses três indicadores são utilizados pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) para correlacionar lesões hepáticas crônicas à exposição por agrotóxicos (ALEXANDRE, 2009).

Esse contexto favorece o surgimento de novos e mais complexos conflitos territoriais entre as comunidades tradicionais, sobretudo as camponesas. Como



corolário, acentua-se o desequilíbrio ambiental materializado em diferentes dimensões, tais como a perda da fauna e flora nativa em detrimento da introdução dos monocultivos; a contaminação dos solos e dos lençóis freáticos, contribuindo para acentuarem a insegurança hídrica, sobretudo no semiárido. Merece destaque ainda as condições de trabalho, muitas vezes insalubres e adoecedoras, presentes no cotidiano dos agricultores que trabalham no agronegócio, contribuindo para ampliar o quantitativo de intoxicações agudas e acidentes de trabalho.

O Sistema Único de Saúde, por seu turno, ainda mostra-se deficiente e incapaz de atender com resolutividade os problemas de saúde identificados nas populações do campo. Nesse sentido, faz-se necessário avançar para além da simples proposição de políticas públicas específicas, e caminhar em direção a uma atenção à saúde efetiva e em sintonia com as necessidades de saúde emergentes dos territórios.



Religião e Religiosidades

Carolina Rodrigues Moreira

Neste texto, entende-se por religiosidade uma série de costumes, práticas e crenças de uma comunidade ou indivíduo capaz de construir a identificação do que é sagrado, principalmente através da oralidade e da repetição dos eventos e costumes. Como destaca Gaeta (1997:1), “a experiência do sagrado é apropriada de maneiras diversas”, ou seja, cada indivíduo (re)cria através de suas experiências a percepção do sagrado, podendo atrelá-la aos costumes de uma religião, crença ou segmento. Paralelamente, religião seria um fenômeno coletivo, que não se baseia apenas na crença em um Deus transcendental, mas ligada a um conjunto de práticas e representações em ação, influenciadas por um caráter sagrado, formando crenças morais coletivas (DURKHEIM, 2000).

Ainda que muitos indivíduos se definam como pertencentes a uma religião, acabam utilizando traços de outras religiões para construir a sua religiosidade. Portanto, religião e religiosidade são termos e vivências diferentes, tomando a religiosidade como mais particular de um indivíduo em contato com os elementos do seu meio usando apenas alguns aparatos da religião. Perpassada principalmente por meios orais e pela repetição dos atos, a religiosidade está diretamente ligada à memória coletiva e, de certa forma, individual de cada sujeito.

Essa relação de memória leva à consciência de pertencimento e aproximação do sagrado, que, por muitas vezes, pelo distanciamento temporal e espacial das entidades religiosas acabam fortificando a criação de laços afetivos religiosos com lugares de memória comuns à comunidade. Rezar, orar e relacionar-se com o sagrado costuma ser mais fácil quando são elementos pertencentes ao cotidiano, não desprezando a apropriação de costumes conservados pelas religiões. A verdade é que a religiosidade se expressa de diversas formas e é ressignificada a partir das vivências de cada sujeito social (KATRIB, 2013).

Nas comunidades do Cipó, Lagoa dos Cavalos, Peixe, Junco e Fazenda Maia esse traço de apropriação e ressignificação do sagrado é bastante relevante. Os sujeitos utilizam de vários costumes, integrados uns aos outros, for-



mando sua religiosidade e identidade. Há ativa participação dos moradores das demais comunidades nas festividades das outras, gerando sempre a possibilidade de trocas e também do reconhecimento de particularidades de cada comunidade.

Muito dos costumes atuais fazem referência às comunidades hoje inexistentes por conta das desapropriações. Mesmo com o enfraquecimento das práticas e com o distanciamento dos locais, as pessoas que migraram tanto se apropriaram dos costumes da nova localidade, como inseriram parte de seus costumes no cotidiano dos demais. Os terços, as novenas, a via sacra, as procissões são traços em comum dessas comunidades que tem a predominância cristã e católica, possuindo atualmente a inserção do protestantismo, porém sem desprezar outras práticas ligadas ao sagrado na região.

Espaços da fé: das casas ao Serrote

Na comunidade do Junco, a vida religiosa era muito ligada ao espaço das casas, já que a comunidade não tinha uma igreja. A prática mais comum eram as novenas, um encontro de orações realizado durante nove dias pela devoção a santos, a Deus, ou à Virgem Maria. As novenas são alusivas aos nove dias em que Maria rezou junto aos apóstolos para a chegada do Espírito Santo, momento conhecido como Pentecostes. Feitas para pedir e agradecer as graças alcançadas, as novenas eram realizadas o ano todo, mas comumente feitas próximo aos dias que são festejados os santos, tal como as novenas a Nossa Senhora. À noite, um grupo de pessoas se reunia e ia rezar a novena na casa indicada no dia:

No mês de Maio nós celebrávamos os Terços (marianos), na casa de um senhor que todo ano ajudava, depois que ele faleceu passamos a fazer em várias casas, cada noite era em uma casa diferente. No Natal também era assim, aí a Via Sacra fazia-se também nas casas, um ano no Junco, outro na Lagoa dos Cavalos. Em Junho nós fazíamos o Mês Bíblico no colégio (Lagoa dos Cavalos) e nas casas (SILVA, 2015a).

Pela falta de igreja na comunidade as missas dominicais se davam na igreja do Cipó e do Peixe. A Igreja Católica é a instituição central, e esta não existindo materialmente na comunidade, era um dos motivos para os moradores se valerem de outras práticas além das missas. Práticas essas ligadas a lugares, a santos e a costumes locais. No período Pascoal, por exemplo, é bastante comum que os moradores encenem a Via Sacra, época em que acompanham o sofrimento de Jesus em sua Paixão. De fato, um momento muito aguardado pelos moradores do sítio Junco, por ser tempo de promessas e de agradecimentos.

A realização da Via Sacra, assim como nos anos 1990, ocorre em um dos lugares mais simbólicos para as comunidades: o Serrote da Tapera. Em seu alto é possível observar uma



igrejinha construída pelos moradores devotos à Santa Rita, “padroeira” do lugar. Entretanto, o Serrote também é coberto por histórias. Existem lendas sobre o local que animam o imaginário da comunidade. Para muitos, há uma onça e outros animais selvagens que circulam o espaço causando um ar de mistério e medo nos visitantes e moradores. Assim, elementos da religião são ressignificados e trazem elementos para a construção da religiosidade imbricada ao espaço comum dos moradores. O espaço sagrado se une ao espaço profano, gerando uma mistura da religião com as lendas inventadas pelos moradores.

Profano é tudo aquilo que não vem do sagrado e, nas festas, essa mescla é sempre muito vista. Comércio, bebidas, leilões ganham espaço após as rezas e promessas. O espaço para além de sagrado ou mundano é um espaço social, espaço de descontração e amizade, espaço de fé e de alegria, de boa conversa e cantoria. Expressa, dessa maneira, as memórias individuais e coletivas, os valores construídos ao longo do tempo, e, principalmente, a comunicação dessas memórias e valores.



Capela Serrote da Tapera

Solidariedade, trabalho e fé

No Cipó, antes da construção da igreja (1978-9), as celebrações eram semelhantes as do Junco, nas casas. As missas assistidas no distrito de Bixopá⁸ por parte da população da comunidade eram raras e celebradas a cada mês. Mas isso não desprezava os traços da coletividade dessas comunidades que sempre se sobressaíram, como por

⁸ Distrito pertencente ao município de Russas até 1950, quando foi integrado ao território de Limoeiro do Norte.



exemplo, na presença anual nas festas de São José e no Sagrado Coração de Maria.



Igreja do Cipó

A igreja é exemplo dessa solidariedade: foi construída através de leilões e de um jogo de rainhas. Nesse jogo, duas moças se dividiam em partidos (equipes) para arrecadar fundos através da venda de comidas nas barracas e ou por meio de doações. A moça que arrecadasse mais fundos era a rainha da festa daquele ano:

Tinham as rainhas e tinham os partidos. Eram duas meninas, duas moças, né? Aí uma era de um partido, tinha o partido rosa e o partido verde. Aí quem ganhasse mais dinheiro era a rainha, mas só na brincadeira, só pra vê que ganhava mais dinheiro e a negada que ia, uma era minha filha, outra era sua, eu queria que minha filha ganhasse, você queria que a sua filha ganhasse, aí começava... era que ia ganhando mais dinheiro, aí quem ganhasse era quem ia ganhar mais nome. (NOGUEIRA, 2015)

Por meio dessas práticas, que eram comuns a outras comunidades, a igreja foi erguida em 1979 construída pelos braços dos moradores com ajudas em materiais e dinheiro dados pelas pessoas das comunidades, além das contribuições do padre Abdon Valério. Os sujeitos trabalhavam dois dias, e recebiam por um dia. Essa era uma das formas de ajudar na construção sem prejudicar a renda familiar, visto que os moradores paravam suas atividades para ajudar na construção da igreja. Os moradores lembram-se disso com muita alegria. Eram nesses mutirões, espaços de solidariedade, em que fortaleciam seus laços com o sagrado, com a terra e com as outras pessoas.

Para além das ajudas diretas, nas feirinhas proporcionadas para a arrecadação das rainhas, as outras comunidades ajudavam indiretamente. O teor sagrado das festas, ligadas à Igreja, ganhava um tom profano. Muitos dos casamentos e “flertes” começaram nas festas da igreja, além de ter no comércio um dos pontos altos das fes-



tas. A cultura alimentar da região também se ressaltava nos tempos de comemoração, sendo o milho e a mandioca (e seus variáveis) os mais consumidos nas celebrações.

Outro traço da solidariedade e da preservação da cultura alimentar acontecia no mês de junho. Os festejos juninos na Lagoa dos Cavalos eram marcados pela comemoração da festa dos padroeiros, São João Batista e São Luís Gonzaga. São Luís, considerado pela Igreja o padroeiro da juventude e dos estudantes, foi incorporado como padroeiro da comunidade após as desapropriações de Bananeiras e Massapê. Como parte dos moradores realocaram-se na Lagoa dos Cavalos, houve a incorporação de mais um padroeiro: São João Batista, o santo pregador que preparou a chegada de Cristo na terra, e fez o seu batismo. Por ter uma grande ligação com a terra, com a colheita do milho, essa época do ano é muito festiva, e é um dos motivos para o significado do padroeiro e para os festejos.

Após a construção do reassentamento, a comunidade conquistou uma igreja em 2014, que tem como padroeiros os dois santos. Os festejos são sempre no tom da partilha, da parceria e imbuídos de um sentido coletivo, que essas pessoas harmonizam a vida oferecendo as louvações, seja através dos terços cantados, das novenas rezadas, das orações repetidas, seja pelas quadrilhas.

A tradição oral é forte no meio camponês(a), o analfabetismo sempre foi uma realidade nas comunidades. Grande parte das pessoas frequentavam as escolas, mas logo tinham que deixá-la de lado para se dedicarem aos trabalhos na roça; havia quem conseguia fazer os dois, mas a rotina se tornava cansativa e pouco atrativa. Na Fazenda Maia, o costume da leitura da Bíblia era comum. Seu Chico Maia, um dos homens letrados da comunidade, reunia os trabalhadores da fazenda e lia a Bíblia em voz alta.

Percebemos como alguns rituais de origem católica foram ressignificados pelas culturas das comunidades locais, gerando tradições particulares da festa que se exprimem de modo cerimonioso ou alegre, mas revelando sempre a presença dessa religiosidade nas práticas festivas e quotidianas dos moradores e através dos modos de fazer e da tradição oral. Estes, tão presentes na cultura camponesa, perpassam de geração em geração sem receita, por meio da observação e vivência das práticas (CHIANCA: 2017).

Devoção, promessa e comunidade

Para muitos, inclusive, a felicidade plena só existe quando se está perto do sagrado. E era assim que se sentiam os moradores do Peixe os quais encontravam nessa proximidade



uma forma de aliviar as dificuldades. Por ser a maior comunidade das proximidades, o Peixe sempre recebeu pessoas das outras localidades para as missas e celebrações. O motivo para as longas caminhadas, para saírem do sossego de suas casas eram muitos, mas um se destacava, o compromisso com a fé. Esta que por muitas vezes era a única esperança de dias melhores, de curas e de alegrias. Quando chovia, agradecia. Quando não, pedia.

Assim como em toda a região, o costume da promessa é bastante comum. A fé é provada na devoção, crença e espera da realização dos pedidos feitos. Quando o pedido se realiza, a promessa é cumprida. A construção de capelas, caracterização com vestimentas específicas, percorrer trajetos longos são formas de pagamento dessas promessas. A importância de um lugar que simbolize o sagrado para a comunidade é muito forte, visto os diversos esforços feitos para construir e reconstruir a igreja local. O apego ao espaço é uma marca da cultura daqueles que o frequentam. Reforça os laços de vizinhança e socialização, sendo um local uma fuga do cotidiano onde se desliga, temporariamente, do cenário de dificuldades.

A construção da igreja foi justamente fruto de uma promessa a São Vicente. Um dos moradores pediu a cura de uma doença e após o êxito construiu a capela nos anos 1940, com o auxílio de outros moradores. Era trabalho na construção e no leilão, mais uma vez mostrando os traços de solidariedade e trabalho em conjunto. São Sebastião, o padroeiro da comunidade, tinha como casa essa capelinha. Sua festa de comemoração acontece no dia 20 de janeiro e a festividade dura de três a cinco dias, cuja organização é de responsabilidade dos grupos da comunidade engajados à igreja.

Na construção da igreja tinha os encarregados, tinha um senhor que era avô do Raimundo, foi muito interessado no levantamento dessa igreja, porque seu Ananias fez uma promessa. Ele teve uma doença, não sei o que foi, ele prometeu pra São Sebastião que se ele ficasse curado ele levantaria um igreja pra esse santo, que o padroeiro é São Sebastião. Mas aí depois, entrou outras pessoas como encarregado. Era o finado Antônio Joaquim, que era o avô do meu marido, tinha gente aqui que era pedreiro e ajudava, tinha o Osvaldo Moreira, entrou aqui lutando também, todo mundo junto. O pessoal trabalhava, fazia leilão (SILVA, 2015b).

Conta-se que em 1963, durante um inverno forte essa igreja caiu, mas os moradores a reconstruíram e fizeram uma torre, que veio abaixo também. Hoje a comunidade conta com outra igreja, também feita pelos moradores, mostrando através dessa insistência em “levantar” a igreja, a importância dos locais, da fé e do engajamento deles por conta disso.

A primeira vez que levantaram a igreja ela caiu, eu já morava aqui, ela caiu duas vezes. A primeira vez caiu a igreja mesmo, depois ajeitaram a igreja e fizeram uma torre bem alta e essa torre veio a cair também (SILVA, 2015b).



As promessas, antes de serem um compromisso do fiel com Deus, na convivência camponesa passam a ser um compromisso com a comunidade. Muitas pessoas se mobilizavam para pagar a promessa de apenas uma pessoa, reunindo-os e tornando-os uma comunidade, com desejos e lutas em comum, com tristezas e alegrias parecidas. O apego a um santo revela uma proximidade com a sua trajetória, ou simplesmente um clamor de fé para a resolução da sua causa. Seja Nossa Senhora Aparecida, Santa Rita dos Desesperados, São Vicente ou São João, cada um é devoto e pede intercessão para que os problemas sejam amenizados. Pede chuva, paga com plantação e festa. Pede saúde, paga com igreja. Permanece essa relação de troca do sagrado, sincronizando elementos da terra, da promessa e da devoção.



Imagem da Santa na subida do Serrote

Chegada do Perímetro Irrigado x Resistência campesina

A construção do Perímetro Irrigado do Tabuleiro de Russas mudou bastante a lógica e formas de convivência dos habitantes consigo mesmo e com os espaços. Desprezaram todo esse processo de memória entre as festividades e o espaço onde ocorriam. As memórias coletivas, baseadas nos locais de convivência e na oralidade estão ameaçadas pela mudança da geografia e pela desapropriação das famílias que, muitas vezes, ficaram distantes dos vizinhos anteriores.

Entretanto, as comunidades não aceitaram a destruição de sua cultura e memória e traçaram modos de reconstruir sua religiosidade. Os lugares são constante-



mente ameaçados pelos projetos do Governo e, por isso, surgem outras práticas de fortalecimento e reafirmação dessa religiosidade. A incorporação de padroeiros, a conversa nas calçadas, terços e rosários são traços da resistência desses camponeses.

A prática da oralidade ajuda na perpetuação dessas memórias e festividades, pois passadas de boca em boca, de pai pra filho, nas calçadas das casas em dia de prosa, se fazendo fazem presentes mesmo depois da perda de muitos lugares de memória. São as relações com a devoção que permitem a atualização dessa religiosidade, possuindo na transmissão familiar o elo que une as pessoas às suas crenças e à comunidade. Os saberes e fazeres locais dão sentido à festa como herança transmitida e mantida pela oralidade, recriando-se e reinventando-se a cada ano, mantendo acesa a tradição das comemorações mesmo que cada comunidade estabeleça o seu modo peculiar de viver o tempo da festa e o tempo da fé.

Atualmente, além das idas às missas, às novenas e aos terços, os jovens se organizam em grupos, nos quais aprendem sobre a igreja e fé, mas também têm oficinas culturais, ensaios para as quadrilhas e ajudam na organização de alguns eventos nas comunidades. O grupo de jovens da Lagoa dos Cavalos reapareceu em 2001 e, após três anos, fez a primeira Mostra Cultural do Grupo de Jovens.

Há a presença de um grupo evangélico no território. Realizam cultos e tem uma sede na Lagoa dos Cavalos, fruto também do trabalho conjunto dos moradores que doaram materiais e auxiliaram na construção. Existem ainda cultos na pracinha do Distrito do Peixe que contam com a participação dos evangélicos de todas as comunidades próximas.

As memórias, os espaços, as vivências são fruto de uma construção feita por cada sujeito dessas comunidades. Muitas são as forças que, por vezes, apagam comunidades do mapa, mas que não conseguiram apagar as memórias dessas, posto que o principal elemento permanece vivo, o(a) agricultor(a). Marcados na história, fazem-se história. Lembrando-se de suas dores e dificuldades, mas sempre preferindo exaltar os momentos de fartura, alegria e fé. As boas lembranças sempre vêm acompanhadas de um *Graças a Deus*, e é a Ele, que o camponês agradece na alegria e pede na tristeza.

Temos aqui também os católicos e os evangélicos. Tem a festa do padroeiro, que eles fazem, e nós fazemos a nossa, eu sou evangélico. Nós temos um grupo pequeno de evangélicos. Mas a gente se dá totalmente bem, não tem aquele negócio de divisão. Porque essas questões políticas e religiosas são muito trabalhosas se a gente não souber trabalhar. Nós fazemos esse trabalho com muita harmonia (COSTA, 2015).

As memórias, os espaços, as vivências são fruto de uma construção feita por cada sujeito dessas comunidades. Muitas são as forças que, por vezes, apagam comunidades

do mapa, mas que não conseguiram apagar as memórias, posto que o principal elemento permanece vivo, o(a) agricultor(a), o(a) camponês(a). Marcados na história, fazem-se história. Lembrando-se de suas dores e dificuldades, mas sempre preferindo exaltar os momentos de fartura, alegria e fé. As boas lembranças sempre vêm acompanhadas de um Graças a Deus, e é a Ele, que o camponês agradece na alegria e pede na tristeza.



Referências das entrevistas:

ARAÚJO, Maria Ferreira de. Maria Ferreira de Araújo. entrevista [2015]. Fortaleza: COMTER, 2015. 1 arquivo. Mp3 (duração não disponível). Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC).

COSTA, Dino Gomes da. Dino Gomes da Costa: entrevista: [Abril 2015]. Entrevistadores: Carolina Rodrigues e Guilherme Façanha. Fortaleza: COMTER, 2015. 1 arquivo. Mp3 (55 min e 32 seg.). Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC).

DORES, Maria das. Maria das Dores: entrevista [2015]. Fortaleza: COMTER, 2015. 1 arquivo. Mp3 (duração não disponível). Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC).

FREITAS. Francisco Holanda de. Francisco Holanda de Freitas: entrevista [Abril 2015]. Entrevistadores: Guilherme Façanha e Dávila Oliveira. Fortaleza: COMTER, 2015. 1 arquivo. Mp3 (duração não disponível). Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC).

LIMA, Raimundo Alves. Raimundo Alves Lima: entrevista [Maio 2015]. Entrevistadores: Carlos Victor Oliveira Nascimento e Francisca Dávila de Oliveira. Fortaleza: COMTER, 2015a. 1 arquivo. Mp3 (52 min.). Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC).

LIMA, Osarina. Osarina Lima: entrevista [Maio 2015]. Entrevistadores: Carlos Victor Oliveira Nascimento e Francisca Dávila de Oliveira. Fortaleza: COMTER, 2015b. 1 arquivo. Mp3 (1 hora 18 min e 35 min.). Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC).

LIMA, Cristóvão Alves. Cristóvão Alves Lima: entrevista [Maio 2015].]. Entrevistadores: Carlos Victor Oliveira Nascimento e Francisca Dávila de Oliveira. Fortaleza: COMTER, 2015c. 1 arquivo. Mp3 (58 min.). Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC).

LIMA, Aldenor Marcelino de. Aldenor Marcelino de Lima: entrevista [Maio 2015]. Entrevistadores: Carolina Rodrigues e Guilherme Façanha. Fortaleza: COMTER, 2015d. 1 arquivo. Mp3 (66 min e 37 seg.). Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC).

MACIEL, Josefa Maria de Lima. Josefa Maria de Lima Maciel: entrevista [Maio 2015]. Entrevistadores: Venâncio de Oliveira, Elaine de Oliveira, Natanael Barbosa. Fortaleza: COMTER, 2015. 1 arquivo. Mp3 (1hora e 18min). Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC).

MAIA, Maria de Fátima Ferreira. Maria de Fátima Ferreira Maia: entrevista [Agosto 2015]. Entrevistadores: Guilherme Façanha e Julyalison Mendonça. Fortaleza: COMTER, 2015a. 1 arquivo. Mp3 (38 min e 15 seg.). Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC).

MAIA, Carla Vanessa Alves. Carla Vanessa Alves Maia: entrevista [Maio 2015]. Entrevistadores: Dávila Oliveira e Natanael Barbosa. Fortaleza: COMTER, 2015b. 1 arquivo. Mp3 (56 min e 34 seg.). Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC).

MAIA, Lúcia Maria. Lúcia Maria Maia: entrevista [Setembro 2015]. Entrevistadores: Julyalison Mendonça e Guilherme Façanha. Fortaleza: COMTER, 2015c. 1 arquivo. Mp3 (duração não disponível). Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC).

NOGUEIRA, Francisco Mendes. Francisco Mendes Nogueira: entrevista [Maio 2015]. Entrevistadores: Venâncio de Oliveira, Elaine de Oliveira e Mário Martins. Fortaleza: COMTER, 2015. 1 arquivo. Mp3 (1 hora e 13 min.). Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC).

NORTE, Luís José do. Luís José do Norte: entrevista [Maio 2015]. Entrevistadores: Venâncio de Oliveira; Elaine de Oliveira. Fortaleza: COMTER, 2015. 1 arquivo. Mp3 (1 hora e 24 min.). Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC).

PAULO, Francisco. Francisco [Chico] Paulo: entrevista [Maio 2015]. Entrevistadores: Marcelo Lima, Diego Gadelha e Julyalison Mendonça. Fortaleza: COMTER, 2015. 1 arquivo. Mp3 (1 hora e 48 min.). Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC).

PEREIRA. Luiz Camilo. Luiz Camilo Pereira: entrevista [Setembro 2015]. Entrevistadores: Volgan Timbó e Carolina Rodrigues Moreira. Fortaleza: COMTER, 2015. 1 arquivo. Mp3 (53 min e 16 seg.). Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC).

SILVA, Osmarina de Jesus da. Osmarina de Jesus da Silva: entrevista [Maio 2015]. Entrevistadores: Carlos Victor do Nascimento, Francisca Dávila de Oliveira e Mario Martins Viana Júnior. Fortaleza: COMTER, 2015a. 1 arquivo. Mp3 (1 hora 39 min e 59 seg.). Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC).

SILVA, Maria Gomes da. Maria Gomes da Silva (Dona Santa): entrevista [abril 2015]. Entrevistador: Julyalison Mendonça. Fortaleza: COMTER, 2015b. 1 arquivo. Mp3 (1 hora 12 min e 36 seg.). Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC).

SILVA, Joarina. Joarina Silva: entrevista [Maio 2015]. Entrevistadores: Marcelo Lima e Isabele Farias. Fortaleza: COMTER, 2015c. 1 arquivo. Mp3 (41 min.) Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC).

SILVA, Maria de Lourdes da. Maria de Lourdes da Silva: entrevista [Maio 2015]. Entrevistadores: Taynara Mirelle do Nascimento de Araújo, Volgan Timbó Mendes Neto, Carlos Victor de Oliveira Nascimento. Fortaleza: COMTER, 2015d. 1 arquivo. Mp3 (1 hora e 15 min.). Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC).

SOUSA. Francisco Ferreira de. Francisco Ferreira de Sousa (João de Nel): entrevista [Abril 2015]. Entrevistador: Venâncio Oliveira. Fortaleza: COMTER, 2015a. 1 arquivo. Mp3 (50 min.). Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC).

SOUSA, Maria Marlene de. Maria Marlene de Sousa: entrevista [Agosto 2015]. Entrevistadores: Carlos Oliveira e Venâncio de Oliveira. Fortaleza: COMTER, 2015b. 1 arquivo. Mp3 (1 hora e 11 min.). Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC).

SOUSA, Raimunda Railda de. Raimunda Railda de Sousa: entrevista [Maio 2015]. Entrevistadores: Volgan Timbó e Taynara Araújo. Fortaleza: COMTER, 2015c. 1 arquivo. Mp3 (1 hora e 15min.). Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC).

SOUSA, Vilani Xavier de. Vilani Xavier de Sousa: entrevista [Maio 2015]. Entrevistadores: Carolina Rodrigues e Guilherme Façanha. Fortaleza: COMTER, 2015d. 1 arquivo. Mp3 (39 min e 47 seg.). Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC).

SOUSA, Ana Xavier de. Ana Xavier de Sousa: entrevista [Maio 2015]. Entrevistadores: Isabele Farias e Julyalison Mendonça. Fortaleza: COMTER, 2015e. 1 arquivo. Mp3 (1hora 02min). Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC).

SOUZA, Raimundo Lucas de. Raimundo Lucas de Souza: entrevista [Agosto 2015]. Entrevistadores: Volgan Timbó e Taynara Araújo. Fortaleza: COMTER, 2015. 1 arquivo. Mp3 (53 min. e 04 seg.). Entrevista concedida ao Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER – UFC).

Referências bibliográficas:

ALEXANDRE, S. F. *Exposição a agrotóxicos e fertilizantes químicos: agravos à saúde dos trabalhadores no agronegócio do abacaxi em Limoeiro do Norte-CE*. 2009.

ALVES, M. O. *Mercado, arame e estado: recursos comuns e resistência em Lagoa dos Cavalos no sertão do Ceará*. 2012. 341f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

BEZERRA, E. *O centenário do DNOCS e a convivência com a seca: depoimentos e realizações*. Fortaleza: DNOCS/BNB-ETENE, 2009.

BEZERRA-FILHO, J.; KERR-PONTES, L.; BARRETO, M. *Mortalidade infantil e contexto socioeconômico no Ceará, Brasil, no período de 1991 a 2001*. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil v. 7, n. 2, p. 135-142, 2007.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAGA, L. Q. V. *Agronegócio cercando agroecologia: modo de vida e conflito socioambiental em comunidades agrícolas de Tabuleiro de Russas, Ceará*. 2010, 182f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

BRASIL. *PROJETO DE IRRIGAÇÃO TABULEIRO DE RUSSAS – 1ª ETAPA. Estudos de Impactos Ambientais/Relatório de Impactos no Meio Ambiente*. Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, 1991.

_____. *PROJETO DE IRRIGAÇÃO TABULEIRO DE RUSSAS – 2ª ETAPA. Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental*. Departamento nacional de Obras Contra a Seca, 2005.

_____. *Plano de Reassentamento – Tabuleiro de Russas, Ceará, 2ª etapa*. 2010, 20 p.

BURSZTYN, M. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CANDAU, J. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

CÁRITAS DIOCESANA DE LIMOEIRO DO NORTE, CE. *Solicitação ao Exmo. Dr.: Luiz Carlos Oliveira Júnior Procurador do Ministério Público Federal em Limoeiro do Norte*. Acervo Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, 2009.

_____. Comissão de Resistência. *Projeto de Reassentamento*. Acervo Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, 2009.

_____. *Abaixo-assinado: pela garantia dos direitos das comunidades atingidas pela 2ª Etapa do Projeto de Irrigação de Russas*. Acervo Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, 2010.

_____. *Projeto Intercâmbios*. Acervo Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, 2013.

CARVALHO, O. *O soerguimento do DNOCS (a propósito do seu I Centenário)*. Revista Con-
viver – Nordeste Semiárido. V. I, n. 6, pp. 153-241, 2009.

CHARTIER, R. *O Mundo como Representação*. Estudos Avançados, São Paulo, vol. 5, n. 11,
pp. 173-191, jan./abril, 1991.

CHAYANOV, A. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires:
Nueva Visión, 1974.

CHIANCA, L. *Devoção e diversão: Expressões contemporâneas de festas e santos católicos*.
Revista ANTHROPOLÓGICAS, Recife, ano 11, volume 18(2):49-74, 2007

DURKHEIM, E. *As formas elementares da vida religiosa: sistema totêmica na Austrália*. São
Paulo: Editora Martins Fontes, 2000.

ELIADE, M. *O sagrado e o profano*. Livraria Martins Fontes Editora Ltda., São Paulo, 1992

FERREIRA, M.; VIANA JÚNIOR, M. *A expansão do agronegócio no semiárido cearense e suas
implicações para a saúde, o trabalho e o ambiente*. Interface - Comunicação, Educação e
Saúde, n. ahead, p. 0-0, 2016.

FERREIRA, M.; VIANA JÚNIOR, M.; PONTES, A.; RIGOTTO, R.; GADELHA, D. *Management and
use of water resources and the expansion of agribusiness: water for what and for whom?*
Ciência & Saúde Coletiva, v. 21, n. 3, p. 743-752, 2016.

GAETA, M. A. J. V. *A Cultura clerical e a folia popular*. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 17, n.
172

34, p. 183-202, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 21 nov. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881997000200010>.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSAWM, E. J. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

KATRIB, C. *Reencontros com a religiosidade brasileira: sujeitos, memórias e narrativas*. Revista Brasileira de História das Religiões, Maringá (PR) v. V, n.15, jan/2013. Disponível em <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30225>> Acesso em: 19 out. 2016.

LINHARES, P. *O Brasil vive um momento decisivo [editorial]*. Revista Conviver – Nordeste Semiárido. V. I, n. 1, jan.-mar., 2003.

MAGALHÃES, A. R.. *O defensor do semiárido*. Revista Conviver – Nordeste Semiárido. V. I, n. 6, pp. 21-56, 2009. Entrevista concedida à Revista Conviver.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Nota Técnica Nº 05/09. "O projeto de Irrigação Tabuleiro de Russas e seus impactos nas comunidades situadas na área" à Procuradoria da República no Estado do Ceará, Ministério Público Federal em setembro de 2009*. Referência: P.A nº 1.15.001.000059/2009-56, setembro de 2009.

_____. *TERMO DE REPRESENTAÇÃO Nº 07/2011*. Comissão do Tabuleiro de Russas, 2011.

NAXARA, M. (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2001.

NIEPCE. *O DNOCS e o novo nordeste: uma perspectiva histórica, 1909-1984*. Fortaleza: DNOCS, 1985.

O DNOCS, a convivência com o semi-árido e o Solar Carvalho Mota. Revista Conviver –

Nordeste Semiárido. V. I, n. 1, pp. 30-37, jan.-mar., 2003.

OLIVEIRA, F. de. *Elegia Para uma Re(li)gião*. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. *Terra e território: a questão camponesa no capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEREIRA, D.; CARRIERI, A. P. *Espaço religioso e espaço turístico: significações culturais e ambiguidades no Santuário do Caraça/MG*. O&S - v.12 - n.34 – Jul./Set. 2005.

PINHEIRO, L. C. M. *Catálogo das publicações editadas pelo DNOCS*. Ministério de Viação e Obras Públicas-MVOP. DNOCS. Publicação nº 193, Rio de Janeiro-D. F., 1960. (Série I, E).

POLLAK, M. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989.

_____. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, pp. 200-212, 1992.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: Unicamp, 2007.

RIGOTTO, R. M. *Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe/CE*. 1. Fortaleza: Edições UFC, 2011. 612 p.

SABOURIN, E. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SALATI, D.; ZANCUL, J.; MOREIRA, S. *Sustentabilidade das ações de saneamento rural: proposições e possibilidades para um saneamento rural sustentável*. In: BRASIL. *Saúde e Ambiente para as populações do campo, da floresta e das águas*. Brasília: Ministério da

Saúde, 2015.

SANTOS, M. *Da política dos Estados à Política das empresas*. Cadernos da Escola do Legislativo de Minas Gerais, 3(6): 9-23, jan/jun.1998

SARMENTO, R.; MORAES, R.; VIANA, R.; PESSOA, V.; CARNEIRO, F. *Determinantes socioambientais e saúde: o Brasil rural versus o Brasil urbano*. Tempus Actas de Saúde Coletiva, v. 9, n. 2, p. 221-235, 2015.

SEIXAS, J. *Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais*. In: BRESCIANI,

S.; SILVA, F. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil (1974-1985)*.

In:

FERREIRA, J.; DELGADO, L. (orgs.). *O Brasil Republicano - O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.

SILVA, F.; DEUS, G.; BLUMM, I.; SOUTO, K.; SILVA, M.; LIED, T. et al. *A Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas e o Ambiente*. In: BRASIL. *Saúde e Ambiente para as populações do campo, da floresta e das águas*. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

SILVA, R. *Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 339-360, jan./dez. 2003.

_____. *Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática*. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 38, nº 3, p. 464-485, jul-set., 2007.

SOUZA, M. *Geografias da Desigualdade*. HUCITEC: São Paulo, 1994.

TORRES, M. *As paisagens da memória e a identidade religiosa*. Ra'e Ga - O Espaço Geográfico em Análise, Curitiba, v.27, 2013. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/30419>> Acesso em: 19 out. 2016.

Organizadores/as:

Mário Martins Viana Júnior

Diego Gadelha de Almeida

Sarah Campelo Cruz Gois

Rosa Lilian Sérvio de Carvalho Chaves

Fotos:

Arquivo Comter

Projeto gráfico e diagramação:

Amanda Sampaio

Esse livro foi composto em Museo Sans. Ebook Eduece 2019. Os vetores usados no projeto gráfico foram projetados por Freepik.

Realização

núcleo de estudos
sobre memória e
conflitos territoriais



Apoio



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ



CÁRITAS
BRASILEIRA



CÁRITAS DIOCESANA
LIMOEIRO DO NORTE

Projeto realizado com o apoio do PROEXT - MEC/SESu

Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais/COMTER
Universidade Federal do Ceará - CH2 - Av. da Universidade, 2762 - Benfica,
CEP 60.020-180 - Fortaleza CE - (85) 3366-7738
<http://www.comter.info/>